



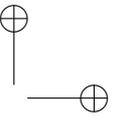
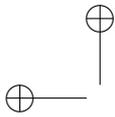
RHÊTORIKÊ

REVISTA DIGITAL DE RETÓRICA

ISSN: 1646-9372

JUNHO 2010





DIRECTOR

Ivone Ferreira – ivonef@ubi.pt

EDITORES

Ivone Ferreira (Portugal)

COLABORADORES

Ivone Ferreira

Rosália Rodrigues

Marco Oliveira

María Del Mar Gómez Cervantes

PROGRAMAÇÃO E WEB

Marco Oliveira

João Sardinha

PAGINAÇÃO

Marco Oliveira

Rosália Rodrigues

REVISTA RHÊTORIKÊ © JUNHO 2010

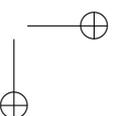
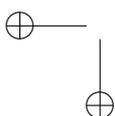
Revista Rhêtorikê – www.rhetorike.ubi.pt

LabCom – Laboratório de Comunicação e Conteúdos On-Line – www.labcom.ubi.pt

UBI – Universidade da Beira Interior – www.ubi.pt

ISSN: 1646-9372

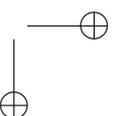
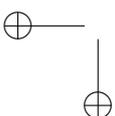
Periodicidade semestral

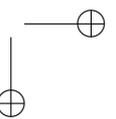
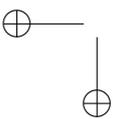
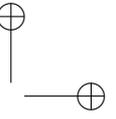
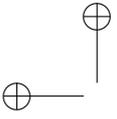




Índice

Historicidade, retórica e ficção: interlocuções com a historiografia de Dominick La-Capra <i>por Aline Magalhaes Pinto, Mannuella Luz de Oliveira Valinhas</i>	1
Análise de um Discurso Parlamentar sob a Ótica do Tratado da Argumentação de Chaim Perelman <i>por Rosana Cristina da Cunha</i>	19
Representação teatral e retórica em Luciano de Samósata <i>por Pedro Ipiranga Júnior</i>	33
La retorica generale testuale in una prospettiva cognitiva e culturale <i>por Matteo Damiani</i>	49
Interactividade e Novas Estratégias nas Eleições Legislativas de 2009 <i>por Rosália Rodrigues</i>	73





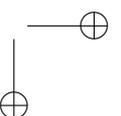
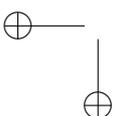


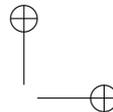
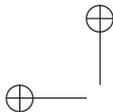
Historicidade, retórica e ficção: interlocuções com a historiografia de Dominick LaCapra

Aline Magalhaes Pinto e Mannuella Luz de Oliveira Valinhas
Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio

A necessidade de enfrentar interrogações de cunho epistêmico que se formulam em torno do saber histórico será a principal diretriz do presente artigo. Desde já destacamos que uma reflexão epistêmica e não epistemológica sugere abandonar o terreno em que a história da história aparece marcada pela cisão entre verdade e erro, racional e irracional, puro e impuro, científico e não-científico para se lançar ao desafio de se pensar tanto as condições discursivas que configuram um saber, assim como o que se passa por entre as delimitações geradas por tal configuração. (FOUCAULT 1972). O objetivo é pensar a história enquanto elemento essencial no processo interpretativo humano. Interessa a este artigo se aprofundar na investigação a respeito da escrita da história, naquilo em que se ela se torna uma problemática para o saber histórico: os limites entre história e ficção. Concebendo a história em dois âmbitos, categoria de pensamento e saber instituído, pretendemos rastrear e investigar os pontos em que a historiografia, teoria da história, filosofia da linguagem e teoria literária contemporânea, focados a partir dos textos do historiador Dominick LaCapra, puderam complexificar a relação do historiador e sua escrita, a fim de que, ao final deste percurso, seja possível uma elaboração pertinente a respeito do que se passa por entre os discursos historiográficos e fictícios e de que maneira estas relações interferem na compreensão da historicidade humana.

As reflexões a respeito da escrita da história surgem na esteira do debate em torno da história como narrativa e relato, e esse embate historiográfico já tem, ele mesmo, sua história. Nessa história, cada autor é um evento, e assim poderíamos listar Aron, De Certeau, White, Ricoeur e muitos outros que se dedicaram ao ato de escrever para o saber histórico. O ponto onde tocam estas reflexões é sempre delicado na medida em que se trata de abalar a certeza da distinção entre as tarefas do historiador e do ficcionista (COSTA LIMA 1989, p.15-68). A consideração de que o historiador *escreve* e o que isto implica é aquilo que iremos perseguir nesta pesquisa. Escrever, *literariamente*, remete a





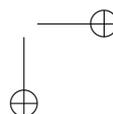
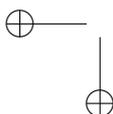
uma “saída do mundo” que leva não a um outro mundo, como utopia ou álibi, mas a uma *ausência*, de algo que se anuncia como presença, uma espécie de consciência do nada, da qual pode surgir a consciência de alguma coisa (BLANCHOT 1987, p.20).

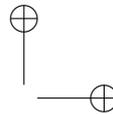
Escrever é entrar na afirmação da solidão onde o fascínio ameaça. É correr o risco da ausência de tempo, onde reina o eterno recomeço. É passar do Eu ao Ele, de modo que o que me acontece não acontece a ninguém, é anônimo pelo fato de que isso me diz respeito, repete-se numa disseminação infinita. Escrever é dispor a linguagem sob o fascínio e, por ela, nela, permanecer em contato com o meio absoluto, onde a coisa se torna imagem, de alusão a uma figura se converte em alusão ao que é sem figura e, de forma desenhada sobre a ausência torna-se a presença informe dessa ausência, a abertura opaca e vazia sobre o que é quando não há mais ninguém, quando ainda não há ninguém (BLANCHOT 1987, p.20)

Escrever implica, pois, repetição e ausência. A escrita é algo ausente que pode vir a ser, que remete ao porvir, e, porque está em estado vestigial, nunca é completamente representacional. Este vestígio é uma marca, uma cicatriz numa matéria. A escrita apresenta a língua como uma série de marcas físicas que operam na ausência do autor e devem ser legíveis mesmo na ausência de um leitor. *Traços* que unem espaço e duração, e questionam o movimento teleológico do querer-dizer. O sentido de um escrito não se reduz ao que quer dizer o autor, nem ao que quer entender o leitor. A significação da escrita ocorre nesse espaço entre um e outro (REGO 2006, p 17).

O momento da escrita pode ser apontado como o ponto de encontro entre o trabalho do historiador e do ficcionista, como *lugar* teórico privilegiado para a investigação das fronteiras entre ficção e história. Ao se levantar a questão da escrita para o saber histórico, é colocado o problema de sua legitimidade, em sua face epistemológica e ética, na medida em que essas reflexões colocam em xeque os acordos possíveis entre a prática do historiador e o ideal de cientificidade - a saber: a obtenção da verdade (COSTA LIMA 1989, p15-68). Esta verdade envolve o desejo de que a reconstituição da memória e passado seja capaz de colocar em seu centro direitos de vida, de justiça, de subjetividade (SARLO 2007).

A legitimidade de um saber é um problema concebido como um processo pelo qual a instância legisladora, ao tratar do discurso científico, é autorizada



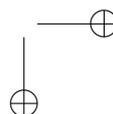
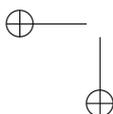


a prescrever as condições estabelecidas para que um enunciado faça parte do discurso e possa ser levado em consideração pela comunidade científica. Um enunciado científico deve apresentar determinado conjunto de condições para ser verdadeiro. Legislação e legitimação estão, nesse sentido, intimamente ligadas. O direito de decidir sobre o verdadeiro não é independente do direito de decidir sobre o justo, mesmo se os enunciados submetidos às autoridades respectivas sejam de natureza diversa (LYOTARD 2000). Este entrosamento entre o gênero da linguagem científica e da ética política está na base do viver do Ocidente e encontra-se em suspeição nas mais diversas áreas do conhecimento. A questão da dupla legitimação, do verdadeiro e do justo, está aí severamente exposta. Vive-se uma crise de legitimidade, devido à exposição do fato de que não há verdade desvinculada de interesse, não há ciência desvinculada de certa retórica. Diante tal crise, que evidencia um acirramento da tensão entre a cultura e a ciência, pergunta-se a respeito da posição ocupada pelo saber histórico, alvo central de uma crítica que tanto coloca em causa os procedimentos de uma ciência histórica, quanto questiona princípios e fundamentos, que são condição de possibilidade da história (HABERMAS, 1987).

A questão da legitimação no campo disciplinar da história pode ser apresentada da seguinte maneira: os historiadores encontram a legitimidade de seu trabalho entendendo-o como o discurso do fato, exposição do referente, do dado objetivo. A história apresenta-se referível e nomeável a partir de uma “visão do real, esta, por sua vez, somente aceita se documentada. O discurso da história é o de uma presença passada, plena ou em estado vestigial, à disposição do relato, da narração. O texto é considerado produto de rigoroso método, capaz de ser verdadeiro na medida em que recolhe e organiza os fragmentos de um passado que “existiu” (BARTHES 2004).

O discurso histórico supõe uma dupla operação. Num primeiro momento (essa decomposição não é mais que metafórica) o referente é destacado do discurso, fica-lhe exterior, fundador, é considerado seu regulador: é o tempo da *res gestae*, e o discurso se dá como *historia rerum gestarum*. Mas num segundo momento, é o próprio significado que é rechaçado, confundido no referente; o referente entra em relação direta com o significante e o discurso, encarregado de apenas exprimir o real. (BARTHES 2004)

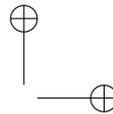
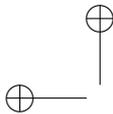
Podemos pensar, entretanto, que a escrita da história que se pretende como um discurso que anula sua instância em prol do significado do passado é ao



mesmo tempo mais que escrita e menos que escrita. Ela é menos que escrita porque como trajeto do passado que se representa para o presente, não se expõe a nenhum deslocamento de sentido. E é mais que escrita porque seu teor é indelével, não passível de rasura, não iterável, não repetível, e assim não diferenciável (RANCIÈRE 1995, P 10). Esta escrita almejada pelos historiadores, jamais completamente atingível, é aquela orientada por um conceito de história fundamentado por um sentido universal e essencializado para a humanidade, que apaga os desvios de significância em prol da realização deste sentido. Sentido que se realiza na construção de identidades, em especial na modernidade, as de Nação e Povo. A soberania nacional é o ápice desta história, que encontra sua elaboração clássica no século XIX, e consolida a história do Espírito como história de individualidades históricas apreendidas em sua totalidade como espírito do povo, espírito nacional, forças éticas, culturas, classes, indivíduos especiais, líderes ou fundadores (HARDT & NEGRI 2001, p 1984).

No século XX, os historiadores trabalharam no sentido de desvincular a prática histórica desta História Universal. Mas, ainda assim, a historiografia, por prestar contas ao ideal de cientificidade como discurso “daquilo que realmente foi”, pretendendo descartar a interpretação ou a deixando em subterrâneo, continua articulada a um conceito de história que se liga ao de real de maneira ingênua, e, onde a isto foi possível escapar, falta entender melhor os percursos e percalços que compuseram tal trajetória. Prova disso são as estratégias que se tecem em torno dos limites da verdade histórica como verdade da “realidade” passada; os discursos hiperbólicos que, contra uma suposta “máquina de guerra cética”, querem proteger a disciplina histórica dos riscos de uma super-historicização do mundo humano; as repetidas demarcações que teimam em colocar em campos opostos e irreconciliáveis ficção e história; e a dificuldade dos historiadores em deixar de trabalhar com temas de Identidade e Nação (LACAPRA 1983, p23-71).

O escrever, como ato e performance, embora bastante esmiuçado no campo literário, não encontra na historiografia a mesma repercussão, e não desperta o mesmo interesse. Em geral, entende-se que a escrita sucede uma operação investigativa, e o texto do historiador aparece desta maneira como um produto, e não como um processo que envolve criatividade e interpretação. Todavia, esta proposta de pesquisa não conduz à redução do trabalho do historiador à *construção de uma escrita*. Sabe-se bem que o saber histórico articula

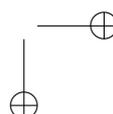
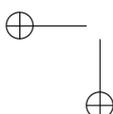


também as instâncias de um lugar social e de uma prática de pesquisa. Entretanto, encarar a “operação que faz passar da prática investigadora à escrita” parece pertinente à expansão da amplitude do campo teórico do historiador, como imprescindível ao fazer histórico, na medida em que a história ocidental é uma história escrita, uma *historiografia* (DE CERTEAU 2002). Os registros historiográficos se remetem a um passado que só pode ser conhecido a partir de seus textos, seus vestígios:

“(...)‘história’ é o tema desse aprendizado que só é acessível por meio da linguagem; nossa experiência da história é indissociável de nosso discurso sobre ela; esse discurso tem que ser escrito antes de poder ser digerido como ‘história’; e essa experiência, por conseguinte, pode ser tão vária quanto os diferentes tipos de discurso com que nos deparamos na própria história da escrita.” (WHITE 1991, p 31)

Para debater o problema da escrita na história, o autor aqui escolhido como interlocutor foi o historiador norte-americano Dominick LaCapra. LaCapra, junto a Hayden White, são aqueles historiadores que mais representam a tentativa de construir um discurso histórico que não se dissolva na literatura, mas que ao não evitar o contato com ela propicie estudos históricos “com mais crítica, mais imaginação e mais bom humor” (KRAMER 1992, p 131-173). A problematização de LaCapra a respeito de noções caras à historiografia, tais como a de documento, de texto, de contexto e linguagem, permitem pensar de maneira instigante a relação entre escrita e história.

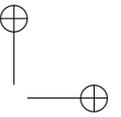
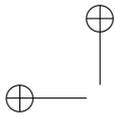
A historiografia, a partir da década de 70, passa a interagir, assimilar e negociar com o que seria uma postura *pós-estruturalista*, sobretudo com o pensamento foucaudiano. O campo dos estudos históricos passa a considerar a fragmentação histórica, construindo um discurso que quer ser antiglobal, múltiplo e não definitivo (LE GOFF & NORA 1976). Ao *boom* iniciado com a inclusão das “vidas anônimas”, segue-se a entrada do corpo e do cotidiano na história, sobretudo a partir da década de 80. Já a década de 90 é marcada pela “virada linguística” e “pós-modernismos”, assinalando o impacto da crise do sujeito e da representação para os historiadores. O diálogo com outras áreas do conhecimento, notadamente a antropologia, a literatura e a psicanálise, assim como as pressões do feminismo e das teorias pós-coloniais reforçam a crítica aos modos excludentes e hierárquicos de pensar. Os trabalhos desenvolvidos pelos “Estudos Culturais” e a retomada das questões em torno da narrativa



histórica levam à ampliação e problematização das fontes documentais, da oralidade às imagens, à construção de novos procedimentos metodológicos e fecundas discussões teóricas (REIS 2003).

Uma das mais polêmicas conseqüências destas transformações do campo historiográfico, e a que mais nos interessa aqui, é o estreitamento das relações entre historiografia, as filosofias da linguagem e a teoria literária. Esta aproximação é marcada pelo reconhecimento, por parte dos historiadores, do papel ativo que a linguagem, a escrita dos textos e estruturas narrativas tem no trabalho de manusear as construções históricas (HUNT 1992, p 1-29). Entretanto, e ao mesmo tempo, passou a vigorar como padrão institucional dominante a tendência dos historiadores se enclausurarem em linhas e especializações cada vez mais nítidas e circunscritas dentro daquilo que entendem como o “propriamente” histórico. Em geral, a recusa à teoria literária e às filosofias da linguagem são vistas como necessárias à defesa da especificidade do conhecimento histórico. Muitos historiadores pensam que ultrapassar os limites do “puramente” documental é signo revelador do fato de que não se está “realmente” fazendo história (LACAPRA 1985, p 20). No afã de ser inserida no campo das disciplinas científicas, o fazer do historiador seguiu, seja nos trilhos do marxismo economicista, do modelo sócio-econômico das gerações de *annalistes*, ou dos modelos estatísticos da cliometria norte-americana, um caminho que levou a um “fetichismo arquivista”, culminando na hegemonia de uma história cultural ou da cultura, em que o status da prova empírica é tal que as pesquisas são avaliadas mais pelo acervo documental inédito que foi possível reunir do que pela problematização alcançada pelo trabalho (LACAPRA 1985). Desta forma, pode-se entender o cenário atual da disciplina como uma “batalha” travada entre tropas anônimas nas universidades, da qual o panorama seria o seguinte, de acordo com Kramer:

A ênfase na dimensão literária da experiência social e a estrutura literária da escrita histórica propicia uma nova abertura aos que desejam expandir a erudição histórica para além de suas limitações tradicionais, e constitui uma nova ameaça a todos os que procuram defender a permanência da disciplina dentro dos limites tradicionais, da forma como os entendem. As metáforas utilizadas por ambos os “lados” sugerem uma espécie de batalha historiográfica com ataques de flanco por parte das forças literárias e cercos defensivos dos tanques disciplinares por parte dos “verdadeiros” historiadores (KRAMER, apud HUNT 1992 p 132)

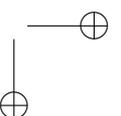
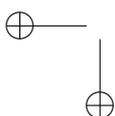


Pode-se assinalar como emergência da dimensão literária na cena contemporânea do saber histórico, o ensaio de Laurence Stone, “*O renascimento da narrativa: reflexões sobre a velha nova história*” (STONE 1999). Este texto tinha o intuito de apontar a tendência da pesquisa histórica de ponta ao retorno da forma narrativa de escrita, fazendo na seqüência um levantamento das causas dessa tendência. O alvoroço do debate que se seguiu tem menos a ver com o conteúdo da tese de Stone, do que com aquilo que a reabilitação da narrativa com intuito de melhor buscar uma verdade histórica recalca: o caráter retórico e poético do saber histórico, isto é, o saber como prática cultural produtora e inventora de sentido. O contexto a que isto leva pode ser vislumbrado nas palavras de Stone:

A tendência para a narrativa levanta problemas irresolvidos sobre a maneira que formaremos nossos graduandos no futuro – supondo que haja algum para formar. Nas artes da retórica? Na crítica dos textos? Em semiótica? Em psicologia? Ou nas técnicas de análise das estruturas sociais e econômicas que viemos praticando durante uma geração? (STONE 1991, p 36)

Uma discussão sobre narratividade envolverá, pois, o modo de explicação nomológico-dedutivo por um lado, o mito por outro. A problemática da narrativa desperta a discussão sobre o estatuto do saber histórico, diferenciando-o do mito. Ao mesmo tempo, ela incita a necessidade de discutir a legitimidade da hegemonia que o discurso científico, a despeito de toda “crise”, continua a desempenhar. O questionamento da cientificidade da história alcança uma dimensão maior do que aquela delimitada pela disciplina. Vislumbra e evidencia a possibilidade de falência do modelo de razão ocidental (COSTA LIMA 1989).

O retorno ou emergência da discussão sobre a narrativa (re-)abre, desta forma, o embate fundamental entre saber - entendido cientificamente - e ficção. Investigar este embate tendo como alvo e foco a escrita do historiador implica repensar o momento da escrita, não como mera técnica ou instrumento de apresentação ou representação da pesquisa, mas como lugar estratégico para se perceber os encontros e cotejos entre o trabalho historiográfico e literário. Quando se busca investigar o que se passa por entre as fronteiras dos discursos histórico e fictício é preciso não recusar o fato de que o saber histórico sempre foi um saber mergulhado numa tensão entre poesia e *episteme*,

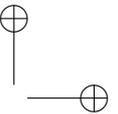
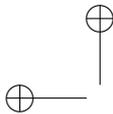


entre retórica e ciência. O interesse desse artigo é, pois, apontar as configurações contemporâneas desta aporia.

A perspectiva historiográfica aberta por LaCapra nos parece a mais pertinente e frutífera para seguir tal problemática. Isto porque o autor, ao longo de seus trabalhos a partir da década de 80, tem uma posição peculiar neste embate. Diante a clivagem impactante e fundamental dos estudos de Hayden White sobre narrativa e escrita da história, os historiadores tenderam a se dividir ou a favor ou contra a problematização entre história e ficção promovida por White. A posição de LaCapra se desvia desta postura dicotômica e lança uma crítica diferenciada aos pontos fundamentais tanto das críticas, quanto das defesas levantadas acerca das proposições de White (WHITE 1992). Para LaCapra, Hayden White, sobretudo em *Meta-história* (WHITE 1992) e *Trópicos do discurso* (WHITE 2001), ao se posicionar a favor da investigação do lado “trópico”, ou seja, metafórico e imaginativo, do saber histórico, teve o mérito de produzir não só uma crítica da história documental, mas igualmente uma possibilidade teórica, sobretudo para a história intelectual ou história da historiografia. Isto porque se desvia do tratamento da narrativa como componente verbal que tem a contribuir como formato para melhor descrição do trabalho, mas que não determina as propriedades da ciência histórica (LACAPRA 1983). A teoria trópica de Hayden White foca-se nas bases de construção discursiva do passado e, nesse sentido, a narrativa não será uma apenas técnica de escrita da história, incapaz de interferir no sentido e na historicidade, mas um tipo de discurso no qual “a sinédoque funciona como o tropo dominante para “amarrar” as *partes* de uma totalidade, apreendida como estando dispersa por uma série temporal, num todo, segundo o modo da *identificação* (WHITE 1992):

Considerada como um sistema de signos, a narrativa histórica aponta simultaneamente para duas direções: para os acontecimentos descritos na narrativa e para o tipo de estória ou *mythos* que o historiador escolheu para servir como ícone da estrutura dos acontecimentos. A narrativa em si não é o ícone; o que ela faz é descrever os acontecimentos contidos no registro histórico de modo a informar ao leitor o que deve ser tomado como ícone dos acontecimentos “familiares” a ele (WHITE 2001 p, 105).

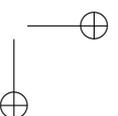
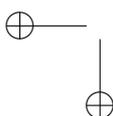
Conforme White, as narrativas historiográficas são “ficções verbais cujos conteúdos são tanto inventados quanto descobertos”. Devem ser entendidas a

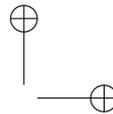


partir da mediação que estabelece entre os acontecimentos que ela relata (estória) e a estrutura de enredo disponível e disponibilizada por uma cultura para dotar de sentido acontecimentos e situações, a fim de construir um tipo particular de disposição explicativa ou interpretativa do campo histórico em estudo. A explicação narrativa não tem como objetivo desvendar uma “realidade” passada, mas tornar familiar o não-familiar, inscrevendo o ainda não-classificado numa ordenação com sentido¹. Nessa perspectiva, a história é formada por diferentes e significativas escritas sobre o passado. Entretanto, ao buscar mapear a estruturação tropológica das histórias, para LaCapra, White produziu a história de algo imanente à consciência ou a falta dela, uma metalinguagem para a historiografia que reconstrói uma hierarquia no nível da teoria dos tropos, e mantém a distinção rígida entre ficção e verdade, sendo o verdadeiro o que é validado pela estrutura trópica. O fato de que essa teoria tenha sido retirada do campo literário não lhe garante um caráter mais interpretativo e menos objetivista. Encontra-se, na teoria de White, um engessamento do tratamento da imaginação histórica, na medida em que delimita e molda a inventividade subordinando-a a estrutura dos tropos (LACAPRA 1983).

It is curious that White's own constructivist tendencies, which construe the tropes as the informing forces of a creative consciousness lead him at times to lend credence to the idea of an processed historical record. the record is presented as the inert object to be animated by the shaping mind of the historian. this gesture, however, simply, reverses the positivistic mythology of a mimetic consciousness and substitutes for it an idealistic mythology which converts the former meaningful plenum of the record into dead matter or even a void , thereby giving rise to another avoidance of the problem of interplay between structure and play in the text and in one's relation to it. but, at other times, a second view emerges in White's own approach to this problem. Then White astutely notices the way in which the historical

¹ Partindo de Vico, Kenneth Burke, Frye, e da teoria das figuras de linguagem (tropos/figuração), White caracteriza o que ele intitula de estruturas profundas da imaginação histórica e as organiza de acordo com a operação que realizam. São quatro as figuras identificadas – figuras de linguagem: metáfora, metonímia, sinédoque e ironia. Esses tropos são apresentados como um solo básico que estrutura o discurso e determina por sua vez os outros arranjos discursivos como os tipos de enredo (romance, tragédia, comédia e sátira), tipos de argumento (formalista, mecanicista, organicista e contextualista) e por último, mas não menos importante, a implicação ideológica (anarquismo, radicalismo conservadorismo e liberalismo). Na perspectiva desenvolvida ao longo de *Metahistória*, mas também em trabalhos posteriores, todos os níveis dos discursos são coordenados a partir dos tropos primários. (WHITE, 1992).





record is itself a text 'always already' processed in a manner that makes the historical record may in this light be seen as a critical fiction. what we perceive as unprocessed is actually a heuristic zero point in historiographic. This zero point itself is, however, not a pure, primary 'given'. It is derived through a critical process that attempts to disengage 'facts' from their implication in story, plot and myth (LACAPRA 1983 p. 79-80)

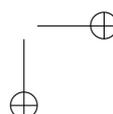
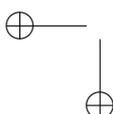
Segundo Lacapra, Hayden White encontra, na estrutura topológica que garante os parâmetros de "urdidura" da narrativa histórica, a medida e o fundamento do saber histórico. Ou seja, se ele leva em consideração a narrativa é para, a partir dela, fazer aparecer o fundamental que de alguma maneira lhe é exterior e lhe antecede de maneira ideal: a estrutura de enredo (LACAPRA 1983, 1985). Portanto, suas formulações para a historiografia divergem da posição derivada da teoria dos tropos de linguagem de H. White, embora se coloque ao lado dela no que diz respeito à necessidade de interação entre a historiografia e a teoria literária e filosofias da linguagem.

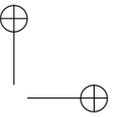
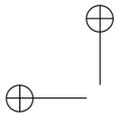
Dominick LaCapra, embora se conserve ao lado de White contra a tendência da historiografia, sobretudo na década de 80, de se manter, a despeito de todas as transformações metodológicas, essencialmente fiel a paradigmas literários e científicos que datam do século XIX, deixa de lado o modelo da estrutura topológica da narrativa para investir na noção de suplementariedade como possibilidade de abordagem historiográfica:

I would also argue that all forms of historiography might benefit from modes of critical reading premised on the conviction that documents are texts that supplement or rework 'reality' and not mere sources that divulge facts about "reality" (LACAPRA 1985, p 11).

Entendido por LaCapra a partir da leitura de textos de Jacques Derrida, o suplemento pode ser definido como "um extra desnecessário, paradoxalmente, adicionado de maneira a completar e a compensar uma lacuna em algo que se pretende completo em si mesmo" (CULLER 1997). A partir desta noção, LaCapra desencadeia suas reflexões a respeito de como se dá a interação entre noções e instrumentos polarizados de maneira dicotômica pela historiografia hegemônica buscando pensar tanto a dimensão literária da experiência social, como a estrutura literária da escrita histórica.

Torna-se necessário, pois, realizar uma abordagem sistemática, a partir da noção de suplementariedade, de três pontos de inflexão que parecem funda-

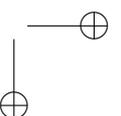
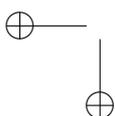




mentar a proposta historiográfica de LaCapra, a saber: a dicotomia texto/contexto, a abordagem documental e as interações retóricas dentro do saber histórico. Estes três pontos deságuam numa concepção de historicidade como uma dimensão dialógica entre passados e presente, que será examinada a fim de saber em que medida ela pode ou não expressar um conceito de história. A elaboração da experiência do tempo, a figuração do devir, é um problema inscrito nos campos disciplinares literário, histórico e filosófico. As tentativas de elaboração do tempo não afetam somente reflexões abstratas a respeito da natureza da temporalidade humana, mas dizem diretamente a respeito da textura do tempo e da historiografia, do fazer historiador. (REIS 1994)

Ao incentivar leituras que envolvem uma tensão relativa ou talvez mutualidade e discussão criativa entre diferentes modos, níveis ou tempos discursivos, Lacapra se desvia da narrativa histórica completamente comprometida com a tentativa de organizar a experiência vivida a partir de uma refiguração do tempo em função de uma consciência presente que se apresenta portadora do sentido desta experiência no tempo. Enfatizando a idéia de diálogo contra predomínio de uma única voz temporal no labor historiográfico, a questão que se coloca é: tal temporalidade dialógica pode remeter a uma dimensão temporal “intempestiva”, não-contemporânea de si mesma? Tendo em vista que, na filosofia nietzscheana, referência fundamental para o cenário cognitivo abordado, a intempestividade é antes de tudo uma crítica ao historicismo, à filosofia da história e às visões cientificistas da história, seria possível fazer ver no diálogo temporal proposto por LaCapra uma crítica à submissão e conformismo do presente, contra sua incapacidade em perceber sua própria miséria, e a afirmação de que afirmação de que para se livrar do além (teleologia) é preciso pensar e agir para além do presente, da consciência presente: ou seja, um tempo histórico dialógico seria uma temporalidade intempestiva, que exploraria, partindo da inaturalidade, o passado de maneira tal que ele não atue simplesmente como causa ou precedente do atual, mas que se mostre disposto a invadir, alarmar, dividir e desapropriar o lugar em que o atual se determina como futuro?

O deslocamento perpetrado por LaCapra de uma relação dicotômica e hierárquica entre texto e contexto para um entendimento inter-relacional e suplementar entre ambos. Dentre os historiadores, em geral, o contexto é tido como um quadro de referência histórica, amplo universo de circunstâncias culturais, dimensão de natureza privilegiada, diversa do “texto”, que será compreendido



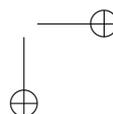
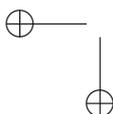


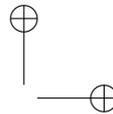
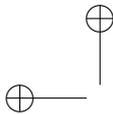
e explicado a partir do pressuposto de que compreensão e explicação se devem à restituição do “sentido original”. O texto documental é um instrumento que comprova a existência de um contexto, a que se atribui *status* e valor de “realidade”. É testemunha e representação do que teria existência plena antes dele e sem ele. Assim sendo, o interesse recai sobre o “contexto” e não sobre o *texto*. Ao re-problematizar a oposição entre texto e contexto, para LaCapra:

Indeed the problem becomes one of rethinking the concepts of inside and outside in relation to process of interaction between language and the world. One of the more challenging aspects of recent inquiries into textuality has been the investigation of why textual processes cannot be confined within the bindings of the book. The context or the real world it self textualized in a variety of ways, and even if one believes that the point of criticism is to change themselves raise textual problems. Social and individual life may fruitfully be seen on the analogy of the text and as involved in textual process that are often more complicated than historical imagination is willing allow (LACAPRA 1983, p 26).

Tomando a metáfora do texto como textura ou rede de relações humanas perpassadas por algum tipo de linguagem, Lacapra aponta o fato de que para o trabalho do historiador, a noção de contexto ou a “realidade” está implicada num processo textual. Ou seja, remeter ao texto não significa abstrair-se numa “realidade” que só existe cerrada num “livro”. A textualidade não se limita ao livro, ao discurso. Não se restringe à esfera semântica, representativa, simbólica, ideal ou ideológica. A *textualidade* implica todas as estruturas ditas “reais”, “econômicas”, “históricas”, “sócio-institucionais”, em suma, todos os referenciais possíveis. Na medida em que é impossível esgotar os próprios requisitos de um contexto, se é verdade que o sentido de um texto é limitado pelo contexto, é verdade também que o contexto é ilimitado. Entretanto, se não há um contexto absolutamente fora do texto, isso não quer dizer que todos os referenciais estão suspensos ou negados. Para LaCapra, as relações entre texto e contexto se dão num complexo processo de interação: texto e contexto são suplementares entre si, se adicionam, substituindo e suprimindo faltas e ausências mutuamente, fornecendo o excesso que é preciso ao processo de interpretação (LACAPRA 1983; COSTA LIMA 1989).

LaCapra, ao tratar das complexas relações que podem existir entre texto e contexto, formula seis tipos de contextos históricos possíveis. Sua preocupa-





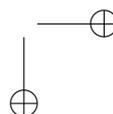
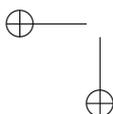
ção é menos esgotar os tipos de contexto do que demonstrar o quanto a naturalização da idéia de contexto pode empobrecer a historiografia, sobretudo a história intelectual. Ele lista os seguintes contextos: relação entre intenção do autor e o texto; relação entre a vida do autor e o texto; relação entre a sociedade e o texto, relação entre cultura e texto, relação entre o texto e o corpo da escrita, relação entre os modos de discurso e o texto (LACAPRA 1983).

Para viabilizar tais interações entre contexto e texto, e quais outras existirem para além das seis listadas por LaCapra, foi preciso repensar o valor e a função do documento para o trabalho do historiador. A abordagem documental é segundo ponto de trabalho da pesquisa. Muitas transformações ocorreram no uso e entendimento das fontes na historiografia. Uma das marcas mais relevantes corporifica-se em “Documento-monumento”, de Le Goff, no qual se anuncia não somente um conceito de documento, mas uma tarefa e função para a ciência histórica:

O documento não é inócuo. É antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmitificando-lhe seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente- determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo documento é mentira. (LE GOFF 2003 P, 538)

Numa concepção apoiada nas reflexões foucaudianas a respeito das unidades e formações discursivas², a tarefa da história diante o documento passa a ser, sobretudo, tratar de iluminar as condições de sua produção e mostrar em que medida este documento é instrumento de um poder (LE GOFF, 2003). Neste cenário, a pretensão de validade do trabalho historiador como ciência

² Foucault apresenta a renúncia aos temas de análise histórica que tem por função “garantir a infinita continuidade do discurso e sua secreta presença no jogo de uma ausência sempre reconduzida” para tratar de reconstituir um outro discurso, “re-estabelecer o texto miúdo e invisível que percorre o interstício das linhas escritas e, às vezes, as desarruma. (...). Sua questão, infalivelmente, é: o que dizia, pois, no que estava dito?” (FOUCAULT, 1972; ver RAGO, 1995)



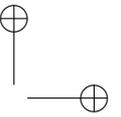
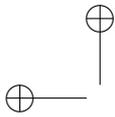
está assegurada na medida em que o historiador, por meio do exame crítico das fontes, consegue acionar formalizações científicas em seus objetos não-científicos. O pesquisador não pode ser pueril e deve, portanto, extrair a “verdade” da mentira que o documento carrega. O exame crítico das fontes, isto é, situar os documentos no tempo e no espaço, no recorte contextual, classificá-los e criticá-los a respeito da credibilidade e autenticidade, é o apoio da pretensão à cientificidade do historiador.

O questionamento que LaCapra propõe desloca essa problematização das fontes documentais. Para o autor, não se trata de extrair uma verdade escondida no documento ou por ele, mas de perceber que enquanto texto, o documento possui aspectos informativos e *worklikes*. A face informativa do documento envolve a dimensão factual, literal, da mensagem transmitida. Já o aspecto *worklike*, numa relação de complementariedade com o aspecto informativo, atua no processo de significação ultrapassando os limites do referencial empírico, abrindo espaço à interpretação e a imaginação. Segundo LaCapra,

The worklike is critical and transformative, for it deconstructs and reconstructs the given, in sense repeating it also bringing into the world something that did not exist before in that significant variation, alteration, or transformation. With deceptive simplicity, one might say that while the documentary marks a difference, the worklike makes a difference - one that engages the reader in recreative dialogue with the text and the problems it raises (LACAPRA 1983, p 30)

Dessa forma, os documentos não podem reunir-se numa unidade originária, num “contexto” que seja fonte de emanção ou de proveniência do sentido deles. O que “está” no documento, se mescla com o que poderia ter havido; o que nele há, se combina com o desejo do que estivesse; e que por isso passa a haver e a estar (COSTA LIMA 1989). É por isso que o alcance do contexto não pode ser dissociado da análise do texto, e em função dela, todo contexto é transformador-transformável, exportador e exportável. Recortar o contexto de uma pesquisa histórica é corrompê-lo, pois exige que se engendre um limite que por si só não estaria lá. Esse limite é a condição para que a transformação contextual permaneça aberta. Isso não supõe que os textos devam ser apartados de seus contextos, mas, pelo contrário, que só existem contextos e textos, sem nenhum centro absoluto de ancoragem.

Desta maneira, chega-se ao terceiro ponto a ser explorado: a abordagem de LaCapra acerca da retórica e seus modos de interagir com a historiografia .



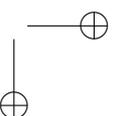
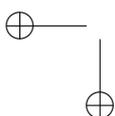
Isto porque, ao remover o documento de seu lugar de consignação e comprovação da cientificidade da história, para pensá-lo na relação suplementar informativo/*worklike*, emergem questões a respeito do lugar e valor que a força de persuasão, imaginação, de sedução e interpretação ocupa e desempenha no fazer historiográfico. Para LaCapra, embora a relação entre retórica e saber tenha retornado às reflexões teóricas de vários saberes,

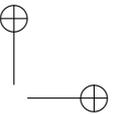
historians have shown relatively little interest in this problem, in good part because they continue to confide in a 'documentary' or 'objectivist' model of knowledge that is typically blind to its own rhetoric. Indeed this model has been effective in placating or neutralizing concerns that motivate the work of the new rhetoricians (LACAPRA 1985, P 17,18).

Ao considerar a textualidade na construção dos contextos históricos e ao propor uma abordagem que ultrapasse o aspecto puramente informativo da documentação para ter em conta a interpretação como constituinte ativa da historicidade, LaCapra acaba por relançar e reinserir a retórica no trabalho historiográfico, não de maneira a diluí-lo na literatura, ou transformar o saber-histórico numa esfera onde “vale-tudo”. Para o autor,

instead of licensing free variations on the past, variations whose only justification is their furtherance of a present policy, the rhetorical dimension of historiography may rather serve to test current views by requiring the historian to listen attentively to possibly disconcerting voices of the past and not simply project narcissistic or self-interested demands upon them (LACAPRA 1985, P 36, 37).

A fronteira entre história e ficção, pensando nas teses desenvolvidas por Dominick LaCapra, implicará dois movimentos: a) num sentido, trata-se de inquirir, a partir das propostas de LaCapra, de seu potencial de repercussão e polêmica, como a história, *lugar* de construção de sentido para a experiência humana, pode reorganizar e mobilizar suas noções fundamentais de historicidade e temporalidade de maneira a responder por seu papel no processo interpretativo humano; b) trata-se, ainda, de investigar as práticas metodológicas das abordagens de LaCapra, naquilo em que elas convergem e divergem das demais metodologias contemporâneas, para refletir tanto a respeito daquilo em que o uso de ferramentas e instrumentos “importados” dos campos mais





literários do saber pode acrescentar e enriquecer os estudos históricos, quanto o que está em jogo quando se critica ou adota tais procedimentos.

Esta relação dialógica pressupõe que um texto nunca se reduz a uma estrutura coerente, portadora de um sentido unívoco. O interessante é investigar a polissemia e o potencial de contrariedade dos textos e noções selecionados, buscando um resultado intertextual. No intertexto, os diferentes percursos a serem feitos pelo leitor se constituem na possibilidade do mesmo leitor ser, a um só tempo leitor/autor do texto, escolhendo o que pretende incorporar ao seu trajeto. A abordagem é a mais pertinente para atizar e entender o que está em jogo quando se discute as fronteiras do saber histórico. O intuito é dar lugar a polêmicas e impasses que estão longe de serem inúteis ou improdutivos. Como mostra Rago, pelo contrário, ao escapar “dos ataques muito rápidos, críticas improcedentes, exclusões aflitas ou tomadas de posição definitivas” o historiador pode sofisticar seu saber e “encontrar caminhos e sentidos mais úteis e criativos diante dos impasses tão graves colocados em nossa atualidade” (RAGO In_ JENKIS 2005, p, 9-13)

Referencias Bibliográficas

LaCapra Dominick. *History in Transit: Experience, Identity, Critical Theory*. Ithaca: Cornell UP, 2004.

_____. *Writing History, Writing Trauma*. Baltimore: Johns Hopkins UP, 2000.

_____. *History and Memory after Auschwitz*. Ithaca: Cornell UP, 1998.

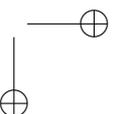
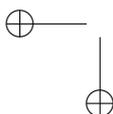
_____. *Representing the Holocaust: History, Theory, Trauma*. Ithaca: Cornell UP, 1994.

_____. *Soundings in Critical Theory*. Ithaca: Cornell UP, 1989.

_____. *History, Politics, and the Novel*. Ithaca: Cornell UP, 1987.

_____. *History & criticism*. Ithaca: 1985.

_____. *Rethinking Intellectual History: Texts, Contexts, Language*. Ithaca: Cornell UP, 1983.



- BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BLANCHOT, Maurice. *O espaço literário*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- COSTA LIMA, Luiz. *A Aguarrás do tempo: estudos sobre a narrativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- _____. *História. Ficção. Literatura*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. v. 1. 434 p.
- _____. *Limites da voz (Montaigne, Schlegel, Kafka)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.
- _____. *O controle do imaginário: razão e imaginário no Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CULLER, Jonathan D.; BURROWES, Patrícia. *Sobre a Desconstrução: teoria e crítica do pós-estruturalismo*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- DE CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. Lisboa: Vozes, 1972.
- HABERMAS, J. *Conhecimento e interesse*. In: *Técnica e ciência como ideologia*. Edições 70, 1987.
- HARDT, M. & NEGRI, A. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte. Ed.UFMG, 1999.
- HUNT, Lynn. (org) *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- KRAMER, Lloyd S. *Literatura, crítica, e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick Lacapra*. In. HUNT, Lynn. (org) *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. Pp. 131-173.

- LE GOFF, J. A *História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- _____. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.
- LE GOFF, J. & NORA, Pierre. *Historia: novos problemas*. Rio de Janeiro: 1976.
- RAGO, Margareth. *O efeito-Foucault na historiografia brasileira*. Tempo social: Revista de sociologia da USP, São Paulo. V. 7, n. 1-2, out. 1995, Pp. 73
- RANCIÈRE, Jacques.; *Políticas da escrita*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- REIS, José Carlos *Tempo, História e evasão*. Campinas: Papyrus 1994.
- _____. *História & teoria: historicismo, Modernidade, temporalidade, e verdade*. Rio de Janeiro:FGV, 2003.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- STONE, Lawrence. O renascimento da narrativa: reflexões sobre a velha nova história. Revista de história, n 2-3, IFCH, UNICAMP,1991.
- WHITE, Hayden. *Meta-historia: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1992.
- _____. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.



Análise de um Discurso Parlamentar sob a Ótica do Tratado da Argumentação de Chaim Perelman

Rosana Cristina da Cunha

Doutoranda em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas

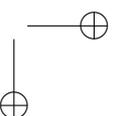
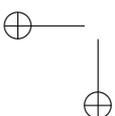
NESTE estudo, proponho-me a analisar, do ponto de vista discursivo e argumentativo, um trecho de um discurso parlamentar proferido por um deputado federal do Estado de São Paulo, para defender-se da acusação de quebra de decoro parlamentar.

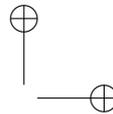
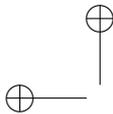
A análise terá como base teórica as reflexões sobre o discurso argumentativo do filósofo Chaim Perelman (2005) consolidadas em seu Tratado da Argumentação, obra que se tornou clássica por seu pioneirismo no resgate e reabilitação da retórica aristotélica, dando início ao que se conhece como “Nova Retórica”.

O trabalho de Perelman tem sido largamente reconhecido e aplaudido pela introdução de novos conceitos, como os de auditório particular e auditório universal, e por se dedicar a um projeto teórico baseado na “lógica dos julgamentos de valor”. Ao mesmo tempo em que defende a impossibilidade de uma interpretação “verdadeira”, Perelman se insurge quanto à perspectiva de renunciar “a qualquer filosofia prática e a abandonar a disciplina da conduta humana ao sabor de emoções e interesses” (2005: XV), o que, segundo ele, conduziria à violência.

Diante da insuficiência de um raciocínio puramente matemático, cartesiano, que possa sustentar a totalidade da ciência moderna, Perelman irá resgatar a noção de raciocínio dialético para elaborar uma teoria que não renuncia à razão, mas que privilegia o debate e a análise dos argumentos que governam as decisões, abrindo-se assim para o pluralismo, tanto nos valores morais como nas opiniões.

Sempre tendo em conta a perspectiva de Perelman (2005), esta análise iniciará-se pela discussão do auditório a que se dirige o orador em questão e partirá, em seguida, para um exame de algumas das técnicas argumentativas de que ele lança mão para convencer seu interlocutor a se posicionar pela sua absolvição.





Corpus de análise e situação de produção

O corpus objeto desta análise é constituído por um excerto do discurso proferido, no Plenário da Câmara dos Deputados, em 05 de abril de 2006, pelo Deputado Federal João Paulo Cunha, do Partido dos Trabalhadores – PT/SP. Nessa ocasião, o Deputado defendeu-se da acusação de violar o decoro parlamentar (Representação 44 de 2005, da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados), por ter-se beneficiado de um saque de 50 mil reais da conta do publicitário e empresário Marcos Valério, por sua vez acusado de operar um gigantesco esquema de corrupção – que ficou conhecido como “valerioduto” – para arrecadar fundos para a legenda petista.

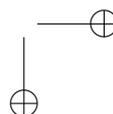
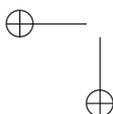
Após o discurso, os demais deputados iriam votar pela sua absolvição ou pela cassação de seu mandato parlamentar. O deputado foi absolvido; foram 256 votos pela absolvição contra 209 pela cassação, sendo que eram necessários 257 votos para a cassação do mandato.

Análise do corpus

Do auditório

Perelman (2005: 22) define auditório como “o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação”. Chama de persuasiva (que leva à ação) a argumentação que pretende valer apenas para um auditório particular e de convincente àquela que deveria obter a adesão de todo ser racional (auditório universal).

O auditório do texto em análise é, eminentemente, particular. O deputado pretende persuadir – ou seja, levar a uma ação (a sua absolvição) – e não apenas convencer seus colegas, que irão votar logo em seguida ao seu pronunciamento. Ainda que, na abertura de sua fala, ele se dirija a um auditório muito maior (aparentemente universal) – “Senhor Presidente (...), companheiros da Mesa, Sras e Srs. Deputados, público presente, minha família, meus amigos, meus companheiros, povo brasileiro que assiste a esta sessão” – o auditório que procura influenciar não se identifica exatamente com este a que ele amplamente se dirige; identifica-se, sim, com os deputados que irão votar, pois apenas estes detêm o poder e a legitimidade de definir (ação pelo voto) a continuidade ou não de seu mandato parlamentar. Sobre isso, Perel-



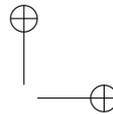
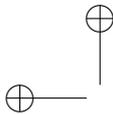
man (2005:21) ressalta: “como a argumentação visa obter a adesão daqueles a quem se dirige, ela é, por inteiro, relativa ao auditório que procura influenciar”.

Vários outros aspectos evidenciam esse caráter particular do auditório do locutor, tais como a utilização de uma linguagem bastante formal (própria do discurso parlamentar) e, por vezes, técnica, compreensível apenas por quem domina o processo legislativo (“mandei o voto em separado”; “Comissão de Constituição, Justiça e Redação”; “membros da Mesa” etc.), as recorrentes referências a autoridades filosóficas (Ortega Y Gasset, Aristóteles, Sócrates, Padre Vieira etc.), a utilização de noções altamente abstratas e complexas (“ética”, “verdade”), as referências históricas (“episódio de Atenas”), as comparações sofisticadas (política e guerra; “a arte de marchetar”).

Tudo isso torna bem evidente o auditório presumido do discursador, ou seja, os outros deputados que são seus colegas de mandato. Nesse sentido, Perelman (Ibidem: 22-23) afirma que “o auditório presumido é sempre, para quem argumenta, uma construção mais ou menos sistematizada” e diz ainda que o conhecimento daqueles que se pretende conquistar é uma condição prévia para a argumentação.

Evidentemente, em se tratando de uma pessoa pública, que sempre depende, para se reeleger, do voto da população (do seu Estado, no caso), poder-se-ia dizer que, de maneira tangencial, o discurso também seria dirigido a essa parcela da população, que também deteria, em um determinado momento (as eleições), o poder para (a ação de) elegê-lo ou não como seu representante político. Entretanto, nessa situação específica em que o discurso é proferido, esse auditório não pode efetivamente agir em proveito do locutor, porque não tem legitimidade para tal. Apenas em um segundo momento, após a manutenção do seu status quo, que se encontra em jogo, é que esse outro auditório (também particular) estaria legitimado para agir.

É bastante provável que, acreditando na possibilidade de sua absolvição (e conseqüentemente, de concorrer em uma nova eleição), o locutor aproveite a oportunidade para dirigir-se, ainda que indiretamente, também a esse outro auditório (seus eventuais eleitores). Isso é revelado nas referências menos requintadas e mais emotivas, como a alusão à família (ao pai, à filha), a menção a um cantor de rock nacionalmente conhecido (Raul Seixas), as demonstrações sentimentais (“eu sofro, sofri e sofrerei”, “isso é muito duro para mim!”), a alusão a sua trajetória de vida (sobretudo a anterior à política: operário/meta-



lúrgico), querendo, com isso, obter a adesão de um auditório bem mais amplo e menos especializado.

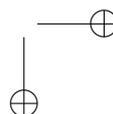
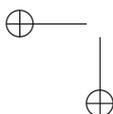
Do Ponto de Partida da Argumentação

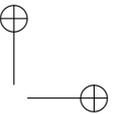
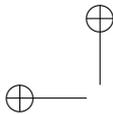
Um dos pontos de partida da argumentação diz respeito à escolha dos dados, à sua apresentação, à forma do discurso etc. Segundo Perelman (Ibidem:162), o orador tem diversos meios para dar a conhecer ao auditório a matéria de seu discurso e estes estão relacionados à apresentação dos dados ou à sua escolha. Falarei, a seguir, de alguns desses aspectos que estão presentes no discurso em análise.

A repetição é uma figura que tem por efeito aumentar o sentimento de presença. Para Perelman (Ibidem:198), a repetição tem o efeito argumentativo não só de proporcionar a presença, mas também, sob a forma de repetição, de oferecer distinções. Assim, no seguinte trecho: Não tenho dúvida alguma de que a resposta ao “para que” é para que eu possa, depois disso, ser outro homem, outro cidadão, outro companheiro, outro político, o orador, além de ser enfático (conferir presença), quer distinguir todas essas figuras (homem, cidadão, companheiro, político) daquelas que ele pretende ser doravante (“outros”, claro, melhores que os anteriores).

O uso das noções não formalizadas, ou seja, noções que levantam problemas quanto à sua precisão conceitual são também bastante importantes na apresentação dos dados. É justamente na vaguidão, na imprecisão do conceito, que se encontra a força argumentativa de tais noções. Há vários exemplos do uso impreciso dessas noções ao longo de todo o discurso. O orador vale-se recorrentemente de conceitos como “honestidade”, “confiança”, “respeito”, “verdade”, altamente abstratos e vagos.

Entretanto, o conceito mais largamente utilizado - igualmente vago - e que se encontra repetido inúmeras vezes durante o discurso é o de “ética”. Valendo-se justamente da plasticidade desse conceito, o orador parte, então, para a sua própria definição dele. Conforme Perelman (Ibidem:195), “a definição oratória é uma figura da escolha, pois utiliza a estrutura da definição, não para fornecer o sentido de uma palavra, mas para pôr em destaque certos aspectos de uma realidade que correriam o risco de ficar no último plano da consciência” (grifo meu). Isso é o que ocorre no seguinte excerto do discurso:

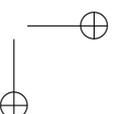
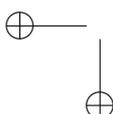




“Hoje deparamos com a exigência singular e imperiosa de qualquer cidadão que queira desenvolver uma atuação política com ética. Mas ética não é algo circunstancial que se adquira num dia e se perca no dia seguinte; não é algo que não se tem e, de repente, passa-se a ter; algo que se pratique somente no ramo de sua atividade. Ética é algo que se incorpora na vida de cada um. Você é ético em sua família, com seus amigos e companheiros, em sua ação parlamentar, na relação com seus eleitores”.(grifo meu)

Nota-se, nessa parte do discurso, que o orador não faz uma definição propriamente dita do que seja “ética”, mas utiliza uma estrutura idêntica à utilizada para definir: “ética é...” e “ética não é...”. Ao fazer isso, o que ele pretende não é fazer uma definição dicionarista do termo, mas, antes, destacar o aspecto “duradouro”, “continuado” que deve permear essa noção. Isso porque pretende que o seu interlocutor – seus pares – sejam levados a considerar o conceito não de uma forma pontual (em relação a um determinado momento da sua vida), mas de uma forma ampliada, que possa abranger toda a sua trajetória. Aqui também está presente o uso da técnica argumentativa do todo pela parte, sobre a qual falarei no próximo tópico.

A escolha das formas verbais é outro aspecto a se considerar na apresentação dos dados. Na concepção de Perelman (Ibidem:168-169), “a escolha dos termos, para expressar o pensamento, raramente deixa de ter alcance argumentativo”. No caso sob análise, é evidente o uso estratégico do vocábulo “circunstância” pelo orador, que recorre a esse conceito 7 vezes, no decorrer do seu discurso. Fica patente a sua intenção de usar uma terminologia mais vaga (ou no dizer de Perelman, “afastada da linguagem habitual”) para evitar o emprego de termos que em nada lhe beneficiariam, porque remeteriam ao erro que cometeu. É a esse aspecto que se refere Perelman, quando diz que a escolha de um termo situa o objeto do discurso numa categoria, melhor do que o faria o uso do sinônimo. Isso ocorre, por exemplo, no fragmento “a circunstância, muitas vezes, leva-nos a profundo questionamento”, em que faz referência à falha cometida, mas não utiliza nenhuma terminologia explícita desse conceito. O momento mais evidente dessa estratégia ocorre justamente na sétima utilização do termo, no trecho a seguir: Por isso, muitas vezes fico indagando de mim mesmo como posso ter caído nessa circunstância, se essa é exatamente a razão de minha ação política de tantos anos... O emprego da palavra “circunstância” nesse trecho soa quase estranho, porque não é comum se dizer que “se cai em uma circunstância”; cai-se, geralmente, em uma cilada,





em uma armação. Talvez seja justamente essa noção que o orador deseje suscitar, i.e., a de que ele foi induzido ao erro, que não teve a intenção, o propósito de incorrer em um ato falho, que foi levado pelas circunstâncias.

Das Técnicas Argumentativas

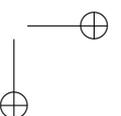
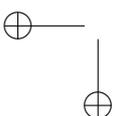
São várias as técnicas argumentativas presentes no texto sob análise. Analisaremos algumas delas, sempre tendo como base a teoria da argumentação proposta por Perelman (2005).

1. Argumentação por analogia: Perelman (Ibidem:424) enxerga a analogia como uma similitude de estruturas, cuja fórmula mais genérica seria: A está para B assim como C está para D. Um exemplo de analogia está presente no seguinte fragmento do texto em foco:

“A arte de marchetar dá a impressão de que algo seja bonito. A arte de marchetar é a arte de cortar madeiras das mais diversas origens e colocar uma ao lado da outra, formando bonitas figuras geométricas (...). Muitas vezes, as palavras são utilizadas com a arte do marcheteiro. A partir de uma palavra forma-se uma frase; a partir dessa frase, forma-se um período, e, a partir do período, forma-se um texto. Enfim, forma-se o que quiser com as palavras.”

Têm-se aqui duas relações (A está para B assim como C está para D), ou seja, madeira (A) está para figura geométrica (B), assim como palavra (C) está para texto (D). Ao fazer uma analogia da arte do marcheteiro com a ação de escrever um texto, o orador pretende ressaltar o que é comum a ambas relações, ou seja, a liberdade de manipulação dos dois objetos: a madeira, de um lado; e a palavra, de outro. Com essa analogia, ao dizer que a arte de marchetar “dá a impressão de que algo seja bonito”, ele pretende também dizer que um texto bem escrito (como as várias matérias jornalísticas, editoriais e textos de opinião que o acusavam na mídia nacional) também “dá a impressão” de ser bonito, bem articulado, bem feito, mas que, em ambos casos, trata-se de uma “impressão” que advém da manipulação incondicional.

b) Argumentação por sacrifício: segundo Perelman (Ibidem: 281-282), “um dos argumentos de comparação utilizados com mais frequência é o que alega o sacrifício a que se está disposto a sujeitar-se para obter certo resultado”. O sacrifício mede o valor atribuído àquilo por que se faz o sacrifício;





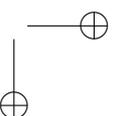
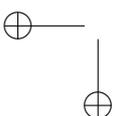
quanto mais valor possuir a coisa sacrificada mais alto será o grau desse argumento. Este argumento está presente no seguinte excerto do texto: (...) Tenho 22 anos de mandato. A metade da minha vida, um pouco mais, eu me entreguei para esta ação – e me entreguei com prazer, não reclamo disso. (grifei)

Nesse trecho, o deputado compara (ainda que simule não fazê-lo) o exercício do mandato político com o sacrifício da vida pessoal. Ao utilizar o vocábulo “entregar-se”, fica clara sua intenção de exprimir o exercício da política como um fardo, um peso, um sacrifício, em prol dos outros cidadãos. Isso fica ainda mais evidente quando repete, logo em seguida, que se entregou com prazer, aumentando ainda mais o valor argumentativo do sacrifício, já que, normalmente, sacrifícios se fazem a contragosto. Mas, no seu caso, ele sente prazer em se sacrificar e por isso “não reclama” disso. A presença do verbo “reclamar” é outra evidência desse sacrifício; já que normalmente a maioria das pessoas reclama de ter que fazer sacrifícios, mas ele não. Colocase, portanto, como um ser superior que, além de sacrificar sua vida pessoal – que é um bem de altíssimo valor – em favor dos outros, o faz sem reclamar e, até mesmo, com prazer.

1. Inclusão da parte no todo: a relação do todo com suas partes é tratada pelo ângulo quantitativo, ou seja, o todo engloba a parte e, portanto, é mais importante do que ela (Ibidem:262). A utilização dessa técnicas fica bastante clara no seguinte trecho, já anteriormente analisado sob outro enfoque:

“Mas ética não é algo circunstancial que se adquira num dia e se perca no dia seguinte; não é algo que não se tem e, de repente, passa-se a ter; algo que se pratique somente no ramo de sua atividade. Ética é algo que se incorpora na vida de cada um...”

Nesse caso, o principal efeito pretendido por essa técnica é o de que não se deve julgar toda a trajetória de um homem (todo) por um fato pontual – ou mais exatamente – por uma ação praticada isoladamente (parte). Nesse ponto, o deputado praticamente chega a admitir que errou, como o faz, discretamente, em outro momento do discurso. Entretanto, clama a seus pares que não o julgue por essa falha específica (“algo circunstancial”), mas por toda a sua história de vida, toda a sua carreira política, de cujo exame, acredita, não se encontrarão outras falhas, sendo, portanto, muito mais relevante que a ação pontual de que é acusado.



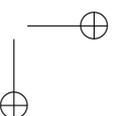
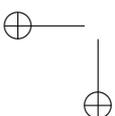


1. Argumentação por comparação e a regra de justiça: nas comparações, cotejam-se vários objetos para avaliá-los um em relação ao outro (Ibidem: 274). Já a regra de justiça “requer a aplicação de um tratamento idêntico a seres ou situações que são integrados numa mesma categoria” (Ibidem:248). Essas duas técnicas argumentativas são utilizadas pelo orador, especialmente no seguinte trecho:

“(...) havia opinião pública na época de Sócrates. A opinião pública de Atenas, à época, fez um julgamento sem direito à defesa e condenou Sócrates à morte. (...) Então, V.Exas. podem perceber que a opinião pública nem sempre acerta (...), nem sempre tem o condão de dizer o que é certo e o que é errado. Muitas vezes, ela toma uma posição que o tempo se encarrega de desmentir.”

Nesse trecho, o orador pretende comparar a sua situação com a do filósofo e pensador grego Sócrates, o qual foi sumária e injustamente condenado pela opinião pública de Atenas. O deputado quer dar a entender que ele também pode ser vítima do julgamento sumário e injusto da opinião pública, tal qual ocorreu com Sócrates. Ele e Sócrates estariam, portanto, integrados na mesma categoria – a de seres condenados injustamente pela opinião pública. O orador reivindica a aplicação da regra da justiça, a qual, nesse caso, seria aplicada ao trazer para a atualidade um exemplo da antigüidade, pretendendo-se um julgamento idêntico (imparcial e justo) ao que teria Sócrates se ele fosse julgado nos tempos de hoje. A comparação com um consagrado ícone do pensamento universal deve-se ainda à tentativa de repelir uma máxima que se traduz no provérbio popular “a voz do povo é a voz de Deus”. Segundo Perelman (Ibidem:188), “uma máxima sempre pode ser repelida, o acordo que ela invoca jamais é obrigatório, mas sua força é tão grande, ela se beneficia de tamanha presunção de acordo, que são necessárias sérias razões para rejeitá-la”

1. Argumentação por autoridade: o argumento de autoridade utiliza atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese. Uma mesma autoridade é valorizada ou desvalorizada conforme coincida ou não com a opinião dos oradores (Ibidem:348-350). No presente caso, o orador destaca a autoridade da mídia, não para valorizar a opinião desta, mas, ao contrário, para desacreditá-la, conforme se mostra no seguinte excerto:





“(...) lutar com o poder que está instalado por meio da mídia é coisa ingrata. Pode-se pensar que se pode contê-lo, mas não há, absolutamente, força capaz disso. A mídia acaba atropelando qualquer pessoa que se põe diante dela. Exatamente por isso fiz opção pelo silêncio (...)”

Aqui, o orador, embora reconheça o imenso poder, a autoridade da mídia enquanto formadora de opinião, pretende desvalorizar essa autoridade, sugerindo que esta está muito mais baseada na força (que “atropela”) do que na razoabilidade e na imparcialidade. Justifica, dessa forma, sua opção pelo silêncio quando dos muitos ataques que lhe foram dirigidos pelos meios de comunicação.

Considerações Finais:

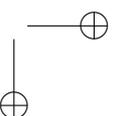
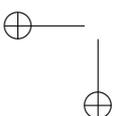
Neste trabalho, tentei ressaltar alguns dos principais aspectos da teoria da argumentação de Perelman presentes em um excerto de um discurso parlamentar. Esta análise não pretendeu esgotar todas as técnicas argumentativas e outras questões previstas por Perelman e que estariam presentes no texto analisado. Há, certamente, bastante espaço para que tal análise possa ser ainda mais estendida e aprofundada, já que os conceitos e questões abordados por Perelman em seu Tratado de Argumentação são inúmeros e dotados de muita complexidade. Entretanto, do exame feito, já foi possível observar o quanto rica, bela e densa é a teoria da argumentação que esse autor nos apresenta e o quanto se pode explorá-la para uma compreensão maior e mais consciente do discurso argumentativo.

Referências

PERELMAN, C. & OLBRECHTS-TYTECA, L. (2005). *Tratado da Argumentação. A nova retórica*. Martins Fontes: São Paulo.

Anexo

Trecho do discurso proferido pelo Deputado JOÃO PAULO CUNHA (PT-SP) na Sessão Plenária da Câmara dos Deputados em 05 de abril de 2006:



“Sr. Presidente, Deputado Aldo Rebelo, companheiros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, público presente, minha família, meus amigos, meus companheiros, povo brasileiro que assiste a esta sessão, em momentos difíceis como este, que nos põem à prova como seres humanos, imediatamente vem à nossa cabeça o comum questionamento do porquê. Por que temos de passar por experiências como esta?

Permita, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inverter a lógica da pergunta. Pergunto: para quê? Essa pergunta vem a calhar porque no fundo da minha alma resgato um pouco a resposta para minha pergunta: para quê? Descubro que é exatamente para que possamos aprender, para que possamos enfrentar esta provação e dela tirarmos lições e sairmos mais fortes, mais humildes, mais dispostos a continuar nossa jornada.

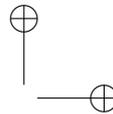
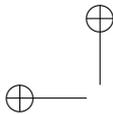
Não tenho dúvida alguma de que a resposta ao 'para quê' é para que eu possa, depois disso, ser outro homem, outro cidadão, outro companheiro, outro político. Essa a razão básica da pergunta inicial que me faço, à qual tento responder, com a permissão de V.Exas.

E é com este sentimento de honestidade, de confiança e de respeito que me dirijo a cada uma das Sras. Deputadas, a cada um dos Srs. Deputados, à minha família, aos meus amigos, aos meus companheiros e ao povo brasileiro, para prestar conta desse episódio, para tentar convencê-los de que a circunstância, muitas vezes, leva-nos a profundo questionamento. E há mudanças para as quais temos de estar abertos.

O filósofo espanhol Ortega y Gasset cravou, no século passado, a máxima utilizada no mundo todo de que o homem é um 'eu e sua circunstância'. E completou dizendo que a vida e a circunstância integram o próprio homem, e que, portanto, viver é viver em alguma circunstância.

E vejam os senhores em que circunstância eu me encontro hoje. Tenho 22 anos de mandato. A metade da minha vida, um pouco mais, eu me entreguei para esta ação - e me entreguei com prazer, não reclamo disso. Fui Vereador, Líder de bancada na minha cidade, Deputado Estadual, Líder de bancada no meu Estado, Deputado Federal, Líder de bancada nesta Câmara dos Deputados, e me transformei Presidente da Câmara. Fui Presidente do meu partido no meu Estado, dirigente do meu partido no meu Município, dirigente no meu partido no plano nacional.

Antes disso, pratiquei diversas atividades: fui dirigente do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da minha cidade, da Pastoral da Juventude, da Pas-



toral Operária e militei pela democratização do País. E, em todo esse tempo, Sr. Presidente, nunca precisei comparecer a canto nenhum para responder sobre meus atos e minhas ações. Eu sempre tive, e tentei ter, comportamento condizente com aquilo que falo e com aquilo que pratico. Mas a circunstância me impõe vir aqui ao plenário desta Casa justificar e conversar com os Srs. Parlamentares sobre o que é exatamente o meu interesse. Confesso aos nobres Deputados e às nobres Deputadas: isso é muito duro para mim! Eu sofro, sofri e sofrerei, eu e as pessoas que me conhecem.

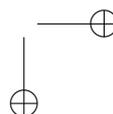
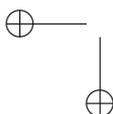
Confesso até a V.Exas. que pensei, no começo dessa crise, em deixar o resto que remanesce do meu mandato e ir embora - mas não para tentar buscar no próximo pleito o retorno. Confesso que pensei em tentar reconstruir um novo caminho, repensar minha vida e buscar, eventualmente, até outra atividade. Pensava em outra coisa. Mas resisti. E resisti a partir de 2 coisas simples que talvez nem interesse muito a V.Exas, mas que desejo partilhar. Há um retrato do meu pai, no meu escritório, em São Paulo. Abaixo do retrato há uma frase do Raul Seixas que diz assim: 'Se me faltar coragem para seguir viagem, a fé que me faltar eu vou buscar em você, meu pai.'

Meu pai foi um operário. Trabalhou durante 25 anos como metalúrgico em Osasco. Ele me ensinou 4 coisas básicas: a honra, a moral, a honestidade e a solidariedade. E eu as pratico, como meu pai falou e me ensinou.

Se não bastasse isso, a minha filha, no início da crise, perguntou-me: 'Mas, pai, por quê?' A partir daquele instante eu pensei: 'Eu não vou partir. Eu vou ficar, vou resistir e vou falar.'

Pois bem. Trago a V.Exas. 2 coisas: em uma mão, a minha história; e, na outra mão, a verdade.

A arte de marchetar dá a impressão de que algo seja bonito. A arte de marchetar é a arte de cortar madeiras das mais diversas origens e colocar uma ao lado da outra, formando bonitas figuras geométricas. Com madeiras diferentes é uma bela arte. Pois bem. Muitas vezes, as palavras são utilizadas com a arte do marcheteiro. A partir de uma palavra forma-se uma frase; a partir dessa frase, forma-se um período, e, a partir do período, forma-se um texto. Enfim, forma-se o que quiser com as palavras. Elas estão dispostas na prateleira para serem usadas do jeito que quisermos. Mas decidi aqui ficar e conversar com os senhores com essas 2 coisas: com a minha história e com a verdade. Evidentemente, posso estar errado, mas os companheiros e com-



panheiras que lutarem com a história e com a verdade serão bem recebidos e, certamente, serão absolvidos.

Esse tipo de processo, Sr. Presidente, muito difícil, nos leva a lembrar importante frase: a política é quase tão incitante quanto a guerra e tão perigosa quanto ela. A diferença é que na guerra só se morre somente uma vez, enquanto a gente permanentemente está morrendo na política.

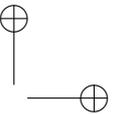
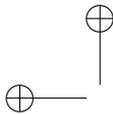
Digo isso desta tribuna, perante as Sras. e os Srs. Deputados, para me desculpar. Peço desculpas ao Deputado Cezar Schirmer se o ofendi, há alguns dias, quando do encerramento dos trabalhos no Conselho de Ética. E quero estender minhas desculpas a seus companheiros, à sua família, a seus amigos do Rio Grande do Sul, caso também tenham se ofendido. Isso não é do meu feitio; não faz parte da minha vida. Então peço desculpas, e deixo-as registradas. Afinal, nós somos diferentes. Espero que S.Exa. receba minhas desculpas de bom coração.

Consciência é a palavra chave que tenho utilizado neste período e que quero utilizar nesta reflexão com as senhoras e os senhores.

Após a meditação, após meu silêncio, atitude que tomei de forma pensada e como opção, tenho que dizer que fiz o que era correto porque, muitas vezes, lutar contra o poder que está instalado por meio da mídia é coisa ingrata. Pode-se pensar que se pode contê-lo, mas não há, absolutamente, força capaz disso. A mídia acaba atropelando qualquer pessoa que se põe diante dela. Exatamente por isso fiz opção pelo silêncio, e hoje me sinto confortável, mais tranqüilo, em particular com minha consciência e com as pessoas com quem conversei.

Tive a oportunidade de mandar aos Srs. Deputados, salvo engano, 3 correspondências. Para alguns Deputados, membros da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, para os Srs. Líderes, para os membros da Mesa, para nosso Procurador e para nosso Ouvidor, mandei o Voto em Separado, peça mais substancial, de quase 80 páginas, para que os companheiros pudessem lê-lo. Fiz isso seguro de que estava prestando um serviço à Casa; de que estava prestando um serviço aos Srs. Deputados para que, hoje, pudessem se posicionar com um pouco mais de tranqüilidade.

A tranqüilidade do posicionamento se dá fundamentalmente na Ética. É na Ética, Sr. Presidente, que gostaria que pudéssemos buscar o gancho para o voto de hoje.



Vejam bem. Há quase 400 anos antes de Cristo, em Atenas, tivemos um grande filósofo, um marco na história da Filosofia, porque trouxe à luz a idéia de se compatibilizar a discussão ética com a política. Aristóteles conseguiu fazer isso de forma perfeita, de forma muito combinada, 400 anos antes de Cristo.

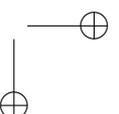
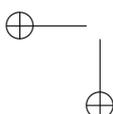
Desse episódio de Atenas, Sr. Presidente, é importante considerarmos que, naquela época, já existia opinião pública - e quero que V.Exas. considerem como parêntese que havia opinião pública na época de Sócrates. A opinião pública de Atenas, à época, fez um julgamento sem direito à defesa e condenou Sócrates à morte. Os crimes cometidos por Sócrates foram 2: o primeiro, afrontar o Estado da época no questionamento a seus deuses, e, segundo, corromper sua juventude.

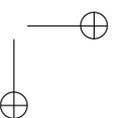
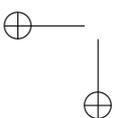
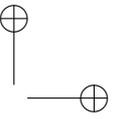
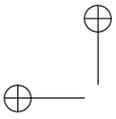
Então, V.Exas. podem perceber que a opinião pública nem sempre acerta. A opinião pública nem sempre tem o condão de dizer o que é certo e o que é errado. Muitas vezes, ela toma uma posição que o tempo se encarrega de desmentir.

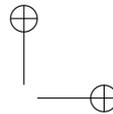
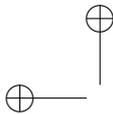
Sócrates é tão marcante que consideramos os pré-socráticos e os pós-socráticos para bem definir sua passagem na História da Humanidade.

O desenvolvimento da Ética continuou ao longo da história. Hoje deparamos com a exigência singular e imperiosa de qualquer cidadão que queira desenvolver uma atuação política com ética. Mas ética não é algo circunstancial que se adquira num dia e se perca no dia seguinte; não é algo que não se tem e, de repente, passa-se a ter; algo que se pratique somente no ramo de sua atividade. Ética é algo que se incorpora na vida de cada um. Você é ético em sua família, com seus amigos e companheiros, em sua ação parlamentar, na relação com seus eleitores.

Quero dizer com muita tranquilidade que tenho atuado todos esses anos baseando-me essencialmente na Ética. Por isso, muitas vezes fico indagando de mim mesmo como posso ter caído nessa circunstância, se essa é exatamente a razão de minha ação política de tantos anos...”







Representação teatral e retórica em Luciano de Samósata

Pedro Ipiranga Júnior

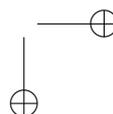
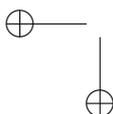
Universidade Federal do Paraná

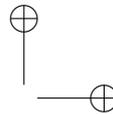
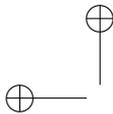
“TU , por um lado, talvez, ó querido Celso, de pouca monta e insignificante crês o que encomendaste: a requisição de enviar a ti, tendo inscrito em livro, a vida de Alexandre, o farsante de Abonotico, suas tramas, seus feitos audaciosos, seus sortilégios. Mas, isto, por outro lado, caso alguém queira contar cada coisa de modo preciso, não é menor do que registrar as ações de Alexandre, filho de Filipe: tão grande aquele para a maldade, quanto este para a virtude. (...) Sinto vergonha, na verdade, por nós ambos, tanto por ti, quanto por mim: por ti, por um lado, pretendendo entregar à memória e à escrita a figura de um homem três vezes maldito; por mim, de outro, porque me aplico com esforço sobre tal história e sobre as ações de um homem que não devia ser digno de ser lido diante de pessoas instruídas, mas de ser visto, ele, num grande teatro público lotado, sendo dilacerado por raposas e macacos (LUCIANO, *Alexandre ou o falso profeta*, 1-2).”

Nesta obra, *Alexandre ou o falso profeta*, Luciano ingressa propriamente no gênero biográfico, abordando de forma cronológica, depois dessa parte inicial epistolar e da caracterização física e psicológica do personagem, os eventos da vida de Alexandre de Abonotico. O escrito é dirigido a Celso, que alguns comentadores (Cf. Avramides, 2000, p. 11-13) identificam como o mesmo Celso que escreveu um discurso contra os cristãos¹. Assim, a forma escolhida por Luciano para o seu relato é a epistolar, a qual, de fato, era frequentemente adotada para tratados de cunho filosófico na Antigüidade. O *bíos* escrito por Luciano, por seu turno, enquadrar-se-ia num gênero biográfico cômico, também em relação de filiação com a história.

Além disso, o biográfico se revelaria como um gênero misto; com efeito, se a história, por ter sempre na verdade o seu objetivo mais genuíno, não admite, segundo nosso autor, o elogio ou o artifício retórico da amplificação, o *bíos*,

¹ A obra de Celso *Alethés Lógos katà Khristiánon* pode ser depreendida do livro de Orígenes *Contra Celso*, que responde as acusações daquele filósofo contra o cristianismo passo a passo. A edição grega daquela obra extraída desta de Orígenes foi feita recentemente por Pétros Oikonómou e Giánnis Khristodoúlo, sendo a ela que estaremos fazendo referência.

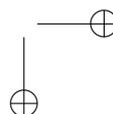
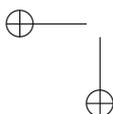


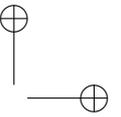
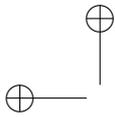


ao contrário, em sua vertente séria, englobaria traços do encômio e, na vertente cômica, forjada por Luciano, faria uso do *psógos*, da censura, da injúria, da invectiva. As alusões que ele faz, de um lado, a Pitágoras e Alexandre (temas tradicionais da biografia na Antigüidade), e, por outro lado, à pretensa figura de Tiloboro (como anti-herói, cujas ações seriam exemplares no sentido inverso), bem como a comparação explícita entre um e outro 'Alexandres' (em que o contraste é figurado em termos de virtude *versus* maldade), demonstrariam que Luciano não apenas se propõe escrever simplesmente um *bíos*, mas, antes de tudo, situar-se criticamente em relação ao gênero biográfico, refletindo e levando o leitor a refletir sobre os efeitos de um tal discurso. Segundo Branham (Branham, 1989, p. 187-190), Luciano estaria interessado em desvelar o mecanismo funcional que, estando presente nesse tipo de gênero, concederia ao personagem em questão sua estatura mítica. Assim, munido do humor como sua arma crítica, ele conseguiria dissolver a dinâmica discursiva responsável pela crença e a idolatria.

Se essa constituição do *bíos*, pela sua contaminação ou transposição do *psógos* (discurso de censura) a partir do gênero epidítico, já revelaria a base retórica em que Luciano opera e, de qualquer maneira, refuncionaliza, um exame de sua obra como um todo, a exemplo de Bompaire, certificar-se-ia do emprego ostensivo que ele faz dos gêneros retóricos e dos *progymnasmata*, exercícios retóricos preparatórios (Cf. Bompaire, 1958, p. 239-469). Não obstante, cabe aqui chamar a atenção para um modo específico de ele atuar no campo da retórica e que se vincula a uma forma de apelo à dramaticidade, como um constituinte estruturante de várias de suas obras. Em vista de abordarmos essa questão (da dramaticidade) dentro de textos que não deixam de evidenciar as marcas da escrita (marcas epistolares), vamos nos servir de algumas noções aristotélicas que tangenciam tal problemática sem, todavia, determiná-la de modo sistemático.

Embora Aristóteles, na *Retórica*, defina no Livro I cada gênero retórico (deliberativo, dicânico, epidítico) em função de uma situação enunciativa específica (a assembléia, para o primeiro; o tribunal, para o segundo; uma situação de aparato, para o último), ele, contudo, não deixa de discernir no Livro III dois estilos básicos de elocução, distinção essa que já indicaria, indiretamente, uma extrapolação de seu quadro retórico. Há no livro III da *Retórica*





uma preocupação tal com a *hypókrisis*² que, mesmo recebendo um tratamento teórico desdenhoso, ela aparece em vários momentos da argumentação. Com efeito, ao falar da conveniência de haver para cada gênero retórico um modo de elocução diferenciado, Aristóteles apresenta, de maneira curiosa, dois tipos de estilo que podem distinguir os discursos: o gráfico (*graphiké*) e o agonístico (*agonistiké*) ou disputativo (Aristóteles, *Retórica*, III, 12 [1413b]). O primeiro diz respeito a um manejo da língua grega de modo mais acurado e culto (*hellenízein*), sendo o que revela uma maior exatidão no tratamento das questões; as obras feitas nesse estilo gráfico são as mais apreciadas pelo público leitor, o que evidenciaria o seu aprimoramento artístico.

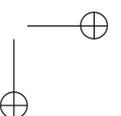
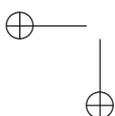
O segundo estilo constitui-se como o mais performático (*hypokritikotáte*), menos cuidado estilisticamente e sem compromisso com o rigor de expressão que distingue o antes citado. Tal estilo agonístico revela uma *dýnamis*, uma efetividade, que o aproxima da *hypókrisis* dos atores, cujas espécies seriam de dois tipos: uma que prima pelos caracteres, e outra, pelas paixões. O gênero retórico mais apropriado a um estilo agonístico seria então o que concerne à assembléia dos cidadãos, isto é, o deliberativo referente a um grande público (*demegoriké*)³.

Já o gênero epidítico deve apresentar o estilo mais gráfico. Por conseguinte, a leitura de obras de um tal gênero deve pressupor uma audiência mais instruída, a princípio. Estando entre um e outro, o gênero dicânico, por sua preocupação com a exatidão (*akríbeia*), tenderia mais para o estilo gráfico, o que, de certo modo, causa um certo estranhamento, uma vez que o discurso preparado pelo logógrafo para o processo jurídico é, de certo modo, encenado por aquele que se apresenta diante do tribunal, ou seja, é fabricado e destinado para uma certa performance.

De qualquer maneira, em todo gênero retórico seria esperável, em maior ou menor grau, a manifestação de uma performance locutória; esta, embora guarde uma especificidade relativa à prosa retórica, tem como referência precípua a performance (*hypókrisis*) dos atores. Por seu turno, aquilo que diz

² Temos traduzido *hypókrisis* por atuação ou performance locutória e *hypokritikón* por aquilo que diz respeito à atuação ou o que é performático.

³ Segundo Aristóteles (*Retórica*, I, 3 / 1358), é possível deliberar em público ou em uma situação particular; o segundo caso parece não ser teoricamente significativo para ele aqui, uma vez que se refere explicitamente à multidão, a um grande público que não julga com critério e rigor.



respeito ao estilo gráfico não implica numa ausência de atuação discursiva; pelo contrário, indicaria uma *hypókrisis* mais atenta e mais cuidadosa com os procedimentos retóricos e os fins estéticos a eles vinculados, sendo ela fabricada pelo logógrafo ou *logopoiós*. À escrita de uma tal prosa corresponde a performance de uma leitura, por assim dizer, quase dramática.

A partir daí, podemos concluir, de certa forma, que a comunicabilidade retórica é vinculada estreitamente a uma performance dramática, mesmo se tratando de um estilo gráfico, na concepção aristotélica, ou, mais precisamente, de um texto escrito, no caso de Luciano. O que pretendemos, portanto, investigar em Luciano não é sua assimilação de formas retóricas e dramáticas, mas a função da estruturação dramática de algumas de suas obras (narrativas biográficas) dentro de uma situação de profundo teor retórico, a saber, uma situação de julgamento. Como exemplo de caracterização dramática de personagem, temos o passo seguinte:

“Em suma, pois, concebe para mim e imprime na mente uma certa mistura de alma constituída de mentira, de astúcias, de perjúrios, de artifícios, leviana, ousada, descarada, aplicada em realizar tudo que planeja, simuladora do melhor e figurando uma imagem a mais oposta possível de sua intenção.”
(LUCIANO, *Alexandre ou o falso profeta*, 4)⁴

Do *pseûdos*, da ordem do falso, do enganoso, do artificioso, do fingido, do representado, é como é referido o modo de pensar e de proceder de Alexandre em relação aos outros. Luciano busca delinear e desvelar como que os bastidores de um teatro, cuja cena o público acredita ser verdadeira. Desde o início Alexandre é apelidado de *góes*, como alguém que engana os outros, fazendo uso de procedimentos de magia e encantamentos, ou seja, um feiticeiro charlatão, um farsante de profeta. Também o mestre de Alexandre, que fora discípulo de Apolônio de Tiana, é qualificado de *góes*, um charlatão daqueles que “com magia e ensalmos divinos prometem graças nos negócios amorosos, desgraças para os inimigos e descoberta de tesouros e legados de heranças” (Idem, 5). Nos antípodas desse retrato de Alexandre está a figura do destinatário, Celso, um homem reputado pelo ego-narrador como admirável pela

⁴ Luciano, *Alexandre ou o falso profeta*, 4. Nossa tradução tende para um certo literalismo, em vista de realçar o sentido de determinados termos; consultamos também a tradução excelente dessa obra feita por nosso colega Daniel Gomes Bretas, a quem agradecemos a gentileza de nos ceder seu trabalho, antes mesmo de ser publicado.

sabedoria, pelo amor à verdade, pela doçura de caráter, pela probidade, pela tranqüilidade da vida, pela amabilidade com os que o rodeiam (Idem, 61). A figura do destinatário é utilizada, de certo modo, para fornecer um respaldo de ordem moral e intelectual para a posição do ego-narrador.

Branham também sublinha esse jogo com as figuras do narrador, do pretenso destinatário e do biografado. Segundo ele, Luciano explora a metáfora teatral para caracterizar a subida e a descida de seu anti-herói, bem como para salientar a discrepância entre aparência e realidade, que seria um antídoto satírico eficaz contra a crença ingênua, sem parâmetros críticos de julgamento (Branham, 1989, p. 196). Assim, o fato de transformar o profeta em ator de uma comédia de afetação e o seu *bíos* num teatro ilusório permite ao escritor privá-lo (...):

“(...) da fonte de seu poder: sua habilidade para evocar temor e espanto em sua audiência. Pois a autoridade do profeta sobre seus seguidores está em função da sua crença nas maravilhas do conhecimento profético e nos notáveis benefícios que promete àqueles a quem o profeta favorece. (...) Daí, para despojar a legenda do profeta do poder de efetuar ulteriores conversões, o satirista precisa recontá-la de modo a provocar outra resposta, um inimigo para o espanto — a saber, o riso. A estratégia do “Alexandre” é reformar a sagrada história de Alexandre numa espécie de maliciosa ficção.” (Idem, p. 187)

Se na cenografia discursiva Luciano usa procedimentos burlescos, paródicos e vários outros tomados à comédia, conforme enfatiza Branham, os termos que ele emprega para qualificar o *bíos* de Alexandre são *dráma* e *tragoidía* (Luciano, *Alexandre ou o falso profeta*, 12, 25, 60). Talvez isso se deva ou ao deslocamento de sentido da palavra *tragoidía*, ou seja, uma referência à perspectiva daqueles que seguiam Alexandre e que acreditavam piamente em seus prodígios e profecias, como Rutiliano, ou constitua propriamente uma remissão ao teatro grego, como uma forma herdada por Luciano e refigurada nessa peça biográfica, deslocando o riso cômico e satírico para a esfera do gênero sério representado pela tragédia. Se, de outro ângulo, o discurso tem um caráter de *psógos*, de censura e vitupério, o juízo recai sobre a figura do leitor, em geral, e do destinatário, em particular, que teriam um e outro a função de julgar o que está sendo relatado.

O recurso ao dramático e ao teatralmente biográfico, que é responsável pela dinâmica que perfaz a tessitura do *Alexandre*, atravessa a produção lu-

ciânica como um todo e vem a ser, segundo Brandão, uma apropriação do que há de mais genuíno na tradição grega (o teatro), por parte de Luciano, para a constituição de uma “poética da alteridade” (Brandão, 1992, p. 417). Através de uma argumentação minuciosa, Brandão expõe uma variedade de sentidos que a opção “teatral” adquire na obra de Luciano: proporciona uma visão deslocada do próprio, uma vez que na representação do teatro já aparecia, exemplarmente, uma sobreposição de planos, em que os níveis do heróico e do divino, estando imbricados, suscitavam perspectivas diferenciadas (Idem, p. 434- 435); vem a ser, com efeito, uma forma de problematizar o idêntico, de ver o familiar como estranho, de sentir-se estrangeiro em sua própria pátria (Idem, p. 426); permite criticar a sociedade dos homens ao retratar a esfera divina, já que os deuses, como o grande outro, ao se tornarem personagens de teatro para os homens, afiguram-se igualmente ridículos e risíveis, provocando o riso no leitor ou no ouvinte; sua função aqui seria também de denúncia das desigualdades sociais (pois forneceria um reflexo do mundo dos homens), levando a pensar o problema da identidade na perspectiva da diferença (Idem, p. 440-442).

Mas essa radicalização da visão teatral produziria, segundo o mesmo autor, uma mescla dos constituintes da mimese dramática, o produtor do discurso, o ator e o público, em função de que a recepção seria deslocada para o centro da cena.

Sem dúvida, o horizonte da morte confere ao *bíos* do homem, enfocado pelo prisma da teatralidade, um caráter de tragédia, o qual Luciano procura explorar em *Alexandre ou o falso profeta*, mas que não deixa de ser um *tópos* tradicional explorado por Platão e, em certa medida, por Homero (Cf. Homero, *Iliada*, v. 146-149; Platão, *Leis*, VII, 801-803). Entretanto, a perspectiva luciânica não se reduz a esse teatro do mundo, como esboçado em Platão, nem mesmo se conforma em assumir o ponto de vista do público ou, pelo menos, de qualquer público. O espectador é representado em cena, certamente, mas também participa da encenação o sujeito que assina o discurso e, de certa forma, o leitor. Se tanto Alexandre quanto Luciano se tornam personagens (Celso, inclusive), então a ênfase recai sobre um tipo de público que possa acompanhar o processo da peça ou da narrativa do início ao fim, ou seja, sobre um público que, qual Luciano, possa irromper repentinamente para dentro da cena, na condição e na função de ator.

Talvez seja *Nigrino*, mais do que *Alexandre*, a obra em que a teatralidade se insere em todos os elementos e em todos os aspectos da narrativa. Isso faz com que possa melhor nos esclarecer acerca da função e do estatuto do que seria uma poética da teatralidade. Estamos fazendo referência, a rigor, não a um, mas a dois textos, que, em termos formais, são diferenciados (a *Carta a Nigrino*, em forma epistolar, e *Filosofia de Nigrino*, em forma dialogada), mas que são tratados como uma mesma obra pela maioria dos comentadores (Cf. Alsina, 1981; Harmon, 1996; Quacquarelli, 1956, p. 37-38).

Loukianós Nigrínoi eû práttein - Luciano a Nigrino, saudações (que estejam passando bem).

O provérbio diz “uma coruja para Atenas”, querendo significar que seria ridículo se alguém quisesse levar para lá corujas, uma vez que existem muitas naquele lugar. E eu, se quisesse mostrar o poder dos discursos (*dýnamis lógon*) e, em seguida, tendo inscrito em um livro, o enviasse a Nigrino, expor-me-ia ao ridículo, como que importando efetivamente corujas.” (Luciano, *Carta a Nigrino*)

Os comentadores, em geral, se referem à metáfora teatral no *Nigrino*, porém restringem sua análise à descrição fornecida pelo personagem, relativa à vida em Roma, comparada a um teatro de grandes dimensões, ou à vida humana em geral, contemplada, pelo prisma da filosofia, como um drama teatral com numerosos personagens (Luciano, *Nigrino*, 18, 20. Cf. Quacquarelli, 1956, p. 46-47; Bompaire, 1958, p. 502-503; Jones, 1986, p. 85; Brandão, 1992, p. 406). Enquanto Bompaire afirma que, nesta comparação com o teatro, haveria menos uma apropriação platônica do que um motivo próprio aos cínicos, Quacquarelli vê aí uma atitude platônica por excelência: a contemplação da atividade moral. Com efeito, o argumento do estudo deste último é a comparação entre o *Nigrino* de Luciano e o *Ad Donatum* de Cipriano, com base na premissa de que em um e outro haveria uma narrativa de conversão, do paganismo ao cristianismo no último, da retórica à filosofia (no caso, platônica) no primeiro. Embora não concordemos que haja uma verdadeira conversão da parte de Luciano, como acredita esse estudioso (Quacquarelli, 1956, p. 49), consideramos que se trata de *mimesis* de uma conversão⁵, menos

⁵ Em vez de conversão, Brandão prefere deduzir daí uma aquisição de acuidade de visão. No entanto, isso, somada a intenção de se representar uma mudança de consciência, também pode ser considerado como uma forma de conversão, tanto que a conversão de Cipriano apresenta

como adoção de valores do que como a encenação dos efeitos condizentes ao estado de espírito de um recém-convertido.

Sem dúvida, a temática ligada ao contraste entre Grécia e Roma ocupa a maior parte da obra, com uma preponderância do catálogo de vícios associado aos hábitos dos ricos, dos falsos filósofos e da cidade. Em termos gerais, seria esta a disposição do relato: primeiro discurso indireto do interlocutor-narrador (12-16); discurso de Nigrino em primeira pessoa (17-25); segundo discurso indireto (25-34); na parte inicial, estaria o prólogo (1-12) e, na final, são descritos os efeitos da suposta conversão do interlocutor-narrador (de certa forma, assimilado ao nome próprio de Luciano, indicado na *Carta*) e os efeitos sobre o outro interlocutor.

É claro que é esse quadro de denúncia e de crítica social que dá a tônica para o modo de interpretar o *tópos* referente à conversão, sendo a metáfora do olhar ou da acuidade de visão o princípio que confere, em certo nível, uma organização e unificação à narrativa. No entanto, a metáfora teatral, como outro princípio da concepção e estruturação narrativa, não tem recebido a atenção devida dos comentadores, uma vez que se interessam apenas pela parte concernente a Nigrino, deixando de analisar o prólogo. Com efeito, nele o interlocutor-narrador luciânico descreve, de antemão, a efetividade do discurso de Nigrino sobre si mesmo: uma ambrosia capaz de superar o encanto das sereias, dos rouxinóis e do lótus de Homero; ele se sente, assim, inspirado e embriagado pelos discursos (*éntheos kai methýon hypò tôn lógon*), possuído por uma loucura não desprovida de razão (*ouk alógos maínomai*). Dessa maneira, os efeitos de um tal discurso parecem relevar menos da filosofia do que da poesia, figurando menos uma cura da cegueira espiritual do que uma intensificação daquilo que é sentido como afecção, *peponthênai, patheîn* (Luciano, *Nigrino*, 3-6).

Como na *Carta a Nigrino*, também se encontra aqui uma temática ligada ao Eros, em que se faz alusão aos amantes e aos amados (evocando tanto o contexto do *Banquete*, quando do *Fedro*). Assim como, pela descrição de Sócrates, Fedro passara a madrugada num esforço de memorização e assimilação do discurso escrito de Lísias, assim também o interlocutor-narrador do

a mesma analogia de sair da escuridão para a luz (Quacquarelli, 1956, p. 125-130; Cipriano, *Ad Donatum*, 3-14; além disso, o interlocutor-narrador luciânico é descrito como manifestando hábitos diferenciados, separado das antigas amizades e não mais imiscuído nas conversações costumeiras do passado (Luciano, *Nigrino*, 1).

Nigrino faz essa prática mnemônica (*meléten*), repetindo as palavras de Nigrino duas ou três vezes por dia, relembrando alguns de seus atos e discursos e imaginando-o presente em todas as ações praticadas por si mesmo (Idem, 6-7. Cf. Platão, *Fedro*, 227d-228c; para referências ao *Banquete* e ao *Alcibíades*, ver Bompaire, 1958, p. 530 (n. 3)). Além da ambiência própria a esses exercícios “espirituais” ou a esta “prática de si”, esperável em qualquer discípulo iniciado em alguma escola ou corrente filosófica, as analogias com o *Fedro* (e mesmo com o *Banquete* e a *República*) apontam na direção de uma problematização do discurso, de seu poder e efeitos, tal como foi anunciada na *Carta*.

Enquanto no *Fedro* a discussão sobre o amor, em sua representação da força do discurso, leva a uma problemática da escrita, em termos mais gerais, mas também do discurso logográfico, num sentido mais político (o que seria corroborado, de certa forma, pela menção à figura de Isócrates), no *Nigrino*, de forma análoga, pôr em questão o poder e a efetividade dos discursos traz a discussão para o terreno político, no caso, através de um contraste entre Roma e Atenas, em função do que, elogiando esta e censurando aquela, é criticada a ideologia oficial romana, que, então, tinha à frente o próprio Imperador, um rei-filósofo.

Ao enfocarmos a *dýnamis* dos discursos, verificamos aqui uma dupla estratégia de abordagem da questão: a forma epistolar e a metáfora teatral. A primeira provoca uma contaminação de qualquer *lógos* do relato com as marcas da escrita: os discursos, pretensamente ditos, de Nigrino e o diálogo como um todo. Se a referência precípua é a Platão, então o encontro com Nigrino, segundo uma cenografia discursiva construída com ícones da filosofia (havia um livro na mão de Nigrino, imagens de antigos filósofos em torno dele, um quadro com desenhos de figuras geométricas, uma esfera representando o universo), então esse encontro indicaria um ato de leitura e reescrita, ou seja, o diálogo escrito de Platão acaba por suscitar o diálogo escrito de Luciano, da mesma forma que os discursos do personagem Sócrates seriam uma resposta e uma re-composição crítica do escrito de Lísias.

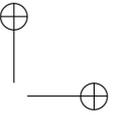
Por outro lado, há uma complexidade relativa ao uso de vários níveis de dramaticidade. O personagem do *Nigrino* (referente ao remetente da carta, que assina como Luciano), no prólogo, investe a si mesmo da função de ator, um ator (trágico ou cômico), segundo ele, de má qualidade de atuação (Luciano, *Nigrino*, 8). Seu interlocutor ficaria na posição normal do público, cujo jul-

gamento se manifesta sob a forma de assobio ou aplauso. Segundo aquele, o poeta da peça (*drámatos*) seria o próprio Nigrino, o qual, longe da cena, não se responsabilizaria pelos erros e equívocos do ator.

Não obstante, embora o interlocutor-narrador diga que não fará a *mímesis* dramática como se fosse o próprio Nigrino, o fato é que, em dado momento (17), irrompe o discurso do filósofo em primeira pessoa. Dessa forma, o destinatário da *Carta* se transforma num personagem representado pelo agente (ator) que assina o escrito. Este agente do drama, que representa tanto quem é afetado pelo discurso, quanto quem exerce a *dýnamis* discursiva sobre outrem, declara explicitamente que quer pôr à prova a sua capacidade como ator relativamente à memória (*hopoîôs tís eimì tèn mnémen hypokités*), qualificando-se, em relação às demais coisas, como desempenhando o papel de mensageiro na tragédia (Idem, 9), ou seja, encarregado de fazer a narrativa.

Revela-se, portanto, enfatizada a perspectiva não do público em geral, mas da parcela da recepção que, vendo-se representada pela figura de um agente no drama, tem uma percepção semelhante à do ator que acompanha a montagem do início ao fim, o que acarreta a transformação da narrativa em drama, cujos elementos estão deslocados e suscetíveis de representarem um ou outro papel, na qualidade de agente dramático. Embora não seja o caso de adentrar em considerações sobre teoria de teatro, definimos este tipo de recepção como o segundo público, o qual, em princípio, é representado pelos próprios atores encarregados da encenação, mas, de modo mais abrangente, diz respeito àqueles que, numa narrativa ou numa encenação, são passíveis de se envolver no processo da montagem e da composição. A tais denomino formalmente de sujeitos dramáticos (cf. Ipiranga Júnior, 2000, p. 56-70).

A categoria de sujeito dramático, enquanto uma espécie de sujeito destinatário, afigura-se útil para pensarmos um traço marcante do *Nigrino*, mas igualmente importante no *Alexandre* e em *Sobre o fim de Peregrino*, a saber, o *páthos*. O ser afetado pelos discursos (assim como o ser afetado pelo contexto moral e político da cidade de Roma ou a possibilidade de não sê-lo, porque afetado pelo *lógos* do filósofo) parece colocar todos os sujeitos dramáticos doentes, ébrios, atingidos pelo *lógos*, feridos. Não é à toa que o símile escolhido por Luciano para a *psykhé* é o do alvo, correlativo ao do arqueiro. Nigrino (ou, de certo modo, Platão), como agente do discurso, é representado pela figura do bom arqueiro que, avaliando a capacidade e a qualidade da *psykhé* e calculando a tensão do arco para ela conveniente, dispara a sua flecha unta-



da com um *phármakon*, o qual se espalha pelo espírito do homem atingido; este se torna como que enlouquecido, possuído e ferido de uma tal afecção (Luciano, *Nigrino*, 37).

Como temos argumentado, a analogia de um *bíos* com a montagem de um drama é correlativa a uma ação judicativa por parte do sujeito destinatário, que definimos como sujeito dramático. Esta atitude judicativa tem como critérios a autonomia de pensamento, a liberdade de fala e ação, mormente uma capacidade de discernimento e de distanciamento crítico.

O julgamento de valor orquestrado pelo ego-narrador em uma narrativa de primeira pessoa diz respeito, portanto, a uma forma dramatizada de intencionalidade judicativa, que constitui a esfera do si mesmo discursivamente, ou seja, a esfera do si mesmo recebe uma constituição discursiva através da enunciação narrativa de tipo biográfico. O que defendemos é que essa representação narrativa da esfera do si mesmo se apresenta enquanto montagem dramática (e muitas vezes imagética), cuja finalidade é de natureza precipuamente judicativa, diz respeito a um julgamento de valor, moral ou estético.

Bibliografia

Textos Antigos

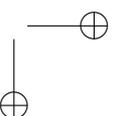
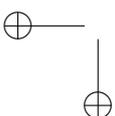
ARISTÓTELES, *Poética*. Trad. Eudoro de Souza. Ed. Bilíngüe. São Paulo: Ars Poetica, 1992.

_____. *Retórica*. Edición del texto con aparato crítico, traducción, prólogo y notas por Antonio Tovar. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1953.

_____. *Arte Retórica e Arte Poética*. Trad. de Antonio Pinto de Carvalho, Introdução e notas de Jean Voilguin e Jean Capelle. Estudo Introdutório de Goffredo Telles Junior. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1985.

CIPRIANO. *Obras de San Cipriano* (Edición bilingüe): Tratados. cartas. Introducción, versión y notas por Julio Campos, SCH. P. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1979.

KELSOS. *Alethés Lógos*. Pétrou Oikonómou, Giánnis Khristodoúlou (Ed.); prólogo Giánnis Avramídis. Thessaloníki: Thýrathen, 2000.



- LUCIAN. *Lucian with an English Translation*. Translation by A. M. Harmon. Cambridge/Massachusetts/London: Harvard University Press, 1996 (v.I), 1988 (v.II), 1969 (v.III), 1992 (v. IV), 1996 (v. V), 1990 (v. VI).
- LUCIEN DE SAMOSATE. *PHILOPSEUDÈS ET DE MORTE PEREGRINI*. Introduction et commentaire de Jacques Schwartz (Ed.). Paris: Les Belles Lettres, 1963 (Publications de la Faculté des Lettres de l' Université de Strasbourg – Textes d' Étude 12).
- LUCIANO. *Diálogos dos Mortos*. Trad., introdução e notas de Henrique G. Murachco. São Paulo: EDUSP, 1996.
- _____ *Diálogos dos Mortos*. Tradução e notas de Maria Celeste Consolin Dezotti. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____ *El aficionado a la mentira o el incredulo*. IN: *Obras II*. Madrid: Gredos, 1990.
- _____ *Menipo ou Necromancia*. In: LUCIANO. *Obras* (vol. II) trad. e notas por José Luís Navarro Gonzales. Madrid: Gredos, 1991.
- _____ *Obras*. Traducción y notas por J. Alsina (vol I) y J. L. N. González (vol. II).. Madrid: Editorial Gredos, 1981 (vol. I); 1988 (vol. II).
- _____ *Obras* (vol. III). Traducción y notas por Juan Zaragoza Botella. Madrid: Editorial Gredos, 1990.
- _____ *Uma História Verdica*. Pref., trad. e notas de Custódio Magueijo. Lisboa: Inquérito, Edição nº 816 113/0076.
- LUCIEN. *Oeuvres*. Introdução de J. Bompaigne. CUF. Paris: Les Belles Lettres, 1993.
- LUKIAN. *Die Hauptwerke* [Traum oder Lukians Lebensgang et alia]. Herausgegeben und übersetzt von Karl Mras. München: Heimeran Verlag, 1954/ Auflage 1980.
- LUKIAN VON SAMOSATA. *Alexandros oder der Lügenprophet*. Eingel., hrsg, übers. Und erklärt von Ulrich Victor. Leiden; New York; Köln: Brill, 1997 (Religions in the Graeco-Roman world; Vol. 132).

LOUKIANOS. APANTA. *Pròs tón apaídeutonton kaí pollá biblía onóúmenon, Perì tòn epì mistōi sunónton, Apología, Makróbioi, Aléxandros è Pseudomántis*. Metáphrasis Philologiki Omada Kaktou. Athina: Kaktos, 1992 (Arkhaía Elliniki Grammateia “Oi Ellines”).

PLATÃO. *A República*. Tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, 1990.

PLATON. *Fedro*. Edición Bilingüe, traducción, notas y estudio preliminar por Luis Gil Fernandez. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1970.

_____. *Las Leyes*. Edición Bilingüe, traducción, notas y estudio preliminar por José Manuel Pabon y Manuel Fernandez-Galiano. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1960 (Tomos I e II).

ORÍGENES. *Contra Celso*. Trad. Orlando Reis; introdução e notas Roque Frangiotti. São Paulo: Paulus, 2004. (Patrística;20).

Textos Modernos

AVRAMÍDIS, Giánnis. Prólogos. IN: KELSOS. *Alethés Lógos*. Pétros Oikónomou, Giánnis Khristodoúlou (Ed.); prólogo Giánnis Avramídis. Thessaloníki: Thýrathen, 2000.

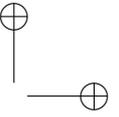
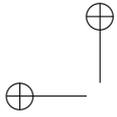
BASLEZ, Marie-Françoise; HOFFMANN, Philippe & PERNOT, Laurent (Éd.) *L'Autobiographie d'Hésiode à Sait Augustin - Actes du Deuxième Collogue de l'Équipe de Recherche Sur l'Hellénisme Post-Classique*. Paris: Presses de l'École Normale Superieure, 1993 (Études de Littérature Ancienne - tome 5).

BOMPAIRE, J. *Lucien écrivain*. Imitation et Creation. Paris: E. de Boccard, 1958.

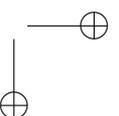
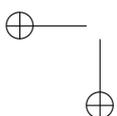
BRANHAM, R. Bracht. *Unruly Eloquence, Lucian and the comedy of Traditions*. Cambridge, London: Harvard University Press, 1989.

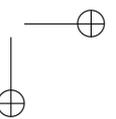
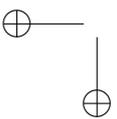
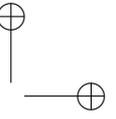
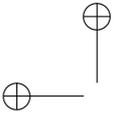
BRANDÃO, Jacyntho Lins. *Narrativa e mimese no romance grego: o narrador, o narrado e a narração num gênero pós-antigo*. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

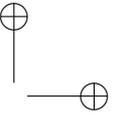
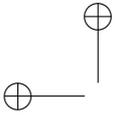
- _____. *A poética do hipocentauro: identidade e diferença na obra de Luciano de Samósata*. São Paulo: USP, 1992 (Tese).
- _____. *Perspectivas de Alteridade na Obra de Luciano de Samósata*, In: *Clássica*, Belo Horizonte, 3: 137-148, 1990.
- _____. Diálogos dos Mortos sobre os vivos. IN: LUCIANO. *Diálogos dos Mortos*. Trad. e notas de Maria Celeste Consolin Dezotti. São Paulo: HUCITEC, 1996 b.
- _____. Doentes, doença, médicos e medicina em Luciano de Samósata. In: *Cad. Hist. Fil. Ci.*, Campinas: Série 2, 2 (2): 145-164, jul-dez. 1990.
- BURRIDGE, Richard. Biography. IN: *Handbook of Classical Rhetoric in the Hellenistic Period (330 B.C – A. D. 400)*. Ed. Stanley E. Porter. Leiden- New York- Köln: Brill, 1997, p. 171-193.
- CASSIN, Barbara. *Le Plaisir de Parler*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1996.
- CASTER, Marcel. *Études sur Alexandre ou le faux prophète de Lucien*. Paris: Belles Lettres, 1938.
- CASTER, Marcel. *Lucien et la pensée religieuse de son temps*. Paris: Belles Lettres, 1937.
- HARMON, A. M. LUCIAN. *Lucian with an English Translation*. Translation by A. M. Harmon. Cambridge/Massachusetts/London: Harvard University Press, 1996 (v.I), 1988 (v.II), 1969 (v.III), 1992 (v. IV), 1996 (v. V), 1990 (v. VI).
- IPIRANGA JÚNIOR, Pedro. *O Hades Luciânico: espaço discursivo de inscrição da memória e do ficcional*. Mariana, Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, 2000 (Dissertação de mestrado).
- JONES, C. P. *Culture and Society In Lucian*: Harvard University Press. Cambridge/Massachusetts. London, England, 1986.
- OIKONOMOU, Pétros & KHRISTODOULOU, Giánnis. KELSOS. *Alethés Lógos*. Prólogo Giánnis Avramídis Thessaloníki: Thýrathen, 2000.



- PERNOT, Laurent. *La Rhetorique dans l'Antiquité*. Paris: Librairie Générale Française, 2000.
- QUACQUARELLI, Antonio. *La retórica al bivio* (L'Ad Nigrinum e l'Ad Donatum). Roma: Edizioni Scientifiche Romane, 1956.
- REARDON, B. P. *Courants Littéraires Grecs de II e. et IIIe. Siècles Après J. C.* Paris: Les Belles Lettres, 1971.
- ROBERT, Louis. *A Travers L'Asie Mineure*. Poètes et prosateurs, monnaies Grecques, Voyageur et Géographie. Paris: Diffusion de Boccard, 1980.
- SCHWARTZ, Jaques. *Biographie de Lucien de Samosate*. Bruxelles - Berchem: Latomus Revue D'Etudes Latines, 1965.
- SCHWARTZ, Jacques (Ed). IN: LUCIEN DE SAMOSATE. *Philopseudès et De Morte Peregrini*. Paris: Société d'Éditions Les Belles Lettres, 1963 (Publications de la Faculté des Lettres de l' Université de Strasbourg – Textes d'Étude 12).







La retorica generale testuale in una prospettiva cognitiva e culturale

Matteo Damiani

Universidade de Urbino, Itália

IN un saggio pubblicato in Italia nel 1998 Mark Johnson illustrava il ruolo ricoperto dalla linguistica in tre fondamentali svolte o “rivoluzioni” cognitive: la rivoluzione della *mente disincarnata* avviata da linguisti come Chomsky – basata su assunti cartesiani e mirante a contrastare il comportamentismo che aveva dominato la psicologia cognitiva negli anni cinquanta e sessanta ⁻¹; la rivoluzione corrispondente ad una scienza cognitiva della *mente incarnata* – che, a partire dalla metà degli anni settanta, negava gli assunti cartesiani e vedeva l’affermarsi di concetti cardine per la linguistica cognitiva ⁻²; infine, in epoca più recente, la rivoluzione inaugurata dalla *neuroscienza cognitiva* – in cui “si sta iniziando a produrre modelli di struttura e di elaborazione neurale che sembrano in grado di sorreggere l’ipotesi “corporea” che caratterizzava la generazione precedente” (Johnson 1998: 24). Arduini e Fabbri (2008) aggiungono una quarta svolta, *culturale*, alle tre sopra indicate, soprattutto sulla base di quanto scritto da Michael Tomasello (2005)³.

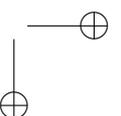
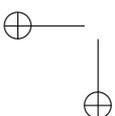
In ambito retorico un processo simile si realizzò a partire dall’inizio degli anni ottanta, quando le ricerche convergenti di alcuni studiosi quali Albaladejo, Arduini, Bottiroli e García Berrio diedero origine alla *Retorica Generale Testuale*, che rappresenta una svolta cognitiva e culturale insieme⁴. Tale filone di studi, infatti, si pone in contrasto rispetto ad un approccio ristretto alla retorica quale era stato, nei secoli precedenti, quello di César Chesneau Dumarsais e di Pierre Fontanier o, per venire al ventesimo secolo, quello del

¹ Cfr. Chomsky 1957, 1965, 1966, 1972.

² Cfr. Fillmore 1975, 1977, 1982; Johnson 1987; Langacker 1982, 1987, 1991a, 1991b, 1999; Lakoff, Johnson 1980, 1987, 1998, 1999; Rosch 1973a, 1973b, 1975a, 1975b, 1975c, 1976, 1978; Rosch, Lloyd 1978; Rosch, Mervis 1975; Rosch *et al.* 1976; Talmy 1977, 1978, 1983, 1985, 1988a, 1988b, 2000a, 2000b.

³ Cfr. Dirven, Wolf, Polzenhagen 2007.

⁴ Cfr. Albaladejo 1986, 1989, 1990, 1992a, 1992b; Arduini 1982, 1991a, 1991b, 1991c, 1992a, 1992b, 1992c, 1993a, 1993b, 1995-96, 1996, 1998, 1999, 2000a, 2000b, 2003, 2004; Bottiroli 1993; García Bercio 1983, 1984, 1989, 1990.





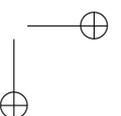
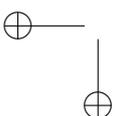
Gruppo μ^5 dell'Università di Liegi, proponendo al contrario di considerare la retorica non come semplice artificio e ornamento, bensì come modalità di lettura del mondo, peculiarità antropologica che è anzitutto *cognizione* di un mondo che ci appare *sub specie rhetorica*. Nella struttura, nello stile di un testo si riflettono dunque le ideologie e la visione del mondo proprie di un individuo/cultura: in questo senso la retorica testuale generale è *cognitiva* e *culturale*. Così, per fare solo un esempio sul quale torneremo più avanti, la metafora (e la figura in genere) non è uno scarto da un grado 0 del linguaggio, come aveva postulato tra gli altri il Gruppo μ : essa concerne piuttosto una modalità peculiare di lettura del mondo – che solo approssimativamente può essere resa in un linguaggio non figurato - e trascende l'ambito della sola *elocutio* avendo a che fare anche con la struttura del testo in cui ricorre, *dispositio*, e prima ancora con la visione del mondo che ne è alla base (*inventio* ed *intellectio*):

[...] la metafora è un testo che rimanda ad una enciclopedia complessa. C'è un modo di organizzare il mondo che coinvolge lo sguardo che una cultura volge verso se stessa ed agli altri (Arduini 1996: 139).

In quanto modalità di lettura del reale, dunque, la metafora (/la figura) può essere studiata dal punto di vista dell'ideologia⁶. Infatti secondo Žižek (1994), che recupera la distinzione lacaniana tra la realtà (cioè il Simbolico) e il reale (ossia il luogo del Simbolico), l'ideologia sta nella simbolizzazione (realtà) sempre inadeguata al reale. Oltre che in Lacan, i presupposti delle riflessioni condotte da Žižek si ritrovano nell'opera di Derrida. In particolare, da Jacques Derrida (1993) viene recuperato il concetto di "spettro" quale "pseudo-materialità elusiva che sovverte le classiche opposizioni ontologiche fra realtà e illusione e così via" (Žižek 1994, tr. it.: 70). Lo spettro è infatti l'indizio del nucleo pre-ideologico che ci è necessario supporre per svelare l'ideologia. A questo proposito dovremmo subito chiarire che *non si dà realtà senza spettro*. *Nello scarto tra reale e realtà sta lo spettro*: la realtà, infatti, non è – sostiene Lacan – la "cosa stessa", ma è "sempre-già" strutturata attraverso *meccanismi di simbolizzazione* che non possono non essere se non *fallaci*. Tale fallacia deriva dal "debito" accumulato dalla simbolizzazione (realtà), la quale non riesce a coprire per intero il reale: è un debito "mutevo-

⁵ Gruppo μ 1976.

⁶ Cfr. Damiani 2009.





le” ed “irredento” quello cui ci si riferisce; è un debito *eterno*, aggiungerei, ma soprattutto – e qui sta il nostro interesse principale – è un debito *simbolico*. Dunque, poiché su questo debito di simbolizzazione è impostata la realtà (che proprio a causa dell’esistenza del debito è *ideologica*), risultano evidenti le connessioni tra sistemi segnici ed ideologia e, attraverso i diversi sistemi segnici in cui possono realizzarsi, tra quella modalità di pensiero che sono le figure e l’ideologia. Con ciò non voglio di certo sostenere che l’ideologia riguardi soltanto il linguaggio figurato e che ci sia un altro livello, quello del linguaggio non figurato – altrimenti detto “denotativo”⁷ – che ne sarebbe immune. Piuttosto, come sosteneva Rossi-Landi (2005) prendendo le distanze da Bachtin, l’ideologia sta in rapporto dialettico col linguaggio, con tutto il linguaggio, figurato e non: essa non può esistere senza il linguaggio, e dove c’è linguaggio molto spesso c’è ideologia; tuttavia questo non ci autorizza a dire – come invece faceva Bachtin⁸ – che ogni segno è di per sé ideologico. In altre parole, perché ci sia ideologia occorre che la macchina del linguaggio funzioni, anzi che abbia funzionato, occorre l’uso situazionale del linguaggio (cfr. Rossi-Landi 2005: 283).

Di seguito prenderemo in esame il valore cognitivo della retorica generale testuale così come emerge dall’opera di Stefano Arduini. In particolar modo ci occuperemo del concetto di Campo Retorico (CR), di *intellectio* e delle altre operazioni della retorica, di campi figurativi e di metafora.

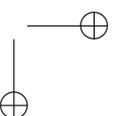
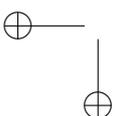
Quello di CR è un concetto che fa da sfondo a tutta la ricerca dell’autore. In un articolo del 1992 in cui metteva in evidenza il ruolo dell’*inventio* come punto di riferimento costante delle altre operazioni e nella traduzione⁹, Arduini riprendeva da Tomás Albaladejo (1989) le nozioni di *fatto retorico* e di *testo retorico*.

Il fatto retorico è l’evento comunicativo che conduce alla produzione di un testo retorico, esso include tutti quei fattori che ne consentono effettivamente la realizzazione. Ne farà parte naturalmente il testo, o discorso retorico, anzi esso sarà il perno attorno a cui ruoterà un determinato fatto

⁷ Ma una distinzione tra un livello puramente denotativo del linguaggio ed uno puramente connotativo è molto spesso un’illusione, anche se a volte comoda. (Cfr. Arduini 1996, 2000b, 2004).

⁸ Cfr. Bachtin 2003; Vološinov 1929, 1980.

⁹ Arduini 1992c.





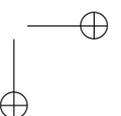
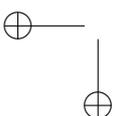
retorico. Ne sono inoltre parte: l'oratore, o mittente, il destinatario, o ricevente, il referente, costituito dagli esseri, stati, azioni, processi, idee, reali o immaginari, che formano il complesso referenziale del testo, quella parte di "realtà" percepita che costituisce lo spazio di mondo possibile del testo. Un altro elemento importante è il contesto, sia quello delle circostanze che permettono la produzione del testo che quello riguardante gli elementi esterni coinvolti nella *performance* del discorso (Arduini 1992c: 328).

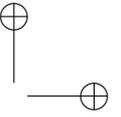
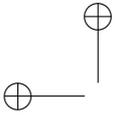
Invece il testo retorico "è il prodotto linguistico dell'attività comunicativa dell'oratore" (ibid.). In esso vanno distinti *res* e *verba*. La *res*, cioè il significato, può essere di natura estensionale o intensionale. Nel primo caso abbiamo a che fare con il referente e ci troviamo nel campo in cui opera la *inventio*. Il significato intensionale, o macrostrutturale, riguarda "principalmente quella parte della *dispositio* legata al significato" (ibid.). I *verba* rappresentano la struttura di superficie del testo e "sono legati alla *elocutio* ed alla parte formale della *dispositio*" (ibid.). I concetti di fatto retorico e di testo retorico conducono Arduini alla definizione del CR, inteso come la memoria comunicativa di una comunità, memoria che da un lato rende possibile l'attualizzazione dei fatti (e dei testi) retorici che nella comunità hanno luogo, essendone di rimando alimentata, e che, ovviamente, consente la ricezione dei testi retorici prodotti, garantendo quindi la comunicazione¹⁰:

Se il fatto retorico riguarda il singolo evento retorico-comunicativo il CR è invece il territorio che rende possibile quegli eventi. In altri termini è la vasta area delle esperienze e delle conoscenze trasformata in comportamento retorico-comunicativo acquisita dall'individuo, dalla società e dalla cultura nel corso della propria storia. È la memoria retorico-comunicativa di una cultura ma ne è anche, per così dire, l'identikit. Una cultura è in questo senso non solo il prodotto di una serie di fatti e processi, ma anche di una serie di strategie e comportamenti comunicativi che rendono leggibili questi eventi. Il mondo è comprensibile solo attraverso tali strategie e comportamenti e la difficoltà ad accettare altri mondi deriva dalla difficoltà di adattarli a quelli che ci sembrano strategie e comportamenti comunicativi "normali" (Arduini, ibid.: 229-30).

Se il CR è una memoria che rende attualizzabili e comprensibili i fatti retorici, esso rende possibile parlare del mondo e comprendere i discorsi

¹⁰ In effetti come osserva Camilo Fernández Cozman (2008), il concetto di CR apre allo studio non solo dei contesti culturali, ma anche della ricezione dei testi letterari.





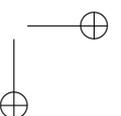
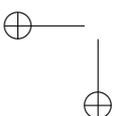
sul mondo, dunque rende possibile comprendere il mondo: ecco perché il concetto di CR assume un valore pienamente cognitivo. Anche in questo senso secondo Arduini il CR “fornisce l’identikit, quindi il profilo retorico-comunicativo di una cultura” (ibid.). Ogni cultura avrà cioè un proprio profilo retorico al quale saranno riconducibili modalità proprie di simbolizzazione e lettura del reale. I profili retorici delle culture non sono sovrapponibili, tuttavia Arduini preferisce tenersi alla larga da un relativismo spinto: “profili retorici diversi non significa realtà diverse [...] ma diverse immagini retoriche della realtà. Si tratta allora di sovrapporre tali profili per vedere le non coincidenze, confrontare le disomogeneità. Le differenze rimangono ma permettono di ripensare in maniera diversa il disegno di ciascun profilo” (ibid.).

In un quadro tale, la traduzione è l’attività che più di ogni altra consente di ridisegnare il profilo retorico di ciascuna cultura, cioè di ampliarne l’orizzonte cognitivo. In tal senso le posizioni di Arduini non sembrano troppo distanti da quanto asserito in ambito semiotico da Paolo Fabbri (2000, 2003) sulla scia di Hagège (1985) e di Greimas (1987):

C’è un modo che considero minore d’interrogarsi su questa condizione: in termini di “resa”; come rendere il senso? Non resterebbe allora che arrendersi all’impossibilità: la traduzione è una precondizione, non un esito. Ma perché non dirsi, invece, che siccome le lingue non sono sistemi chiusi, ogni traduzione arricchisce la lingua di partenza almeno quanto arricchisce la lingua di arrivo?

Abbiamo bisogno dell’altro, irriducibile, per poter trasmutare la nostra lingua così come la sua. Il senso ci viene dall’altro (Fabbri 2003: 77).

Con riferimento ad Hagège, la traduzione è indagata da Fabbri come attività di modellamento dei tratti caratteristici delle lingue, che contribuisce a creare tratti di altre lingue attraverso l’introduzione di formanti che prima non avevamo. La traduzione non sarà allora *soltanto* resa dei significati, ma “resa dei significati che ha la funzione di trasformare anche la forma dei significanti, e addirittura di scoprire significati che non ci sono” (Fabbri, 2003: 190). Anche in questa concezione l’ipotesi di uno spinto relativismo linguistico è necessariamente messa in discussione: esistono relatività, diverse visioni del mondo, ma esse sono costantemente trasformate nell’atto traduttivo. In effetti anche per Arduini “tradurre è gettare un ponte fra CR includendovi spazi prima sconosciuti. È una missione di scoperta di terre nuove, non per abbandonare le vecchie ma per annettervi altre province” (ibid.: 334).





Per approfondire il portato cognitivo del concetto di CR è necessario considerare il suo ruolo nell'organizzazione delle operazioni retoriche; infatti dire, come abbiamo fatto sopra, che il CR ha un valore cognitivo perché rende possibile parlare del mondo, significa dire che il CR organizza, attraverso le operazioni retoriche, la maniera in cui il referente viene testualizzato e compreso. Nella prospettiva della retorica generale testuale, dunque, la retorica non si restringe ad una sola delle sue componenti (*elocutio*), poiché essa non è concepita come semplice ornamento del discorso e deviazione da un livello standard al quale potrebbe essere ricondotto, senza perdite semantiche e senza troppi problemi, il discorso figurato¹¹. Quello della retorica generale testuale non è perciò un approccio ristretto, bensì allargato a tutte le operazioni; si tratta inoltre di un approccio integrato e procedurale: infatti *inventio*, *dispositio*, *elocutio*, *memoria* e *actio* vanno considerate nella loro costante interazione nell'uso, e non su un piano meramente astratto¹². Alle cinque operazioni riconosciute comunemente dalla tradizione Arduini aggiunge l'*intellectio*, come avevano già fatto Sulpicio Vittore e Aurelio Agostino¹³. Questa è concepita come operazione preliminare a tutte ma contemporaneamente sempre in realizzazione. L'*intellectio* dà il via al processo retorico poiché dà forma al modello di mondo condivisibile da oratore e destinatario:

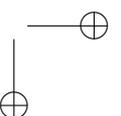
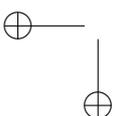
L'intellectio, assieme a *memoria* e *actio*, è un'operazione non costitutiva del testo, in quanto non produce il discorso, pur avendo una relazione evidente con esso. Sono operazioni costitutive invece le tre operazioni che non a caso la tradizione ha più curato: *inventio*, *dispositio*, *elocutio* (Arduini 1992c: 329).

L'*inventio* si occupa dell'estensione, cioè di costruire il referente del testo; la *dispositio*, invece, trasforma il materiale referenziante in materiale testuale, essa concerne cioè l'intensione. "A far da ponte fra i due c'è il processo

¹¹ "[...] si la retórica del Grupo de Lieja es una retórica restringida porque reduce todos sus componentes al tratado de las figuras, yo intento, por el contrario, ampliar el estudio de las figuras hasta cubrir los otros componentes" (Arduini 2000b: 134).

¹² Cfr. Arduini 1992c: 327.

¹³ "Para que la intellectio se constituya como operación autónoma es necesario esperar al siglo IV d.C. y a la obra de Sulpicio Víctor y de Aurelio Agustín. Del primero tenemos las *Institutiones Oratoriae*, manual dedicado a Marco Silón y que Sulpicio declara que es una reelaboración de Zenón. Del segundo nos ha llegado un *Liber de Rhetorica*, mientras surge alguna incerteza sobre el autor mismo, identificado por algunos, aunque con dudas por parte de otros, con San Augustin" (Arduini 2000b: 59).



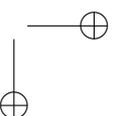
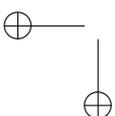


di intensionalizzazione che converte il referente in macrostruttura. In altri termini, nell'intensionalizzazione si procede ad una strutturazione dei concetti che poi vengono espressi linguisticamente dall'*elocutio*" (ibid.). L'*inventio* è "il contorno e il punto di riferimento continuo di *dispositio* ed *elocutio*" (ibid.): in tal senso Arduini parla di "invenzione continua", vale a dire che "la produzione del materiale referenziale non avviene una volta per tutte, ma continua nel corso del processo di costruzione testuale" (ibid.).

Come dicevamo sopra il CR ha un ruolo fondamentale nell'organizzazione delle operazioni retoriche, di qui il valore cognitivo del concetto di CR e della retorica nella prospettiva generale testuale. Infatti il CR, attraverso la *inventio*, "disegna il possibile retorico-comunicativo di una cultura", vale a dire che se esiste un deposito referenziale cui attingere per costruire un testo, questo deposito (che contiene gli esseri, stati, processi azioni e idee che costituiscono il referente) si è formato nella storia in funzione dei confini dati dal CR attraverso la *inventio* (cfr. Arduini 1992c: 335). Inoltre, mediante la *dispositio*, il CR regola la maniera in cui il referente viene testualizzato, ossia trasformato in *res semantico-intensionale*. In sostanza è il CR a stabilire, nella produzione testuale, cosa possa essere concepito (mediante la *inventio*) e in che modo possa esserlo (mediante la *dispositio*). Specularmente è il CR a dare delle possibilità di lettura di un testo, dunque di individuazione del lato semantico-estensionale e semantico-intensionale del significato.

A questo punto è interessante considerare le sfumature cognitive che, alla luce della retorica generale testuale, caratterizzano le diverse culture. Ciò è particolarmente evidente in quel "luogo" di contatto culturale che è traduzione. Secondo Arduini nella traduzione di un testo si confrontano modi diversi di trasformare in atto discorsivo il contesto culturale ed il mondo: in altri termini nella traduzione abbiamo a che fare con mondi diversi, nonché con diversi modi di testualizzare questi mondi. Il relativismo però non deve essere spinto all'estremo: in effetti questi mondi e modalità di testualizzazione degli stessi possono compenetrarsi a vicenda. Al di là della compenetrazione e crescita reciproca, inoltre, la traduzione è possibile poiché il traduttore opera una ristrutturazione delle operazioni, conformandole al CR della cultura di arrivo sia in relazione al loro rapporto che all'interno di ciascuna di esse:

Questo significa che *inventio*, *dispositio* ed *elocutio*, per quanto riguarda le componenti costitutive, non possono contenere la stessa organizzazione del



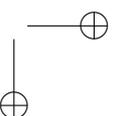
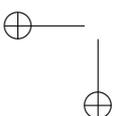


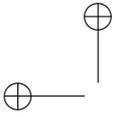
materiale nella lingua di partenza ed in quella di arrivo. Si pensi soprattutto al rapporto *inventio-dispositio*, dove avviene la trasformazione in testo del referente percepito. Si pensi anche semplicemente all'*inventio*, che è là dove si costituisce il deposito referenziale a cui attingere per costruire un testo. Questo deposito si è formato nella storia in funzione dei confini dati dal CR, nel senso che gli esseri, stati, processi, azioni e idee che costituiscono il referente si costruiscono all'interno di un quadro di riferimento preciso che disegna il possibile retorico-comunicativo di una cultura. Passare in una lingua diversa, con un CR diverso, significa allora non ritrovare più lo stesso ordine inventivo, significa ripensare le parti, inventare nuovamente avendo come riferimento l'organizzazione offerta dal CR su cui si è formata quella lingua. Se la struttura dell'organizzazione del materiale referenziale muta, allora non potrà non essere investito il rapporto *inventio-dispositio* [...] (Arduini 1992c: 335).

Con il mutare del rapporto *inventio-dispositio* viene a mutare il processo di intensionalizzazione, ossia quel processo che, come abbiamo visto, consente di trasformare il referente in macrostruttura. Vi è di più però, infatti “il cambiamento del processo di intensionalizzazione è fondamentale in quanto facendo mutare il modo in cui le strutture del referente formano la macrostruttura, si trasforma anche il tipo di costruzione linguistica ottenuto” (ibid.). Insomma un diverso rapporto *inventio-dispositio* comporta delle conseguenze a livello di *elocutio*, ossia nella verbalizzazione del significato intensionale.

Questo approccio alla traduzione ci spinge a due ordini di considerazioni. In primo luogo è testimoniata nelle riflessioni di Arduini una sfumatura cognitiva diversa da cultura a cultura: ogni cultura ha a disposizione un perimetro referenziale e delle modalità di testualizzarlo, anche se ciò non significa, come abbiamo più volte ripetuto, che i CR siano sistemi chiusi. Infatti i CR possono ibridarsi, come le culture, il che significa modificazione dei perimetri referenziali e delle modalità di testualizzazione¹⁴. Inoltre, se consideriamo che Arduini prevede l'esistenza di CR più specializzati, ossia locali, ciascuno dei quali concernente un settore specifico di una cultura e all'interno dei quali possono essere individuati altri CR ancora più particolari, i CR individuali,

¹⁴ “Ibridare” secondo Arduini, non significa incrociare essenze che prima sarebbero pure. Dire che le culture e al loro interno i CR sono soggetti a ibridazione significa sostenere che l'ibridazione avviene tra entità già frutto di ibridazioni precedenti (Cfr Arduini 2006; Arduini, Stecconi 2007).



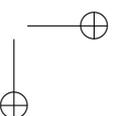
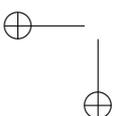


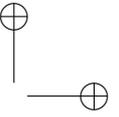
il concetto di CR non solo rende conto delle specificità cognitive che attraversano le culture, ma anche di quelle che caratterizzano i singoli individui¹⁵. Ovviamente i CR individuali saranno largamente compatibili con i CR locali più ampi, così come questi ultimi lo saranno con il CR di una cultura. Potremmo anzi dire che il CR di una cultura è dato, sicronicamente, dall'intersezione dei CR locali e individuali, i quali, diacronicamente, conservano la memoria comunicativa della cultura in questione.

Il secondo ordine di considerazioni concerne lo stretto legame che unisce *inventio*, *dispositio* ed *elocutio*. Quest'ultima risulta infatti strettamente dipendente dal significato, sia intensionale che estensionale. In altri termini, poiché l'*elocutio* concerne la superficie testuale, ossia significante, la prospettiva della retorica generale testuale lascia intravedere un'analogia con uno dei punti fondamentali della linguistica cognitiva, ossia la non arbitrarietà del significante, il che testimonierebbe ancora una volta il valore cognitivo dell'impianto retorico prospettato da Arduini. Infatti è noto che secondo la linguistica cognitiva, il segno è sì *convenzionale*, accettato per convenzione (implicita) da una collettività, ma *non arbitrario*. La non arbitrarietà sta proprio nella dipendenza del significante dal significato: in questo rapporto in cui si radica il valore cognitivo della linguistica, in quanto studiare il linguaggio significa studiare la cognizione, svolge un ruolo fondamentale la metafora, che ha il compito di strutturare un domino più astratto nei termini di un dominio più concreto:

Spesso la base di partenza è offerta da sostantivi che denotano parti del corpo: per esempio *fronte* nell'avverbio e preposizione italiana *di fronte* (*a*). Infatti, la conoscenza dello spazio avviene attraverso il corpo e per sua mediazione, e d'altra parte la dimensione corporea è la prima dimensione fisica accessibile all'essere umano. Di qui derivano per esempio alcune asimmetrie nel valore dato a uno dei poli in alcune coppie bipolari, come su e giù, o destra e sinistra. Nel primo caso, si osserva che lingue diverse si servono di metafore del tipo 'bene (o 'più') è su/ male (o 'meno') è giù': ciò deriva dal valore attribuito dagli esseri umani alla testa, in quanto sede del pensiero e della vista. Analogo il motivo per cui spesso si incontrano metafore secondo cui 'destra è bene /sinistra è male', data la maggioranza di individui destri rispetto ai mancini.

¹⁵ Cfr. Arduini 1992c, 2000b.





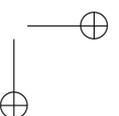
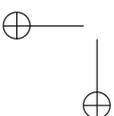
A volte, quando si dispone di sufficiente materiale diacronico, si può osservare come un morfema legato derivi da una forma libera: si veda l'italiano *liberamente* dal lat. *liberā mente*, originariamente 'con attitudine libera', da cui poi è derivato il significato italiano. Anche qui abbiamo prima uno spostamento da un significato più concreto, quello originario di *mens*, 'mente', a uno astratto, 'attitudine', 'maniera'. Una disposizione mentale viene intesa come la maniera in cui è compiuta l'azione (Gaeta, Luraghi 2003a: 23-24).

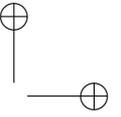
Tornando ora a considerare l'*inventio*, è necessario introdurre una distinzione basilare per Arduini, distinzione che trapela tra l'altro da uno dei passi citati in precedenza (cfr. 1992c: 335) e che rappresenta un tassello importante nell'impianto retorico e cognitivo che stiamo prendendo in considerazione. Mi riferisco alla distinzione relativa alla *res semantico-estensionale* tra *referente oggettivo* e *referente percepito*:

[...] sarebbe opportuno distinguere un *referente percepito* ed un *referente oggettivo*. Il secondo consiste di [...] esseri, stati, ecc. come sono dati indipendentemente dalla percezione dell'individuo; il primo consiste dei medesimi esseri, stati ecc. così come lo "sguardo" dell'individuo li percepisce, senza tuttavia che siano ancora diventati testo. È questo *referente percepito*, attraverso il quale soltanto possiamo avere esperienza del mondo o dei mondi, che va a costituire la *res semantico-estensionale* che sarà utilizzata come base per il processo di intensionalizzazione (Arduini 1991b: 83).

Le specificità cognitive che caratterizzano le culture e al loro interno le comunità e gli individui si estendono quindi oltre il semplice perimetro referenziale a disposizione della produzione testuale ed oltre le modalità di testualizzazione dello stesso. Le sfumature cognitive concernono anche la maniera in cui, prima che cominci la produzione testuale, il reale referenziale è colto dai diversi CR:

La conseguenza più importante è che il rapporto con la realtà si pone già come soggetto ad una pluralità di interpretazioni, perché ancor prima che essa sia trasformata in testo viene comunque costruita individualmente nella percezione. In qualche modo una completa intersoggettività è resa impossibile già in principio (ibid.).





Il CR svolge un ruolo determinante nella percezione del referente, infatti il *referente percepito* lo è sì attraverso i nostri sensi, “ma anche, in un significato più complesso e completo, attraverso la nostra cultura e quindi tramite uno o più Campi Retorici. In altri termini il referente di un testo è sì la *res semantico-estensionale* che però viene a costituirsi sia attraverso un processo di filtraggio percettivo della realtà che tramite qualcosa che potremmo chiamare “estensionalizzazione” dei testi precedenti” (ibid.: 84). Ancora una volta quindi, il valore cognitivo del concetto di CR e della teoria retorica che ad esso fa riferimento risulta evidente.

Rimane ora un’ultima considerazione da svolgere relativamente all’*inventio*. Da un lato essa seleziona il referente del testo a partire da ciò che il CR mette a disposizione; dall’altra essa può generare idee nuove. Questo processo creativo può avvenire recuperando una fonte del passato come base per inventare, richiamandosi ad una fonte per contestarla o rifiutarla, contaminando idee precedenti, ma anche avvalendosi delle “strategie e delle tecniche manipolatorie su cui si basano figure e tropi” (ibid.: 85):

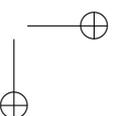
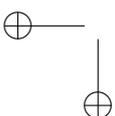
Tali strategie e tecniche operano su di un piano semiotico-cognitivo, semantico-estensionale di rapporto fra percepiti, prima che semantico-intensionale e microstrutturale (ibid.).

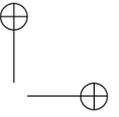
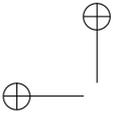
Ciò significa che le figure, molto spesso confinate all’*elocutio*, acquistano, come vedremo meglio in seguito, un valore cognitivo. La figura non è quindi solo un modo di dire, ma un modo di cogliere il reale e di agire di conseguenza, così come postulato anche dalla linguistica cognitiva¹⁶.

L’impostazione cognitiva dell’impianto teorico di Arduini è testimoniata anche dall’importanza riconosciuta alla *intellectio*, in contrasto a gran parte della tradizione:

En la división tradicional de las operacones retóricas, algunos autores han añadido a las cinco habituales una sexta: la *intellectio*. No mencionada explícitamente en la retórica griega, no encuentra un reconocimiento autónomo tampoco en los clásicos de la retórica latina. Con todo, en el ámbito griego, Hermágoras fue el que introdujo la distinción entre tesis e hipótesis y el que hizo una contribución esencial a la doctrina de los *status*, dos espacios fundamentales de la *intellectio*, así como, en al ámbito latino, algunas

¹⁶ Vedi ad esempio Lakoff, Johnson 1980, 1998.





cuestiones tratadas en las obras de Cicerón y de Quintiliano, como en la *Rhetorica ad Herennium*, entran en la cuestión con pleno derecho (Arduini 2000b: 59)

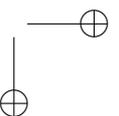
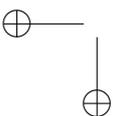
L'*intellectio* svolge un ruolo fondamentale nella produzione del testo retorico, infatti essa rappresenta l'esame della realtà estensionale a partire dalla quale la *inventio* trarrà gli elementi semantico-estensionali necessari alla costruzione del referente del testo. In tal senso la *intellectio* stabilisce le coordinate attraverso cui leggiamo il mondo, mediante le quali è possibile individuarvi un referente e testualizzarlo. Più concretamente l'operazione ha il compito di definire l'argomento, lo status, la specie della causa e il grado di credibilità:

Analizando rápidamente la estructura de la operación, hemos visto que ésta, al definir el argumento, el *status*, la especie, el carácter y el grado de credibilidad, fija los criterios a través de los cuales el mundo es reconocible en términos retórico-comunicativos (ibid.: 67).

In altre parole la *intellectio* attiva quel particolare settore del CR che verrà utilizzato nel testo retorico, segmenta il reale in una certa maniera (ibid.: 67-68); essa ha un valore cognitivo proprio perché consente di cogliere il reale in un determinato modo: in ciò essa funge da base per le altre operazioni retoriche.

L'*intellectio* svolge la funzione di calcolare tutto ciò che è importante per l'*aptum*, che è la virtù cui spetta l'armonizzazione di *res* e *verba*:

Determinar la especie de causa es esencial para orientar la estrategia discursiva y el estilo que son regulados por el *aptum*. El *aptum*, que Lausberg considera como la principal de las virtudes de la elocución, según Sulpicio Víctor, armoniza *res* y *verba*; podemos decir que pone en relación la estructura profunda y la estructura superficial, y, por tanto, puede ser entendido como aquel principio de coherencia que regula el hecho retórico en su conjunto. Todo lo que será esencial para el *aptum* es valorado en la *intellectio*; aquí se decidirá cuál será el referente, cuál la disposición, cuál la enunciación apropiada al discurso. Aquí, en otros términos, se construirá el mundo del discurso (ibid.: 66).





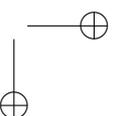
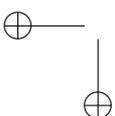
Questo passo va interpretato nel senso che, come abbiamo ripetuto più volte, l'*intellectio* è la base delle altre operazioni cui propriamente spetta l'individuazione del referente (*inventio*), la disposizione (*dispositio*) e l'enunciazione appropriata (*elocutio*). Senza l'*intellectio* le altre operazioni non potrebbero compiersi adeguatamente; in tal senso l'*intellectio* conferisce al fatto retorico individuato dalla retorica generale testuale un importante valore cognitivo.

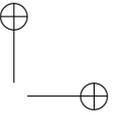
Ovviamente la *intellectio* svolge un ruolo fondamentale anche dal punto di vista della ricezione del testo retorico, in particolare essa “definirá los límites de lo interpretable estableciendo la perceptibilidad retórico-comunicativa de la realidad” (ibid.: 70). In altri termini, come abbiamo visto sopra, l'*intellectio* avrà il compito di selezionare quella parte del CR utile per il fatto retorico in questione.

Dunque secondo Arduini (cfr. ibid.: 62), se c'è senza dubbio un accordo generale tra gli studiosi sul fatto che il mondo è conoscibile e interpretabile attraverso la lingua e la lingua è un mezzo essenziale per costruire una cultura, la lingua è sì una lente che permette di interpretare il mondo, ma attraverso strategie retoriche peculiari di una collettività (a volte anche di un individuo). Tali strategie segnano i confini dei diversi CR. Al CR sono riconducibili, come abbiamo visto, le operazioni retoriche e, tra esse, l'*intellectio*:

El campo retórico traduce el referente en términos comunicativos, lo hace legible y con ello visible. No tenemos experiencia de la realidad sino a través de éste filtro consituido per el campo retórico, a través de éste non relacionamos o entramos en conflicto con los demás. La *intellectio* orienta en el campo retórico y, con esto, establece los límites dentro de los cuales se desarrollará un determinado intercambio comunicativo, un diálogo. La *intellectio*, entonces, construye el modelo retórico de mundo che constituirá el material para el texto retórico (ibid.: 71).

La retorica non è dunque soltanto l'arte del persuadere parlando, la retorica è il nostro modo di pensare e avere cognizione del reale, di costruirci una realtà *sub specie rhetorica*. Ecco perché il CR, che è il cardine di tutta la riflessione di Arduini, è il testimone più credibile della svolta cognitiva e culturale operata dalla retorica generale testuale. In questo quadro rientra la trattazione delle figure retoriche. Queste, abbiamo già avuto modo di osservare, non rappresentano un semplice ornamento del discorso, un modo di dire, bensì un modo di concepire il mondo:





[...] ho proposto un trattamento delle figure retoriche (comprendendo con questo termine tanto i tropi quanto le figure propriamente dette) che non si limiti soltanto a vedere in esse un mezzo della *verborum exornatio*, ma piuttosto un qualcosa di più complesso che coinvolge i diversi piani retorici e che riguarda il modo in cui una cultura si costruisce con e nel linguaggio (Arduini 1996: 77).

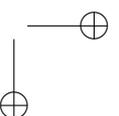
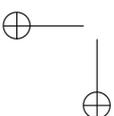
Perciò la figura non riguarda solamente l'*elocutio*, e “non è un rivestimento ma uno strumento indispensabile di conoscenza e in quanto tale non può essere immaginata come un dopo rispetto ad un momento creativo costituito da *intellectio ed inventio*” (ibid.: 85).

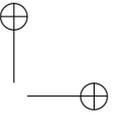
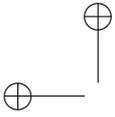
Consideriamo ad esempio la metafora:

[...] per fare l'esempio di una traduzione importante come quella del *Nuovo Testamento* prendiamo un brano della lettera di Giacomo: “Se qualcuno pensa di essere religioso, ma non sa frenare la propria lingua e inganna così il suo cuore, la sua religione è vana” (Giacomo 1,26), qui “il cuore” non può essere realmente “il cuore” inteso come referente oggettivo quindi interpreto “ingannare il cuore” come “essere un illuso”. È questa la soluzione della traduzione interconfessionale che intende, con l'annullamento della metafora e con la ricucitura della deviazione da essa creata, ritrovare il valore pragmatico del messaggio originale. ma qual è il messaggio originale? Mai come in questi casi la risposta è difficile. E soprattutto a cosa porterebbe la riduzione da parte del lettore dell'ipotetica deviazione? Quell'uomo “è un illuso”: come si vede non è la stessa cosa che dire: quell'uomo “inganna il suo cuore”. Non è solo, per così dire, più poetico; utilizzare questa espressione significa piuttosto costruire un modo di rappresentazione del mondo che non può essere ridotto ma può essere soltanto interpretato in un altro sistema di espressione. E ancora quell'uomo è coraggioso, molto coraggioso, eroico, forte: come si vede non è la stessa cosa che dire “leone”, né direi “leone” se non intendessi “in qualche modo” proprio leone (ibid.: 86).

Insomma la metafora riceve da parte di Arduini una trattazione analoga a quella della linguistica cognitiva. Per fare un esempio emblematico consideriamo quanto scrivono Lakoff e Johnson in proposito:

La metafora è da molti considerata come uno strumento dell'immaginazione poetica, un artificio retorico, qualcosa insomma che ha più a che vedere





con il linguaggio straordinario che con quello comune. Non solo, la metafora è anche tipicamente considerata come caratteristica del solo livello linguistico, una questione di parole piuttosto che di pensiero o di azione. Per questa ragione molti pensano di poter fare benissimo a meno della metafora. Noi abbiamo invece trovato che la metafora è diffusa ovunque nel linguaggio quotidiano, e non solo nel linguaggio ma anche nel pensiero e nell'azione: il nostro comune sistema concettuale, in base al quale pensiamo e agiamo, è essenzialmente di natura metaforica (1980, tr. it: 21).

Per Lakoff e Johnson la metafora non è soltanto un modo di dire ma anche un modo di pensare e agire di conseguenza. Quando in una discussione diciamo di *difendere le nostre posizioni* o di *attaccare le posizioni altrui* non stiamo semplicemente parlando, ma stiamo pensando avvalendoci di una metafora che ci consente di strutturare il dominio della discussione attraverso del dominio concettuale della guerra, e siamo spinti ad agire di conseguenza.

Anche secondo Arduini (1996: 87-88):

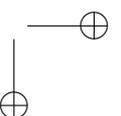
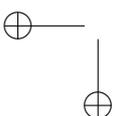
La figura non comunica qualcosa che sta per qualcos'altro, il suo significato proprio, ma costituisce il modo attraverso cui siamo in grado di rappresentarci il mondo e quindi come una cultura vede se stessa e si confronta con gli altri. La figura non è una lettura che si sovrappone ad una lettura già esistente ma è ciò che permette una lettura possibile.

[...] Dunque la figura non salta, non devia, non scarta, ma allora?

Allora diciamo che la figura non nasce creando un sovrappiù alla parola ma nasce attraverso intersezioni, antitesi, inclusioni, contiguità, soppressione di arte concettuali: non esistono la parola e la parola figurata, soprattutto nei testi sacri, ma all'origine esiste la parola figurata che crea l'espressione: il linguaggio standard è denotativo solo in apparenza, basta ripercorrerne la storia per rendersene conto. La parola può perdere nella coscienza dei parlanti la cognizione di essere in origine figura, ma resta che questa è l'aspetto creativo e innovativo del linguaggio: è senza figure che non avremmo il linguaggio standard, non il contrario.

Arduini, modificando in parte la tassonomia proposta da Vico, comprende tutte le figure all'interno di sei campi figurali: metafora, metonimia, sineddoche, antitesi, ripetizione ed ellissi¹⁷. Questi campi riassumono quello che è da considerarsi un *universale antropologico di espressione*, che trova realizzazione anche nel mito, nell'immaginario, nell'inconscio, nel rito:

¹⁷ Cfr. Arduini 1996: 88 e seg.; 2000b: 103 e seg.





Mito, imaginario, inconsciente, otros ejemplos podrían ser traídos a colación para mostrar como la figurática (la figuratividad) construye mundos y constituye un universal antropológico de la expresión [...].

Todos estos ejemplos son, a mi juicio, testimonio de un hecho: nuestro pensamiento se estructura, además de por medio de un modelo lógico-empírico, según un modelo que podríamos llamar retórico y que coloca en premier lugar las figuras. La *figura* no es, pues, un simple medio microestructural, que atañe a la cohesión textual, sino más bien un universal antropológico de la expresión (Arduini 2000b: 155).

La retorica, come modalità del pensiero, è dunque una facoltà universale che riceve le sue declinazioni particolari nei diversi CR locali: qui sta la svolta cognitiva e culturale operata dalla retorica generale testuale.

Bibliografía

Albaladejo, T.

1986 *Teoría de los mundos posibles y macroestructura narrativa*, Alicante, Universidad de Alicante.

1989 *Retórica*, Madrid, Editorial síntesis (tr. it. *Retorica*, Pesaro, Edizioni Europee 1991).

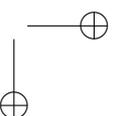
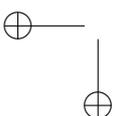
1990 “Semántica extensional e intensionalización literaria: el texto narrativo”, *Epos. Revista de Filología U.N.E.D.*, VI: 303-14.

1992a *Semántica de la narración: la ficción realista*, Madrid, Taurus.

1992b “Aspectos pragmáticos y semánticos de la traducción del texto literario”, in Arduini (a cura di) 1992b: 179-200.

Arduini, S.

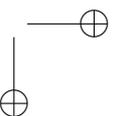
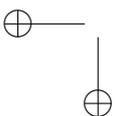
1982 “La teoría de la elipsis en Francisco Sánchez de las Brozas: ¿una anticipación de la gramática generativa?”, *Anales de Literatura Española*, I, Universidad de Alicante, 1982: 21-54.

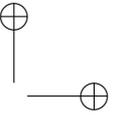


- 1991a “Comunicazione, interazione, interpretazione”, *Koinè*, Annali della Scuola Superiore per Interpreti e Traduttori n°San Pellegrinoz, I, 1: 85-104.
- 1991b “Campo retorico, inventio e traduzione”, *Koinè*, Annali della Scuola Superiore per Interpreti e Traduttori n°San Pellegrinoz, I, 2: 76-88.
- 1991c “Un modello retorico per una nuova immagine della scienza”, *Quaderni Urbinati di Cultura Classica*, N.S. 40, 1: 161-165.
- 1992a “Fra antico e moderno. Retorica come teoria generale del discorso”, *Quaderni Urbinati di Cultura Classica*, N.S. 42, N. 3: 93-111.
- 1992b (a cura di) *Traduzione e Riscrittura*, Atti del convegno Internazionale Misano Adriatico 17-18-19 Settembre 1992, *Koinè*, Annali della Scuola Superiore per Interpreti e Traduttori n°San Pellegrinoz, II, 1-2.
- 1992c “L’invenzione continua: retorica e traduzione”, in S. Arduini 1992b: 327-338.
- 1993a “La figura retórica como universal antropológico de la expresión”, *Castilla*, 18: 7-17.
- 1993b “Sfide all’interpretazione”, *Koinè*, Annali della Scuola Superiore per Interpreti e Traduttori n°San Pellegrinoz, III: 159-173.
- 1995-96 “Figure retoriche e traduzione nel Vangelo”, *Koinè*, Annali della Scuola Superiore per Interpreti e Traduttori n°San Pellegrinoz, V-VI.
- 1996 *Retorica e Traduzione*, Urbino, *Quaderni dell’istituto di linguistica*, Università di Urbino.
- 1998 “Translating Metaphors: A Case of Intercultural Communication”, Abdullah Shunnaq, Cay Dollerup, Mohammed Saraireh (eds.), *Issues in Translation. A Refereed Book*, Irbid National University & Jordanian Translators’ Association.
- 1999 “Metaforizzare una cultura: la traduzione”, *Athanos. La traduzione*, Università di Bari, introduzione e cura di Susan Petrilli, Anno X, nuova serie, n.2, 1999/2000: 207-215.

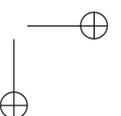
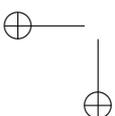


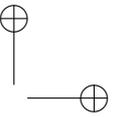
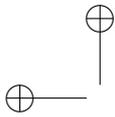
- 2000a “Parménides y la metáfora de las dos vías”, *Logo, Revista de Retórica y Teoría de la Comunicación*, I, 1: 43-52.
- 2000b *Prolegomenos a una teoría general de las figuras*, Murcia, Servicio de Publicaciones de La Universidad de Murcia 2000.
- 2003 "Fronteras, identidades, metáforas", in *Letras*, Universidad Nacional Mayor de San Marcos (Lima, Perú), año 74, 105-106: 35-48.
- 2004 *La ragione retorica. Sette studi*, Rimini, Guaraldi.
- 2006 “Per una teoria critica del tradurre”, in *Homenaje a Valentín García Yebra*, Guadalajara, “Club Siglo Futuro”.
- Arduini S.; Fabbri, R.
- 2008 *Che cos'è la linguistica cognitiva*, Roma, Carocci.
- Arduini, S.; Stecconi, U.
- 2007 *Manuale di traduzione. Teorie e figure professionali*, Roma, Carocci
- Bachtin, M.
- 2003 *Linguaggio e scrittura*, Augusto Ponzio (a cura di), Roma, Meltemi.
- Bianchi, C.; Demaria, C; Nergaard, S. (a cura di)
- 2002 *Spettri del potere. Ideologia identità traduzione negli studi culturali*, Roma, Meltemi.
- Bottioli, G.
- 1993 *Retorica*, Torino, Bollati Boringhieri.
- Chomsky, N.
- 1957 *Syntactic Structures*, L'Aia, Mouton (tr it. *Le strutture della sintassi*, Bari, Laterza, 1970).
- 1965 *Aspects and the Theory of Syntax*, Cambridge, Mass. , The MIT Press (tr. it. *Aspetti della teoria della sintassi*, in *Saggi linguistici*, Torino, Boringhieri, 1969, 2: 39-258).



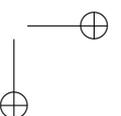
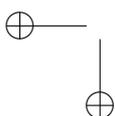


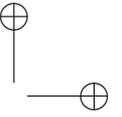
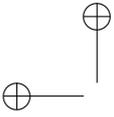
- 1966 *Cartesian Linguistics*, New York, Harper & Row (tr. it. *Linguistica Cartesiana*, in *Saggi linguistici*, cit. , 3: 43-128).
- 1972 *Language and Mind*, New York, Harcourt Brace Jovanovich (tr. it. *Mente e linguaggio*, in *Saggi linguistici*, cit. , 3: 131-245).
- Damiani, M.
- 2009 “Metonimia e ideologia”, *Rhêtorikê*, #02, Abril 2009.
- Dirven, R.; Wolf, H. G.; Polzenhagen, F.
- 2007 “Cognitive Linguistics and Cultural Studies”, in Geeraerts, Cuyckens (eds.), *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*, Oxford University Press, Oxford.
- Derrida, J.
- 1993 *Spectre de Marx: l'état dela dette, le travail du deuil et la nouvelle Internationale*, Paris, Galilée (tr. it.: *Spettri di Marx : stato del debito, lavoro del lutto e la nuova Internazionale*, Milano, Cortina 1994).
- Fabbri, P.
- 2000 “Due parole sul trasporre”, in *Versus*, 85-87, numero speciale *Sulla traduzione intersemiotica*, Nicola Dusi, Siri Nergaard (a cura di): 271-285. Anche in Fabbri 2003(2000): 186-202.
- 2003 (2000) *Elogio di Babele*, Roma, Meltemi.
- Fernández Cozman, C.
- 2008 “Stefano Arduini y el Campo Rétorico (IV)”, in *Cuerpo de la metafora*, blog del curso de Retórica y Estilística Literaria de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos – Lima: lunes 24 de marzo de 2008, <http://cuerpodelametafora.blogspot.com/search/label/Stefano%20Arduini>
- Fillmore, C.J.
- 1975 “An Alternative to Checklist Theories of Meaning”, in C. Cogen *et al.* (eds.), *Proceedings of the First Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*, Berkeley, Berkeley Linguistics Society: 123-31.





- 1977 “Scenes-and-Frames semantics”, in A. Zampolli (ed.), *Linguistic Structures Processing*, Amsterdam, North-Holland: 55-81.
- 1982 “Frame Semantics”, in The Linguistic Society of Korea (ed.), *Linguistics in the Morning Calm*, Seoul, Hanshin: 11-37.
- Gaeta, L.; Luraghi S.
- 2003a “Introduzione”, in Gaeta, Luraghi (a cura di) 2003b: 17-35.
- 2003b (a cura di) *Introduzione alla linguistica cognitiva*, Roma, Carocci.
- García Berrio, A.
- 1983 “Il ruolo della retorica nell’analisi/interpretazione dei testi letterari”, in *Versus*, 35-36: 99-154.
- 1984 “Retórica como ciencia de la expresividad (Presupuestos para una Retórica general)”, *Estudios de lingüística*, 2: 7-59.
- 1989 *Teoría de la Literatura. La construcción del significado poético*, Madrid, Cátedra.
- 1990 “Retórica general literaria o Poética general”, in *Investigaciones Semióticas III. Retórica y lenguajes*. (Actas del III Congreso de la Asociación Española de Semiótica), Madrid, Universidad Nacional de Educación a distancia, vol. I: 11-21.
- Greimas, A. J.
- 1987 *De l'imperfection*, Périgueux, Pierre Fanlac (tr. it. *Dell'imperfezione*, Palermo, Sellerio 1988).
- Gruppo μ
- 1976 *Retorica Generale*, Milano, Bompiani.
- Hagège, C.
- 1985 *L'homme de paroles. Contribution linguistique aux sciences humaines*, Paris, Fayard (tr. it. *L'uomo di parole. Linguaggio e scienze umane*, Torino, Einaudi 1989).





Johnson, M.

1987 *The Body in the Mind*, Chicago, University of Chicago Press.

1998 “Il ruolo della linguistica in tre rivoluzioni cognitive”, in Lakoff, Johnson 1998: 23-42.

Lakoff, G.; Johnson, M.

1980 *Metaphors We Live by*, Chicago, The University of Chicago Press (tr. it. *Metafora e vita quotidiana*, Milano, Bompiani 1998).

1987 *Women, Fire, and Dangerous Things. What Categories reveal about the Mind*, Chicago, The University of Chicago Press.

1998 Casonato, Cervi (a cura di) *Elementi di linguistica cognitiva*, Urbino, Quattroventi.

1999 *Philosophy in The Flesh*, New York, Basic Books.

Langacker, R.W.

1982 “Space Grammar, Analysability, and the English Passive”, in *Language* 58: 22-80.

1987 *Foundations of the Cognitive Grammar*, vol. I, *Theoretical Prerequisites*, Stanford, Stanford University Press.

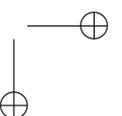
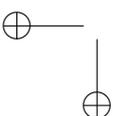
1991a *Foundations of the Cognitive Grammar*, vol. II, *Descriptive Applications*, Stanford, Stanford University Press.

1991b *Concept, Image and Symbol*, Berlin-New York, Mouton de Gruyter.

1999 *Grammar and Conceptualization*, Berlin-New York, Mouton de Gruyter.

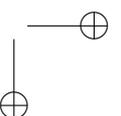
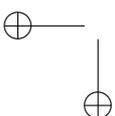
Rosch, E.

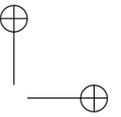
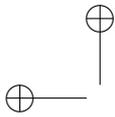
1973a “Natural Categories”, in *Cognitive Psychology*, 4: 328-350.



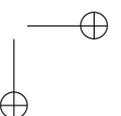
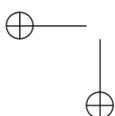


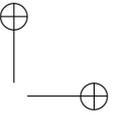
- 1973b “On the Internal Structure of Perceptual and Semantic Categories”, in T. E. Moore (ed.) 1973: 111-144.
- 1975a “Cognitive reference points”, in *Cognitive Psychology* 7: 532-547.
- 1975b “Cognitive Representation on Semantic Categories”, in *Journal of Experimental Psychology (General)*, 104: 192-233.
- 1975c “Universals and cultural specifics in human categorization”, in Brislin R.W., Bochner S., Lonner W.J. (eds.), *Cross-Cultural Perspectives on Learning*, New York, John Wiley: 177-206.
- 1976 “Structural bases of typicality effects”, in *Journal of Experimental Psychology: Human Perception and Performance* 2: 491-502.
- 1978 “Principles of Categorization”, in E. Rosch, B. B. Lloyd (eds.) 1978: 27-48.
- Rosch, E.; Lloyd, B. B.
- 1978 (eds). *Cognition and Categorization*, Hillsdale, Erlbaum.
- Rosch, E; Mervis, C.B.
- 1975 “Family resemblances: Studies in the internal structure of categories”, in *Cognitive Psychology* 7: 573-605.
- Rosch, E; Gray, W.D.; Johnson, D.M.; Boyes-Braem, P.
- 1976 “Basic objects in natural categories”, in *Cognitive Psychology* 8: 382-439.
- Rossi – Landi, F.
- 2005 (1978) *Ideologia. Per l'interpretazione di un operare sociale e la ricostruzione di un concetto*, Roma, Meltemi (I ed. ISEDI; II ed. 1982 Arnoldo Mondadori).
- Talmy, L.





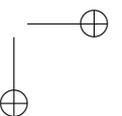
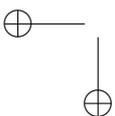
- 1977 “Rubber Sheet Cognition in Language”, in W.A. Beach *et al.* (eds.), *Papers from the Thirteenth Regional Meeting Chicago Linguistic Society*, Chicago, Chicago Linguistic Society: 612-28..
- 1978 “The Relation of Grammar to Cognition: A Synopsis”, in D. Waltz, *Proceedings of TINLAP-2: Theoretical Issues in Natural Language Processing*, Urbana, University of Illinois Coordinated Science Laboratory: 14-24.
- 1983 “How Language Structures Space”, in H.L. Pick Jr., L.P. Acredolo (eds), *Spatial Orientation: Theory, Research and Application*, New York, Plenum Press: 225-82.
- 1985 “Lexicalization Patterns: Semantic Structure in Lexical Forms”, in T. Shopen (ed.) 1985: 57-179.
- 1988a “The Relation of Grammar to Cognition”, in Rudzka-Ostyn (ed.) 1988: 165-205.
- 1988b “force Dynamics in Language and Cognition”, in *Cognitive Science*, 12: 49-100.
- 2000a *Toward a Cognitive Semantics*, vol. I, *Concept Structuring Systems*, Cambridge (MA), MIT Press.
- 2000b *Toward a Cognitive Semantics*, vol. II, *Typology and Process in Concept Structuring*, Cambridge (MA), MIT Press.
- Tomasello, M.
- 2005 *Le origini culturali della cognizione umana*, Bologna, Il Mulino.
- Vološinov, V. N. (Bachtin, M.)
- 1929 *Marksizm i filosofija jazyka. Osnovnye problemy sociologiceskogo metoda v nauke o jazyke*, Leningrado; trad. it. dall’ed. inglese 1976, *Marxismo e filosofia del linguaggio*, Bari, Dedalo.
- 1980 *Il linguaggio come pratica sociale*, A. Ponzio (a cura di); Bari, Dedalo (vedi Bachtin 2003).





Žižek, S.

1994 “The Spectre of Ideology”, in S. Žižek (a cura di), *Mapping Ideology*, London-New York, Verso: 1-33; (tr. it. in Bianchi, Demaria, Nergaard (a cura di) 2002: 41- 86)





Interactividade e Novas Estratégias nas Eleições Legislativas de 2009

Rosália Rodrigues
Universidade da Beira Interior

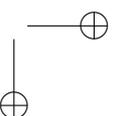
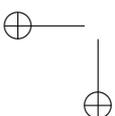
O advento da nova sociedade de informação e a introdução de novos *media* alteraram por completo as formas de comunicar. A Internet possibilitou novos fluxos comunicacionais, que se repercutiram também no foro político. Assim, as estratégias de persuasão e influência dos cidadãos, bem como as campanhas eleitorais tiveram de ser adaptadas e delineadas aos novos meios de comunicação, como a Web 2.0, acabando por surgir estratégias de campanha eleitoral inovadoras, ajustadas a esses canais.

Hoje em dia, é frequente uma instituição pública, quer esta seja comercial ou institucional, ter uma página na Internet com informações sobre a sua identificação, objectivos, contactos, etc. Isso significa que ter um sítio na Web é de algum modo uma marcação da própria existência no mundo.

Por conseguinte, podem considerar-se os *sites* políticos como “espaços de informação” promocionais das organizações. Segundo Eduardo Camilo, por “*sites* promocionais das organizações”, também designados por *sites* ‘corporativos’ ou ‘institucionais’, concebemos um conjunto estruturado de informações de natureza corporativa (segundo uma determinada estrutura e organização), que têm por objectivo a sua identificação (publicitação, divulgação) e, simultaneamente, a legitimação dos valores (reais ou imaginários) que determinam a sua singularidade, a sua identidade. Sobre este assunto, consideramos que a publicitação da existência da organização, juntamente com a promoção dos seus valores de referência, constitui domínios de uma cultura organizacional que se transmite por via da Internet.¹

Deste modo, o amplo mundo da Web (WorldWideWeb) representa senão tudo, quase tudo aquilo que se passa no planeta. As informações mais importantes estão incluídas na rede e, por isso, surgiu uma nova sociedade, uma

¹ Camilo, Eduardo (2003), *Da importância do ‘espaço-informação’ na expressão de uma territorialidade corporativa*, in *Internet e Comunicação Promocional, Informação e Comunicação Online* Vol. II: UBI.



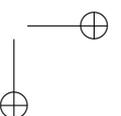
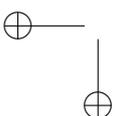


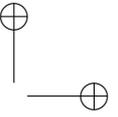
cibersociedade que comunica e interage como se vivesse numa verdadeira aldeia. Pois, a Internet ultrapassa as barreiras que outros meios de comunicação, sozinhos, não conseguem transpor e isso a uma velocidade tal que minimiza as fronteiras temporais e espaciais.

Nesta aldeia global será possível a concretização de um ideal de democracia e governação tantas vezes idealizado por muitos autores. Nos Estados Unidos, desde 1995 que a internet se tem tornado uma ferramenta muito utilizada tanto por parte dos partidos políticos, como pelos navegantes, apesar de ao início os *sites* partidários serem considerados pouco informadores. As páginas começaram por ser um meio para angariação de fundos para as campanhas eleitorais. Em Portugal, os *sites* políticos vão ganhando visibilidade, uma vez que o público da Internet também aumentou e tem tendência para crescer. Pretendemos saber que alterações tem a Web na divulgação de informação política em Portugal, uma vez que, os *sites* dos partidos portugueses começam já a explorar as potencialidades da Web tornando a campanha on-line, ao estilo americano, mais interactiva e participativa. Urge, portanto, saber quais as mudanças estratégicas que a Internet trouxe na comunicação política.

O velo de ouro da Internet

A Web diferencia-se dos outros meios tradicionais, rádio, televisão ou meios impressos, em diversos aspectos qualitativos. A Internet possibilitou modificações na leitura através da intertextualidade do hipertexto que ocasionou uma alteração na persuasão, passando esta a ser multimodal. O que torna os novos meios novos é, precisamente, a re-adaptação dos mais antigos isto é, a abertura de novas possibilidades aproveitando as que já existem. Deste modo, na World Wide Web o que encontramos é a junção das funcionalidades dos velhos meios num só, que permite vários tipos de leitura. A abundância de matérias-primas existentes na Web permite manufacturar a mensagem, de forma a torná-la mais elaborada e eficaz. Sob o ponto de vista desta de Barbara Warnick, uma investigadora americana da rede, a Web torna-se, assim, num meio robusto, inovador e eficaz para formar um discurso político. As características inerentes, nomeadamente a não-linearidade, acesso diferencial, instabilidade, dispersão, manifestam-se posteriormente no processo



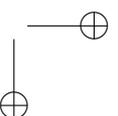
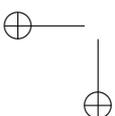


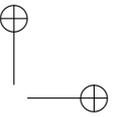
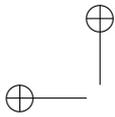
comunicacional- recepção, fonte, mensagem, tempo e espaço.² Portanto, o discurso retórico na Web tem também de ser adaptado a todos estes vectores comunicacionais.

Assim encontramos algumas características na Web que a evidenciam em relação ao outros meios de comunicação:

1. Nos meios tradicionais, a recepção é feita de forma linear, existe um princípio e um fim que supostamente os destinatários seguem, ao passo que, a Internet possibilita ao usuário traçar o seu próprio caminho. No entanto é necessário haver uma aquisição e aprendizagem da linguagem cibernáutica. Algo que ainda não existe por parte de toda a população. Logo, podem ser dadas algumas indicações pelos produtores de informação, traçando um itinerário em que os destinatários, mesmo tendo uma literacia digital baixa, possam apreender a mensagem. Neste aspecto, pode trabalhar-se e apurar-se uma retórica on-line mais bem delineada, um facto apontado por Warnick, para a eficácia da distribuição da informação. Os espaços abertos a comentários dos internautas permitirão um estudo do *feedback* proporcionado pelo uso do meio e possível re-adaptação das ferramentas ao público.
2. A fonte da informação é importante para formar o *ethos* do orador, ou seja, o carácter, a personalidade de quem produz. Assim, Warnick refere que o desenho visual, a estrutura e utilidade constroem a figura do orador, sendo que, devem também situar a instituição a que estão agregados.
3. O tempo de recepção da mensagem também é mais flexível, pelo que não se corre o risco de “perder o fio à meada” uma vez que, o conteúdo estará disponível a qualquer momento e durante o tempo que o visitante de uma página on-line necessitar, para apreender a informação da forma que mais desejar. Mas, para isso é necessário que o produtor explore ao máximo as capacidades do meio, dando uso às mais diversas ferramentas, sejam elas imagem, texto, som, áudio, aumentando a interactividade com o destinatário. No campo político, o arquivamento de

² Warnick, Barbara (2007)., *Rhetoric Online, Persuasion and Politics on the World Wide Web*, New York: Peter Lang Publishing, p.27.





informação abre portas à construção histórica do desenrolar político de forma espectacular.

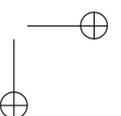
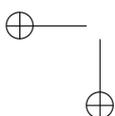
4. Em relação ao espaço, a Internet criou uma espécie de comunidade virtual, uma cibercomunidade, ultrapassando barreiras existentes nos outros meios. Warnick chama os cibernautas de “surfistas da Web”, referindo que para existir uma “retórica on-line” os *webdesigners* devem capturar a atenção de público: “Web authors must work from attributions about users attitudes, values and beliefs. (. . .) if there is a new rhetoric or aesthetic possible here, it may have less to do with the ordering of time by a writer or orator, and more to do with spatial wandering”.³

Um aspecto em que a maioria dos autores concorda é que num discurso retórico é primordial haver uma adaptação ao auditório e isso implica um conhecimento prévio das suas premissas. Desde a antiguidade até agora, os meios de comunicação alteraram por completo a noção de auditório, pois o contacto com as pessoas deixou de ser imediato e directo, passando a ser mediado e indirecto. Com o aparecimento da imprensa, rádio e televisão, surgem as audiências massivas, mas com a Internet o que vemos é a substituição da massa por novos modelos de organização mais activistas e diversificados. Veja-se o exemplo dos grupos de discussão, fóruns e blogues. É toda uma nova comunidade, formando cibercomunidades plurais e diversificadas, tantas quanto a infinitude do ciberespaço permite. É para estes públicos que os produtores de conteúdos on-line têm de direccionar-se.

As ferramentas da Web podem ser combinadas de modo a tornar o discurso mais eficiente. Como refere Anabela Gradim, a propósito do discurso publicitário e da combinação de vários elementos tais como imagens, sons e áudio e as provas argumentativas: “os meios de persuasão podem agregar-se para conferir maior eficácia a qualquer um dos géneros de discurso e essa combinação, no fundo, não é mais do que a realização do conhecido preceito:

³ Warnick (2007), *Ibidem*.

“Os produtores de conteúdos da Web devem trabalhar a partir de atitudes dos cibernautas, dos seus valores e crenças. (...) Se houver uma nova retórica ou estética possível aqui, pode ter menos a ver com a ordenação do orador e mais a ver com o espaço em si.”



adapte-se o orador ao seu auditório, descobrindo o que em cada caso é mais persuasivo, e empregando os meios mais adequados ao fim em vista”.⁴

Os consultores políticos, as sondagens, as bases de dados informatizadas e os meios de comunicação tradicionais passam a trabalhar de outra forma e, não podem dispensar-se uns aos outros, tendo de trabalhar em conjunto. De facto, há temas que são transpostos para os *sites* políticos e dão continuidade ao debate e esclarecimento dos mesmos.

Mas, verifica-se, pela análise das páginas criadas para as legislativas de 2009⁵, que existem determinados assuntos que apenas são discutidos e refletidos perante os cidadãos nos sítios da Internet. Veja-se o exemplo dos *chats* do Partido Socialista (PS). As discussões lançadas todas as semanas pelo site do PS, a oportunidade que dão aos eleitores de fazerem debates e reflexões sobre assuntos de interesse público, não têm lugar noutros espaços dos *media* tradicionais.

Não obstante, no caso dos *sites* políticos não se trata de existir, ou não, os princípios retóricos clássicos aplicados às campanhas on-line. A retórica está presente em quase todos os actos comunicativos, sobretudo quando falamos de comunicação política. Como afirma Tito Cardoso e Cunha na introdução ao livro de Nietzsche “Da Retórica”, “não é difícil provar, à luz do entendimento, que o que se chama ‘retórica’, para designar os meios de uma arte consciente, estava já em acto, como meios de uma arte inconsciente, na linguagem e no seu devir, e mesmo que a retórica é um aperfeiçoamento dos artifícios já presentes na linguagem. (...) A linguagem ela mesma é o resultado de artes puramente retóricas.” Portanto, toda a linguagem está impregnada de mecanismos retóricos que criam justamente uma panóplia imagética de símbolos e metáforas que utilizamos, em justa medida para nos relacionarmos uns com os outros e com o que nos rodeia. Atribuímos significados às coisas, porque elas comunicam connosco através desta mesma retórica. Um produto seduz-nos porque foi envolto num conjunto de signos que nos persuadiram.

Neste estudo, pretendemos apurar as estratégias de campanha política delineadas nas páginas partidárias da Web. Todos os autores que estudam as

⁴ Gradim, Anabela (2008). *Dos Céus à Terra desce a mor Beleza: análise estrutural da persuasão publicitária*, in revista de *Retórica e Mediatização*, Paulo Serra e Ivone Ferreira (orgs.): Labcom.

⁵ www.socrates2009.com e www.politicaverdade.pt.

campanhas on-line, tais como Gibson e Rommële defendem que se os partidos querem maximizar a comunicação com os eleitores devem utilizar todas as potencialidades das novas tecnologias, personalizando e direccionando ao máximo as mensagens. A eficácia vai repercutir-se na envolvência de cada cidadão, aprofundando o debate e proliferação das mensagens eleitorais. Poderíamos afirmar que se existe uma retórica nas páginas on-line dos partidos políticos, ela está presente logo à partida na própria interactividade e intercomunicação entre cidadãos e políticos, que podem interagir e debater sobre um determinado assunto, podendo chegar a uma resposta esclarecida e, portanto, neste caso pode existir consonância de opiniões e até mesmo persuasão.⁶

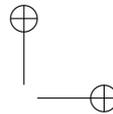
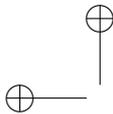
Gibson e Rommëlle apontam quatro alterações na comunicação política, com a criação da Web 2.0: Enquanto que na Web 1.0 a passagem de informação era feita de um para muitos, com a Web 2.0 é feita de muitos para muitos, já que os conteúdos podem ser produzidos por qualquer pessoa; mas para se fazerem ouvir é necessário que entrem nos grupos e redes sociais certos, a fim de influenciar o debate popular. Por exemplo, a escolha do *Hi5* como ferramenta estratégica política pretende influenciar sobretudo os jovens, que são os principais utilizadores desta ferramenta.

A Web pode criar problemas a nível da credibilidade das fontes informativas, pelo que os profissionais têm que investir e assegurar que as mensagens políticas correctas estão ligadas a *sites* institucionalizados.

Hoje há também a possibilidade de difusão de mensagens através de dispositivos móveis que tenham ligação á Internet, bem como SMS sendo que, existe um contacto prévio feito através de um registo nos portais, onde são fornecidas alguns dados dos cibernautas, incluindo um e-mail. As novas tecnologias devem ser aproveitadas para uma entrega mais rápida das informações e nesse aspecto, a Web supera qualquer outro canal de comunicação.

Deste modo, o aumento de canais de comunicação de baixo para cima, para os decisores políticos e controlo reforçado das elites. O crescente papel do jornalismo do cidadão, as enciclopédias populares tais como o *wikipédia*, coloca uma pressão crescente sobre os agentes de comunicação política sendo que, a transparência dos actos políticos tem uma importância cada vez maior.

⁶ Gibson, Rachel K. and Andrea Römmele (2007). *Political communication*, Daniele Carmani (ed): Comparative Politics. Oxford: Oxford University Press.



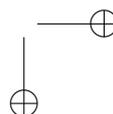
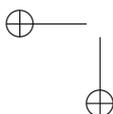
Já foram criados *sites* nos Estados Unidos onde é permitido visualizar onde é aplicado o dinheiro dos impostos, criados pela “Federal Funding Transparency and Accountability Act”.

Usos e Benefícios da Web

A capacidade que o meio confere em deixar ao cibernauta a liberdade de escolha, que começa logo à partida com a exposição, estimula a procura de informação. O visitante navega quando quer, da forma que mais lhe convém.

Neste sentido, pode recorrer-se à *Teoria do Two-Step-Flow* para explicar que, dadas as características do meio, sobretudo as que se referem ao acesso, quem utiliza a Web fá-lo com objectivos definidos, mesmo que alguns sejam remetidos para os *links*, a maioria dos cibernautas que consulta *sites* políticos executa-o porque tem interesse em obter informação política. Assim, uma possível explicação é a de que a comunicação é processada a dois níveis sendo que, passa primeiro por líderes de opinião, que são os activistas, cidadãos mais interessados em assuntos da vida pública. Além disso, os cibernautas navegam no ciberespaço porque, de algum modo, tiram uma satisfação maior aquando a sua utilização. Neste caso aplica-se, também, a *Teoria dos Usos e Gratificações*, que justifica que os efeitos da Internet podem estar relacionados com a satisfação das necessidades dos utilizadores. A Teoria dos Usos e Gratificações sustenta que a audiência é activa e tem conhecimentos suficientes para articular as razões que a leva a procurar determinado meio e informação, que o consumo dos *media* preenche determinadas necessidades e que a exposição depende do contexto social a que os indivíduos pertencem.

Por vezes, as pessoas consultam *sites* políticos não pelo conteúdo em si mas, pela plataforma multimodal utilizada, como forma de entretenimento. Da mesma forma que a audiência televisiva controla o que vê, também os utilizadores da Internet têm controlo sobre os *links* a que acedem, através de um clique, ou na utilização dos motores de busca estando cientes das necessidade que tendem a satisfazer. O problema aqui prende-se com o facto de saber se é realmente dispensável, ou não, a utilização das ferramentas da Web e, falamos aqui não só do meio em si, de existir informação sobre um partido ou fazer uma campanha na Web, mas, sobretudo, a forma como é feita a divulgação de informação eleitoral. Outro facto, será dizer que a Internet facilita



a democracia, uma vez que é um meio de fácil acesso permitindo aos cibernautas expressarem as suas opiniões, deliberarem sobre os vários assuntos de interesse público e contribuírem para a formação e discussão da opinião pública geral. Por conseguinte, os cibernautas ficam mais satisfeitos, porque eles próprios podem intervir no processo comunicacional político.

Claro que não basta aceder à Web, é pois necessário aceder ao sítio apropriado para que a opinião de um cidadão comum seja reconhecida, uma vez que, o volume de informação publicada na Internet é imenso. Os *sites* políticos legitimam a informação, pois são considerados informadores institucionais. Neste aspecto, ainda podemos considerar que as opiniões emitidas na página de um partido político, possam ser consideradas relevantes devido à fonte que cria o *site*, apesar da fonte da mensagem ser de um cidadão anónimo, por exemplo. Uma vez que as mensagens enviadas têm que ser aprovadas pelos coordenadores dos *sites*, assumindo-se como filtradores da informação, as mensagens publicadas, depois, têm já um carácter legítimo.

Ha Louisa and E. Lincoln James sugerem que a interactividade da Web 2.0 responde a necessidades específicas dos utilizadores, as quais se traduzem em cinco aspectos: lúdico; através da escolha ou navegação livre da informação a que querem aceder; no acesso a determinados *links*; na recolha de informação e na reciprocidade.⁷ No entanto, como faz notar Paulo Serra, dizer que a Internet é por excelência um meio interactivo, “não pode significar, de modo algum, que a Internet detém o exclusivo da interactividade— o livro, o telefone ou a rádio são também, cada um a seu modo, interactivos—, mas sim que é no meio Internet que os três tipos de interactividade acima considerados não só se conjugam mas também atingem o seu grau máximo”.⁸

As campanhas políticas na Web são também um estratagema para angariar eleitores, já que em Portugal o nível de desinteresse e a percentagem de abstenção no voto eleitoral ainda são significativos. Deste modo, a “Comunicação Política 2.0” traz algumas vantagens que importam analisar. Para além da interactividade, existem outros benefícios, como a divulgação de informação detalhada sobre os programas, as listas, as biografias dos candidatos, alguns discursos importantes, apoios e testemunhos de personalidades.

⁷ Ha, Louisa and E. Lincoln James (1998), *Interactivity Reexamined: a baseline analysis of early business web sites* *Journal of Broadcasting and Electronic Media*, Vol. 42.

⁸ Serra, Paulo (2007). *Manual de Teoria da Comunicação*: Livros Labcom

Na prática é como produzir um jornal, mas totalmente controlado pelos partidos. Os *sites* são também excelentes meios de comunicação para os emigrantes que, deste modo, podem aceder facilmente à informação sobre os partidos e decidir o voto, para além de poderem participar na campanha. Promoção de eventos e outras iniciativas, tais como angariação de fundos para ajudar causas sociais, são outras tantas funcionalidades que os sites permitem.

Todavia, as campanhas políticas na Web apresentam algumas desvantagens. Segundo Banwart algumas pessoas ainda não acedem ao meio. Outro senão é a escassez de publicidade feita aos *sites*, bem como os custos de tempo e dinheiro envolvidos e a velocidade de acesso à Internet, que poderão dispensar eventuais utilizadores. Assim, uma falha transforma-se numa oportunidade perdida para comunicar a mensagem do candidato e os partidos têm de arranjar formas para contornar essa situação.⁹

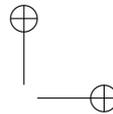
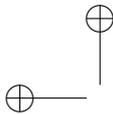
O planeamento inteligente de uma campanha torna-se crucial para ganhar suficiente atenção dos meios de comunicação social, bem como do público. Tendo em conta o sempre crescente fluxo de informação, o sucesso ou o fracasso de uma campanha dependerá largamente da planificação, execução e avaliação da campanha com todas as ferramentas científicas disponíveis.¹⁰

Em qualquer processo comunicacional, os quatro elementos a ter em conta são o emissor, o receptor, a mensagem e o canal. O emissor e receptor são os interessados na mensagem, esta e o canal dizem respeito ao que é transmitido e a forma como é feito. O remetente é a fonte da mensagem e ele pode controlá-la, ele tem sempre uma intenção. O remetente entra no processo de

⁹ Banwart, Mary C. *The Interaction of Gender and Candidate Presentation: na analysis of ann Northup's 1998 and 2000 Reelection Campaign Annual Meeting of the Central States Communication Association*, Milwaukee, Wisconsin.

¹⁰ Rommelle, Andrea, Klingemann, Hans-Dieter, *Public Information campaigns & Opinion Reserach*, p.3.

“In general, modern information and communication campaigns are built upon a dual strategy. On the one hand, they are characterized by media system in order to achieve the highest possible media resonance. On the other hand, campaigns show a clear audience orientation. They aim at attracting attention, at gaining trust from relevant subgroups and at mobilizing specific target groups. Under the conditions of a highly differentiated media system, organizations have to work harder to gain attention. On the other hand, due to the flood of information, organizations have greater difficulties in making themselves heard. Issues compete against each other for the limited attention of the audience and the mass media. Intelligent campaign planning is necessary in order to gain sufficient attention from the media as well as from the public in light of the ever-growing flood of information.”



comunicação com algumas intenções que podem variar entre o funcionamento cognitivo da partilha de informação, para as tentativas de persuasão, alterando atitudes e comportamentos do receptor. Numa campanha política o emissor é uma colectividade, um partido, um governo sendo que, neste caso, a intenção reverte para um complexo processo comunicacional entre os membros. Os receptores de uma campanha política são os cidadãos, potenciais eleitores. Sendo o público-alvo bastante heterogéneo influenciá-lo, numa escolha ou opinião, será uma tarefa árdua para os emissores políticos.

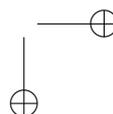
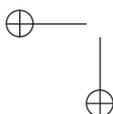
“Segundo a Teoria do *agenda-setting*, os *media* não influenciam o que as pessoas pensam, mas têm um impacto enorme sobre aquilo que pensam, ou seja os assuntos com que se preocupam. A importância atribuída aos temas em voga depende em muito do que é divulgado pelos meios de comunicação. Por conseguinte, se falam constantemente em desemprego, este será com certeza “um tema com que a população se vai preocupar logo, irá também questionar os políticos acerca da resolução desta problemática social. Portanto, parte-se da questão do poder, para o poder das questões. A forma de apresentação da mensagem vai influir na forma como é percebida e no significado que vai ser atribuído. O canal vai alterar a forma como o receptor interage com a mensagem e será sobretudo este dinamismo que vai alterar o processo comunicacional. Na Internet o emissor pode controlar a informação enviada, ele manufactura-a, é o alfaiate da informação.”¹¹

Comunicação Política 2.0 em Portugal

As campanhas presidenciais americanas de 2008 lançaram um modelo de comunicação política na Web 2.0, que se revelou o mais participativo e inovador de sempre. O *site* do democrata Barack Obama tornou-se exemplar desse facto pois, a página incluía vários recursos da Web que possibilitaram a existência de uma larga interactividade entre políticos e cidadãos.

Em Portugal a americanização das campanhas políticas fez-se notar nos dois principais partidos: Partido Socialista (PS) e Partido Social Democrata (PSD), nos *sites* www.socrates2009.pt e www.politicaverdade.com. Ambos

¹¹ Römmelle, *Ibidem* p.16.



estão referenciados às figuras dos cabeças de lista, José Sócrates e Manuela Ferreira Leite respectivamente.

Como *slogan*, os partidos têm “Movimento Sócrates” referente ao PS, e “Política

de Verdade” do PSD. O partido de José Sócrates contratou a empresa que elaborou o *site* de Barack Obama, a “Blue State Digital” (BSD), a qual foi a responsável pelas estratégias de *social networking* do candidato. “Movimento” é o que caracteriza o *site* do PS, sendo que, conotativamente, significa que a campanha on-line envolve as pessoas através de vários movimentos participativos, como inclusão de conteúdos multimédia. Ambos os *sites* utilizam várias ferramentas da Web 2.0 e podemos designar esta nova forma de comunicar como “Comunicação Política 2.0”. Trata-se de uma estratégia de comunicação muito recente na participação cívica em Portugal, que pretende envolver mais as pessoas, sobretudo os utilizadores da Internet.

A verdadeira inovação nos *sites*, criados para as campanhas on-line das eleições legislativas portuguesas de 2009, reside nos *chats* em directo, nos fóruns de discussão, na interacção entre utilizadores e nos grupos de discussão, o “MyMov” na página do PS e um blogue no sítio Web do PSD, ou ainda em espaços de televisão como a “MovTV” e o “Canal da Verdade”. A personalização das mensagens e informações dadas pelos partidos revela-se uma óptima estratégia de marketing político. A influência exercida nos eleitores pode, assim, ser eficaz pois, comunicar para com um público vasto dificulta a adaptação do discurso. Por outro lado, o conhecimento e a interacção com esse mesmo público torna possível criar um discurso capaz de mudar ou de consolidar uma opinião, sem referir o facto de que as pessoas ficam mais dispostas a serem persuadidas quando são ouvidas e podem intervir no processo comunicativo.

As páginas do PS e do PSD dispõem de várias ferramentas da Web 2.0 sendo que, os próprios partidos promoveram uma campanha intitulada “Política 2.0”. É certamente uma nova estratégia de comunicação política feita em Portugal, que pretende envolver mais as pessoas, sobretudo os utilizadores da Internet, como os mais jovens, que são ainda o público que mais usufrui do meio.

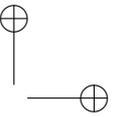
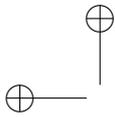
Quem procura informação política na Internet fica mais motivado a pesquisar novas informações, porque o próprio meio assim induz, os utilizadores da Web procuram informações porque querem, quando querem e como que-

rem sendo que, só acede a *sites* políticos os interessados nos assuntos. Nos meios tradicionais, pelo contrário, as grelhas de programação estão feitas e os telespectadores decidem apenas no acto de se exporem, ou não, ao meio. Na Internet o utilizador tem mais liberdade pois, a quantidade de informação é maior e o acesso é menos limitativo.

A interactividade também é um factor de estimulação do envolvimento dos cibernautas e, é neste aspecto que, os partidos podem marcar a diferença. Nas eleições anteriores já existiam *sites* onde também se fazia campanha, estavam já presentes espaços para comentários, para fazer um registo e receber informações mas, a verdadeira inovação reside nos espaços interactivos que referimos tais como os *chats* em directo, os fóruns de discussão, a interacção entre utilizadores, nos grupos de discussão, espaço de televisão, como a MovTV e o Canal da Verdade. Ao fazer-se o registo num *site* os utilizadores passam a receber e-mails ou mensagens por telemóvel, sobre as iniciativas do partido. A personalização das mensagens e informações dadas pelo partido são a principal estratégia de marketing. Neste ponto a persuasão pode ser mais eficaz pois, as mensagens são mais direccionadas e existe a possibilidade de um retorno das mensagens enviadas. Conhecer e interagir com esse mesmo público torna possível criar um discurso capaz de mudar uma opinião, ou consolidá-la, sem referir o facto de que as pessoas ficam mais dispostas a serem persuadidas, quando intervêm, de facto, nesse processo, quando entram em diálogo ou quando lhes dirigem uma mensagem pessoal. Nesse sentido, os telemóveis são óptimos receptores de mensagens políticas, pois quando os interessados se registam num *site* para receberem informações, é porque lhes agrada a ideia de serem contactados através do seu telemóvel pessoal, a qualquer altura em qualquer lugar. Por outro lado, as campanhas políticas na Web são também um estratagema para angariar eleitores, já que em Portugal o nível de desinteresse e abstenção no voto eleitoral ainda é significativo, acabando por serem cativados novos públicos.

O caso do Partido Socialista <http://www.socrates2009.pt/>

A página encontra-se disponível desde o dia 2 de Março de 2009.



Estrutura do Site

1. Home

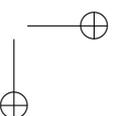
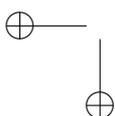
- Vencer 2009
- A Actualidade do Socialismo Democrático
- A Acção do PS
- Orientações Programáticas
- Estratégia Política para o ciclo eleitoral e para o futuro do PS

2. MovTV

- Vídeos relacionados

3. Notícias

- Últimas notícias
- Favoritas
- Deicious
- Digg
- Facebook
- Twitter
- Myspace





4. Downloads

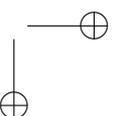
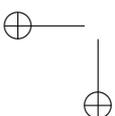
- O Movimento em Fotografias
- O Meu Computador em Movimento
- Outros Downloads
- Vídeos
- Documentos
- Suportes de Comunicação

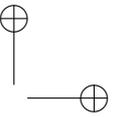
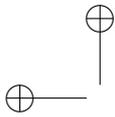
5. MyMOV

- Área Pública
- Mensagens
- Links
- Vídeos
- Fotografias
- O Meu Perfil
- Grupos

6. Eu Participo

- Fórum
- Em Debate Esta Semana
- Espaço Aberto
- Fóruns em Arquivo
- Chat
- Conversas em arquivo





Análise dos espaços interactivos

MovTv

Até ao dia 3 de Julho de 2009, após 124 dias de existência do *site*, foram incluídos 111 vídeos. Uma média de um vídeo por dia. Parte dos vídeos são inseridos pelos responsáveis da página e os conteúdos dos vídeos são variados, desde discursos de personalidades do partido, a figuras que apoiam o PS. Foram enviados pelo público 12 vídeos e os restantes 99 foram inseridos pelo partido.

Na secção de “Notícias”, foram publicadas desde o dia 2 de Março, 56 notícias que incidem sobre iniciativas tomadas pelo partido. Uma média de 0,5 notícias por dia.

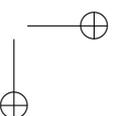
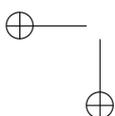
O espaço “MyMov” é o sítio da página onde os cibernautas podem inserir conteúdos e fazer comentários. Este é considerado um dos espaços mais interactivos do *site*.

O “MyMov” é um espaço onde podem ser incluídos conteúdos multimédia, como sejam fotografias, vídeos e mensagens escritas. Ao longo dos 124 dias analisados foram inseridas 50 mensagens. Uma média diária de 0,40 mensagens. Entre estes 20% foram publicados por pessoas do sexo feminino e 40% do sexo masculino. No que respeita ao conteúdo das mensagens, 36 foram favoráveis ao partido, ou seja 72% dos comentários publicados, sendo que, apenas um se apresentava desfavorável aos ideais partidários e 13 eram comentários neutros de cidadãos que apenas expressaram a sua opinião sobre um assunto, o que revela que 2% eram desfavoráveis e 26% não tinham qualquer tendência partidária.

Na secção de fotografias foram incluídas 20 pelos cibernautas, ou seja 0,16 por dia. No universo de participantes, observamos que em relação ao género 25% foram colocadas por pessoas do sexo feminino e 75% por indivíduos do sexo masculino.

Relativamente aos *links* foram colocados oito mensagens, em que apenas uma estava identificada por uma pessoa do sexo feminino (12,5 %), uma não se identificava (12,5%) e as restantes foram colocadas por pessoas do sexo masculino (75 %).

Nos vídeos foram inseridos 12 mensagens pelo público, algumas foram inseridas no mesmo dia pela mesma pessoa. Mas não contabilizamos para



já as repetições existentes, somente o número de participações. Onze foram colocadas por indivíduos do sexo masculino e apenas uma por uma pessoa do sexo feminino, o que equivale a 8% representantes do sexo feminino e 92% do sexo masculino.

Tem também um espaço para os visitantes fazerem o registo numa rede social do próprio *site* e poderem, desta forma, interagir com outros membros associados, bem como receber mensagens via e-mail ou por SMS das principais iniciativas do *site*. Formam, deste modo, uma cibercomunidade ligada ao portal do PS e da campanha on-line.

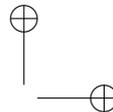
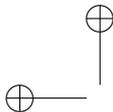
Nos espaços abertos à discussão de temáticas, designado “Eu Participo” os cidadãos têm oportunidade de expor questões e fazer perguntas aos políticos. Existe um espaço de Fórum, onde todas as semanas é escolhido um tema para os cibernautas comentarem e um de *chat* em que alguns elementos do partido, normalmente ministros, respondem durante uma hora, em directo, a questões dos intervenientes.

Existe também uma subsecção intitulada “Espaço Aberto” para a inclusão de opiniões dos visitantes da página sobre temáticas livres. Foram publicadas 309 mensagens neste espaço, uma média de 2,5 mensagens diárias.

Até ao momento existem 7 fóruns com um total de 492 participações sendo que, no primeiro fórum participaram 36 pessoas, no segundo 46, no terceiro 48, no quarto 89, no quinto 109, no sexto 103, um aumento de cerca de 30% de participações em relação ao primeiro. No último dos fóruns, ainda a decorrer, foram contabilizadas 61 participações.

Em relação aos *chats* decorreram cinco sendo que, o primeiro aconteceu no dia 7 de Maio, com 20 questões respondidas e 74 pendentes, às quais vieram a responder mais tarde. No dia 13 de Maio decorreu o segundo rol de perguntas e respostas entre os cibernautas e uma personalidade convidada pelo partido. Neste foram feitas 16 questões, no dia 25 de Maio foram feitas dez e no dia 2 de Junho 18. A média é de 13 perguntas por cada debate. Mas tendo em conta que muitas questões não são colocadas na página, tendo ficado no primeiro debate 74 por responder, se todas as questões fossem respondidas e, se houvesse uma participação igual à da primeira vez, a média de participantes rondava os 94 por cada *chat*.

Associados à página encontram-se cinco grupos e redes sociais, para que o universo de interacção possa ser alargado e a troca de mensagens entre os



participantes seja ainda mais dinâmica. São eles o *Delicious*, *Digg*, *Facebook*, *Twitter*, *Myspace*.

No “MyMov” é ainda possível aderir aos grupos criados no *site*. Num total de 13 cibergrupos com 1133 membros associados foram postados 116 comentários. Estas cibercomunidades reflectem sobre causas específicas, tais como políticas governamentais, ou variadas causas como “Energias Renováveis”, ou “Novas Oportunidades”.

Assim, verifica-se que as mensagens deixadas são predominantemente favoráveis aos partidos, são mensagens de apoio ou de crítica à oposição. Embora os espaços interactivos, tais como fóruns sejam utilizados para publicar algumas preocupações e questionar os políticos.

Por conseguinte, nota-se que os principais utilizadores são pessoas que partilham os pontos de vista dos partidos, são apoiantes, sendo o universo de participantes com tendência a ser dominado por pessoas do sexo masculino. Não obstante, só através de uma análise mais minuciosa é que poderemos tirar conclusões mais precisas, sobretudo, através de entrevistas e questionários feitos aos intervenientes deste processo comunicacional.

O caso do Partido Social Democrata www.politicadeverdade.com

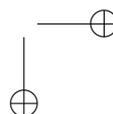
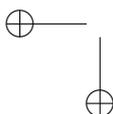
Estrutura do site

1. Home

- Verdade
- Mensagem
- Mensagem
- CV
- Notícias
- Discursos
- Na Internet

2. Políticas

- Emprego





- Economia
- Saúde
- Justiça
- Segurança
- Educação
- Ambiente

3. Multimédia

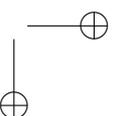
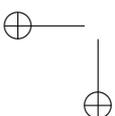
- Canal da Verdade
- Balanço
- Comícios
- Declarações Políticas
- Entrevistas
- VOX POP
- Tempo de Antena
- Fórum PT Verdade
- Debates
- Notícias

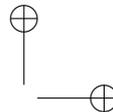
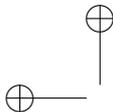
4. Fotos

- Participar
- Doar
- Juntar-se
- Na Sede
- Na Internet

5. Contactar-nos

- Imprensa
- Notícias





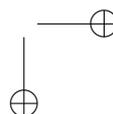
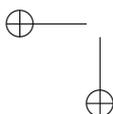
- Entrevistas
 - 6. Europeias
 - 7. Fotos
 - 8. Vídeos
 - 9. Imprensa
 - 10. Pesquisar
 - 11. Agenda
 - 12. Aviso Legal
- Políticas de Privacidade e Protecção de Dados

Análise dos espaços interactivos

A página do PSD foi criada a 28 de Abril de 2009 e assumiu uma “Política 2.0” ao incluir também espaços de interactividade e participação dos visitantes. O site www.politicadeverdade.com está em funcionamento há 67 dias. As páginas têm algumas semelhanças, mas o facto do *site* do PS ter fóruns, grupos criados pelo *site* e *chats*, torna-se mais interactivo, na medida em que tem mais participação.

O Espaço “Multimédia” tem inserido no total 652 mensagens com diversos conteúdos como fotografias, vídeos, declarações dos políticos, entrevistas e notícias seleccionadas pelo partido. Na secção “Notícias” tem 265 mensagens e 11 na de “Entrevistas”, com inclusão de vídeos. O espaço mais interactivo é o blogue “Política de Verdade” que tem associado. Este foi criado a 30 de Abril e tem um total de 81 mensagens e 39 comentários. A média é de 1,2 mensagens diárias.

O *site* tem ligação com sete grupos de redes sociais on-line: *Vídeos Sapo*, *Flickr*, *Facebook*, *Twitter*, *Youtube*, *Hi5*, *Thestartracker*. Sendo o blogue o espaço mais interactivo que a página da candidata Manuela Ferreira Leite apresenta, este é o espaço que pode gerar debate e onde os visitantes podem expor os seus comentários e reflecti-los com outros interessados, criando-se uma cibercomunidade de apoio ao partido, ou de crítica.



Conclusões

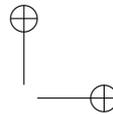
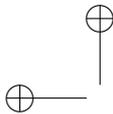
Pela análise feita aos *sites* nota-se que há uma participação maior na página do Partido Socialista, através dos grupos e fóruns de discussão, também nos *chats*, o que confirma a hipótese de que quanto mais interactividade existe, maior será o grau de envolvimento dos cidadãos, que têm uma palavra a dizer e gostam de ser ouvidos. Isso nota-se na participação nos fóruns de discussão, quando podem ter uma resposta directa por parte de personalidades ligadas ao partido.

Por conseguinte, não basta emitir uma opinião, mas discuti-la, debatê-la, isto é um princípio básico da deliberação democrática. Por isso, mesmo os debates nos meios de comunicação tradicionais têm uma maior audiência, pois os cidadãos identificam-se sempre com uma ou outra concepção dos adversários e gostam de assistir à explanação de várias alternativas, o público gosta do jogo argumentativo e reflexivo gerado numa discussão.

Os *sites* políticos são excelentes veículos para aprofundar a divulgação de informações favoráveis aos partidos, de mensagens de campanhas e contribuem para a proliferação do debate político, prolongando debates existentes nos outros meios de comunicação social, ou até mesmo para iniciar um debate e trazer para a lista de temas da agenda mediática, assuntos que querem ver discutidos na praça pública.

O baixo custo de criação de páginas na Web, com a possibilidade de envio de e-mails facilita o contacto com potenciais militantes e são uma boa base de dados para mobilizar indivíduos, para além de poderem sondar as opiniões e ideologias da população. Os utilizadores da internet são indivíduos interessados nos assuntos políticos e, por essa razão, mais propensos a participar activamente em iniciativas e a votar. A interacção nota-se no *feed-back* de ambas as partes. Além disso, devido à própria natureza do meio, todo o processo comunicacional se desenrola de uma forma mais acelerada, as mensagens são mais direccionadas e podem contornar-se obstáculos que os meios tradicionais não permitem, uma vez que o *feed-back* permite uma interacção maior entre políticos e cidadãos.

A exploração das potencialidades da Web permite criar uma verdadeira comunidade virtual, abrindo e alargando o espaço público de discussão e reflexão de assuntos políticos para um Ciberespaço Público. Permite também fazer 'propaganda' e influenciar a opinião pública, nomeadamente no lança-



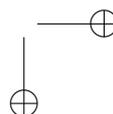
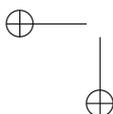
mento de temáticas de discussão, tendo neste aspecto uma determinação na agenda mediática e, por outro lado, esclarecer assuntos que não foram aprofundados noutros espaços.

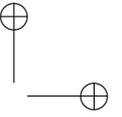
A Internet tem inúmeras vantagens que podem ser aproveitadas na comunicação política, para que esta se torne mais rica e participativa, tendo em conta que o público-alvo são pessoas que estão à partida interessadas nos conteúdos dos sítios políticos e que podem fazer eco das mensagens lá divulgadas.

Assim, apesar de existirem alguns obstáculos no que diz respeito ao acesso ao meio, tendo em conta que os *sites* são lugares mais interactivos e não somente *outdoors*, ou simples páginas informativas, surge uma nova forma de fazer comunicação política– a “Comunicação Política 2.0”–, que se serve das características da Web 2.0 para fomentar o debate político e implementar novas estratégias de campanha eleitoral.

Bibliografia

- Camilo, Eduardo (2003). *Da importância do espaço informação na expressão de uma territorialidade corporativa*, in *Internet e Comunicação Promocional, Informação e Comunicação Online* Vol. II: UBI.
- Gibson, Rachel K. and Andrea Römmele (2007). *Political communication*, in: Daniele Caramani (ed): *Comparative Politics*, Oxford: Oxford University Press.
- Gradim, Anabela (2008). *Dos Céus à Terra desce a mor Beleza: análise estrutural da persuasão publicitária*, in revista de *Retórica e Mediatisação*, Paulo Serra e Ivone Ferreira (orgs.): Labcom.
- Kaid, Lynda Lee (ed.) (2004). *Handbook of Political Communication Research*: Routledge.
- Ha, Louisa and E. Lincoln James (1998). *Interactivity Reexamined: a baseline analysis of early business web sites*: *Journal of Broadcasting and Electronic Media*. Vol. 42.
- Nietzsche, Friederich (1995). *Da Retórica*, Mafra: Passagens.





Serra, Paulo (2007). *Manual de Teoria da Comunicação*: Livros Labcom.

Warnick, Barbara (2007). *Rhetoric Online, Persuasion and Politics on the World Wide Web*, New York: Peter Lang Publishing.

Websites consultados

www.socrates2009.pt

www.politicadeverdade.com

